



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Francisco Urbano Alves

“Valentes Rio-Grandenses! Às Armas!”: A questão do recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Orientadora: Professora Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

João Pessoa – PB

Agosto de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Francisco Urbano Alves

“Valentes Rio-Grandenses! Às Armas!”: A questão do recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)

Orientadora: Professora Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Centro de Ciência Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

João Pessoa - PB

Agosto de 2014

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PONTO DE FUGA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
1.1. Localizando o objeto e as fontes.....	10
1.2. Discutindo a temática: outras abordagens.....	17
 CAPÍTULO II – PROCELA PROVINCIANA: A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1860-1870).....	29
2.1. Ajustes formais e informais no cotidiano da província do Rio Grande do Norte.	30
2.2 . Cotidiano e manutenção da Ordem: a modificação das formas de trabalho.....	43
2.3. Organização burocrática da província.....	57
2.3.1 Organização burocrática da província: preenchimento de cargos e o processo de eleição.....	60
2.4. “ <i>Não se fala se não de Guerra, de guerra, de guerra!</i> ”: atuação dos presidentes de província durante a Guerra do Paraguai.....	65
 CAPÍTULO III – “ <i>INTRÉPIDOS VOLUNTÁRIOS! BRAVOS SOLDADOS!</i> ”: A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI.....	73
3.1 Breve levantamento sobre a situação conflituosa no Prata.....	74
3.2 “ <i>Há de se cumprir a cota</i> ”: organização militar no cotidiano de pobreza.....	78
3.3 Construção e formação do Exército brasileiro a partir da Guerra do Paraguai.....	99
3.4 “ <i>Tributo de sangue</i> ”: mobilização militar na província do Rio Grande do Norte	102
3.5 Voluntários e Voluntaristas da Pátria.....	115
3.6 “ <i>Não vos exorto para que vades, convido-vos para que vamos</i> ”: técnicas de recrutamento e as variadas formas de resistência.....	130
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
 REFERÊNCIAS.....	155

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo analisar a mobilização militar durante a guerra do Paraguai (1864-1870) na província do Rio Grande do Norte, refletindo sobre o impacto social que o recrutamento causou nas estruturas sociais, atentando para as interferências nas estruturas de poder, relações sociais e na vida cotidiana provincial. O esforço necessário para financiar a guerra demandou do governo imperial um amplo movimento de recrutamento militar jamais visto no Brasil, sentindo-se seus efeitos em todo o território nacional. Nesse sentido o cotidiano provincial foi modificado e ordenado de maneira a facilitar o recrutamento, tanto na organização burocrática, com preenchimento de cargos, como na modificação das formas de trabalho. Um dos agentes que mais se empenhou nas questões da guerra e do recrutamento foram os presidentes de província, cargo que passou a ser de crucial importância para as intenções do governo imperial. A ampliação do recrutamento militar significou adentrar em domínio dos poderes locais, o que demandava do governo imperial complexa negociação. Apesar da grande torrente de soldados nos primeiros anos do conflito (1865-1866), as violências praticadas pelos agentes recrutadores não foram diminuídas nos anos seguintes, principalmente nos sertões da província do Rio Grande do Norte. A resistência da população propicia ao recrutamento produzia constantes conflitos em todo o território provincial, com fugas e resgates de soldados, ataques a comissões de recrutamento, formação de séquitos e enfrentamentos de todo o tipo. Ao mesmo tempo em que surge necessidade de arregimentação de soldados para a incorporação às forças militares, desenvolve-se na província amplo movimento que pretende convocar às armas os cidadãos. A análise das fontes, a saber: relatórios dos presidentes de província, atas da Câmara dos Deputados e do Senado, decretos publicados durante a guerra, Códigos de Postura, além de alguns periódicos, nos possibilitou a percepção da temática do recrutamento em âmbito provincial, atentando para o cotidiano e as modificações sociais.

Palavras Chaves: História Militar; Recrutamento Militar, Província do Rio Grande do Norte.

Abstract

This thesis aims to analyze the military mobilization during the war with Paraguay (1864-1870) in the province of Rio Grande do Norte, reflecting on the social impact that recruitment caused social structures, focusing on interference in power structures, relationships provincial social and everyday life. The effort required to finance the war demanded the imperial government a broad movement of conscription ever seen in Brazil, feeling its effects throughout the national territory. In this sense the provincial and orderly routine was modified in order to facilitate the recruitment, both in bureaucratic organization, with fill positions as the modified forms of work. One of the agents more engaged in the issues of war and recruitment were the presidents of the province, a position that has become crucial to the intentions of the imperial government. The expansion of military recruitment meant entering into the field of local government, which demanded the negotiating complex imperial government. Despite the great flood of soldiers in the early years of the conflict (1865-1866), the violence committed by recruiters were not diminished in the following years, especially in the hinterland of the province of Rio Grande do Norte. The resistance of the population favors the recruitment produced constant conflict throughout the provincial territory, leaking and rescues soldiers, attacks on commissions for recruiting, training entourages and confrontations of all kinds. At the same time that need arises regimentation of soldiers to incorporate the military, develops in the province wide movement to summon citizens to arms. The analysis of the sources, namely reports of provincial presidents, atas of the House of Representatives and the Senate, decrees published during the war, codes Posture, and some papers, allowed us the perception of the subject recruitment at the Provincial level, attending to the daily lives and social changes.

Key Words: Military History; Military Recruitment, Rio Grande do Norte Province.

À Minha querida Vózinha, Maria Helena da
Silva, primeira leitora, incentivadora da leitura,
e pelo desejo ardente de me ver “formado”.

AGRADECIMENTOS

Toda obra humana é coletiva. Por mais que tenhamos consciência de que a criação se faz na reclusão e nos momentos de solidão, ainda assim esse trabalho é fruto da convivência, troca de experiências e aprendizagem constante com um montante de pessoas e instituições. Peço sinceras desculpas a quem for omitido, mas nesse momento quero expressar meus sinceros agradecimentos.

À CAPES, pela ajuda financeira, sem a qual teria sido impossível manter-me por tanto tempo em cidade tão distante da qual residia.

Ao PPGH – Programa de Pós Graduação em História, principalmente as pessoas que fazem parte da coordenação (incluindo secretários) que sempre se mostraram solícitos para a resolução de todos os tramites burocráticos.

À Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense e a Biblioteca Vingt-Un Rosado, pela disponibilização de grande parte de minha documentação, bem como de grande maioria das “obras raras” sobre o Rio Grande do Norte. Quero deixar meu agradecimento especial a Caio Muniz, diretor da Coleção Mossoroense, e a Thaïs, o anjo que me guiou por dentre todas aquelas obras, durante tantas tardes de trabalho árduo, sua simpatia, delicadeza me atraíram ainda mais para o trabalho com as documentações daquele período, quero que se sinta inteiramente responsável por este trabalho, obrigado.

Agradeço a todos os professores do PPGH, em especial aos que contribuíram de forma valiosa com este trabalho, Telma Fernandes, Cláudia Cury, Ângelo Emílio, Élio Chaves Flores e, Barroso. Todas as conversas e orientações durante as aulas foram enriquecedora para minha formação.

Agradeço aos professores de minha banca, tanto da qualificação quanto da defesa, Solange Rocha e Luciano Mendonça, os quais me favoreceram com preciosas sugestões. O olhar do professor Luciano sobre a necessidade de aprofundar a questão social me foi essencial, bem como a percepção da professora Solange, em relação ao cuidado com a escrita, e ainda me sugerindo preciosas dicas bibliográficas sobre a história do RN que me havia escapado.

Ao professor Dr. Acácio José Lopes Catarino, primeiro encarregado na difícil tarefa de me orientar. Agradeço pela paciência nas primeiras reuniões e nas primeiras leituras de meus esboços, as conversas que tivemos foi pontual para a percepção do olhar “oficial” que emanava da documentação, bem como a frase que tanto repetia, “deixe a documentação falar”, assim pude dar melhor voz e espaço para as personagens de minha pesquisa.

Agradeço a professora Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, uma experimentada mestre no *métier* da orientação. Quero demonstrar minha profunda gratidão por ter assumido minha orientação em momento já avançado da pesquisa, pela confiança, pelo carinho nas

reuniões e discussões, pela sempre criteriosa leitura do trabalho, disponibilidade incrível que recebia todas as demandas por mim criadas. Todo o trabalho está revestido de valiosas sugestões, contribuições que não consigo mensurar. Há somente uma reclamação, angústia, ou melhor dizendo desejo: como queria que nossas vidas acadêmicas tivessem se encontrado desde a graduação, teria sido imenso prazer ser orientado pelos níveis que fossem.

Ao Professor Dr. Linhares Fontelles Neto, orientador da época da graduação na UERN, mas que continua esse árduo trabalho e se tornou amigo precioso, e a Ariane, pelas contribuições nas correções de meu trabalho. É preciso salientar que para além da ajuda intelectual, fizeram por muitas vezes o papel de amigos, sempre atenciosos a minhas queixas.

À professora Iza Luciene Mendes e Fabiano Mendes, que desde os primeiros passos me ajudaram a ter prazer no trato com as fontes e a profissão de historiador.

Aos amigos que fiz no mestrado, Afrânio, Cássia, Edson, André, Valdenisio, Luiza Iolanda, Dayse e Obede, por tornarem ainda mais prazerosa minha jornada no mestrado, tenho imensas saudades de nossas conversas, das brincadeiras de todos, espero encontrar a todos o mais rápido possível.

Aos meus queridos amigos, Érika, Savana, Cynthia e Taiany, por não me abandonarem nem mesmo em meu período mais insuportável quando pressionado pelas metas a cumprir.

Aos amigos de sempre, Patrícia, Henrique, Danúbia e Jucilainy, todos os gestos e palavras me fizeram forte nos momentos em que pensava em desistir, vocês foram um dos motivos de permanecer firme.

Aos meus grandes amigos de todos os momentos reunidos no grupo “Filmes, séries e etc”, Flávio, Gustavo, Richelly, Rodrigo, Paulinho, Ramon, Waguinho, Laio, João Neto, Papaulo, sempre serão minha válvula de escape desse mundo louco.

À toda minha família, em especial a meu pai e minha mãe, a única a qual os agradecimentos deveriam ser eternos. Desejaria ser o mesmo suporte que é para mim, que sentisse o mesmo calor que sinto quando penso em ti. Devo cada palavra escrita, cada esforço, absolutamente ao esforço feito por minha mãe, te amo.

Capítulo I

Ponto de fuga: considerações iniciais

1.1 Localizando o objeto de estudo e as fontes.

Quando eu compreender meu inimigo o suficiente para derrotá-lo, então neste momento, também o amarei (A. E. WIGGIN, 1934).

Para que fosse possível chegar até o objeto de nossa pesquisa sobre a atuação da província do Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai (1864-1870), necessitamos coligir documentos, realizar leituras, dentre tantos outros passos indispensáveis a esse processo e ao estabelecimento de metodologias e teorias a serem utilizados.

Nesse ponto, nada foi mais decisivo que nossa participação no projeto de extensão realizado em conjunto com professores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, a partir do qual tivemos que catalogar e organizar a biblioteca, outrora particular, de Dr. Vingt-Un Rosado¹.

Durante o trabalho de catalogação, encontramos, dentre outras coisas, vários documentos e livros. Desse material, nos chamaram atenção os relatórios dos presidentes de província, os quais estavam organizados em *fac-símiles*, pela Coleção Mossoroense. Mesmo que não necessitássemos catalogar este tipo de documentação, ela suscitou em nós curiosidade, direcionando-nos a dar-lhe maior atenção. Fator determinante para o garimpo desse material foi o trabalho que teríamos de desenvolver na graduação, durante a disciplina de História do Brasil, o qual tinha como pré-requisito a inserção do recorte temporal de pesquisa dentro do contexto do segundo Império brasileiro.

É primordial a todo pesquisador o domínio de seu objeto de estudo, ainda mais quando está imbuído de questões históricas. Nesse caso, são imprescindíveis o aprofundamento teórico e uma boa metodologia que permita o acesso às especificidades da fonte de pesquisa, seja escrita, impressa, audiovisual, ou de qualquer outra natureza. Segundo Bakhtin (2003, p.307), considerações devem ser feitas em relação às disciplinas que se aproximam do campo histórico, como filosofia, antropologia, sociologia, linguística, entre outras, pois, “nossa pesquisa transcorre em campos limítrofes, isto é, nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junção”.

Contudo, a relação entre o historiador e suas fontes nem sempre é harmoniosa, sendo, em alguns momentos, desconforme. Mas, é preciso sermos conduzidos ao que Michel de Certeau (1982, p.81) compreende como o início do processo de pesquisa em história, ou seja, “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos

¹ Após o falecimento de Vingt-Un Rosado, em 2005, a fundação com seu nome e que abriga a Coleção Mossoroense, firmou parceria com professores e alunos da UERN, através do projeto “Um bastião Mossoroense”. Alunos e docentes do curso de História da universidade do estado do Rio Grande do Norte catalogaram o acervo bibliográfico e documental e conseguiram espaço físico para torná-lo público. Atualmente a sede da Fundação Vingt-Un Rosado e todo esse material se encontram em Mossoró/RN.

distribuídos de outra maneira”. Sendo assim, “transformamos” em documentos úteis para a pesquisa variados tipos de fontes, tais como: relatórios do Ministério da Guerra; Conselho de Estado sobre o Ministério da Guerra; Anais do Parlamento e do Senado Brasileiro, decreto de número 3.771, que cria os Corpos de Voluntários. Outras fontes ainda nos auxiliaram em aspectos obscuros quanto à especificidade da província, como o livro de Adauto Miranda Raposo intitulado *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*. Essa obra nos foi bastante útil, pois contém grande acervo documental, reunido entre 1946-1950, trazendo, inclusive, alguns escritos extraviados ou perdidos². Por fim, temos o Código de Posturas da cidade de Mossoró e alguns periódicos entre 1858-1873, destacando-se *O Argos Natalense*, *O Rio Grandense do Norte*, *O Guarda Nacional* e *A liberdade*.

Quando nosso projeto de pesquisa foi aceito pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, tínhamos como proposta o estudo da província do Rio Grande do Norte durante o período que engloba a Guerra do Paraguai (1864-1870). Para essa empreitada a fonte que mais traz informações sobre todos os aspectos da província são as “Falas e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte”, que nos ocuparemos em analisar a partir de agora.

Primeiramente, a sua construção como fonte se deve, em grande parte, ao projeto idealizado pela Coleção Mossoroense, sendo interessante historicizarmos seu processo de compilação. O historiador Antônio Marcos de Oliveira³ (2001) coloca que “tudo começou quando, em 1982, Vingt-Un tomou conhecimento da existência das ‘falas e relatórios’, microfilmados em quatro rolos, abrangendo o período de 1835 a 1888”. Vingt-Un, nessa época, era professor aposentado, intensificando seus estudos de “resgate da história mossoroense e do Rio Grande do Norte”, compilando vários tipos de documentações, como as “Sesmarias do Rio Grande do Norte” e as “Falas e relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do

² A documentação do século XIX no Rio Grande do Norte ainda é de difícil acesso, já que o arquivo público é ligado à secretaria de educação e só recentemente a documentação passou a ter uma maior organização. O IHGRN vive em constante reforma e teve algumas das documentações perdidas pelo mau trato do tempo e desorganização do acervo. A maior parte de minha documentação foi encontrada através do trabalho da Fundação Vingt-Un Rosado que tem publicado as falas e relatórios dos presidentes de província pela coleção Mossoroense, e fontes como decretos, anais do senado e da câmara legislativa, e outros tipos de relatórios que podem ser encontrados no sítio da Câmara dos deputados na seção “documentos e pesquisa”, além de haver a possibilidade de se encontrar pelo projeto google, que tem digitalizado grande gama de documentação do século XIX.

³ Historiador e assessor da fundação que carrega o nome do agrônomo, professor e historiador dileitante Vingt-Un Rosado. Sua obra atualmente encontra-se na sede da Coleção Mossoroense, onde é possível também encontrar biblioteca com o acervo, antes particular, de Vingt-Un Rosado, que foi catalogado e organizado pelo projeto “um bastião Mossoroense”, idealizado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Norte”⁴. Seu trabalho, portanto, facilitou o acesso à referida documentação, já que, até então, os originais, juntamente com sua cópia em microfilme, se encontravam na Biblioteca Nacional.

É elucidativa a narrativa de Antônio Marcos de Oliveira referente à trajetória das publicações dos relatórios. Senão vejamos:

Um dia, [Vingt-Un] chamou-nos para tentar novo contato com a Biblioteca Nacional, procurando ver de que maneira seria possível reproduzir os documentos. Encontramos no setor de microfilmagem Vera Lúcia, uma funcionária profundamente compreensiva, à qual contamos toda a história e como a fundação Vingt-Un Rosado tem conseguido realizar grandes obras com ‘recursos franciscanos’. Segundo Vera Lúcia, seriam aproximadamente 3.750 páginas, que se a FVR encomendasse a Biblioteca Nacional para reproduzir, a R\$ 3,50 cada cópia, totalizaria a exorbitante soma de R\$ 13,125. Instruí-nos como, oficialmente, deveríamos nos dirigir à sua superior, Diretora do departamento Técnico, pleiteando parceria para esta publicação: a FVR compraria dois toner’s de aproximadamente 600 cada, para que a prestativa funcionária fizesse a reprodução das ‘falas e relatórios’, num prazo de três meses para entregar cada rolo. Tudo procedeu-se. Resposta, nem positiva, ao menos negativa. A gentil funcionária tornou-se amiga prestativa. Apresentou-nos outra solução: uma loja de indexação gravaria os microfilmes em um CD, facilitando a reprodução em Mossoró, através de impressão pelo computador (COLEÇÃO MOSSOROENSE, 2001)⁵.

A saga pela reprodução dos relatórios acaba, finalmente, com os serviços prestados tanto pela Biblioteca Nacional quanto pela empresa de gravação de forma gratuita. Verificando as cartas enviadas à Biblioteca Nacional e a maneira como foram produzidos e enviados os microfilmes, temos uma visão do quanto era desvalorizado e o “fazer pesquisa” no Rio Grande do Norte, como diria Augusto de Tavares de Lira (1982, p. 07), “em nosso Estado não se faz pesquisa [no campo da história] sem incentivo de organizações ‘históricas’, sendo preciso aviltar em muito as agruras que possam por ventura existir nesse processo”.

Conforme dito no início do capítulo, tivemos acesso a esse tipo de documentação devido à participação no processo de catalogação da biblioteca particular de Vingt-Un, realizado no período que coincidiu com desenvolvimento de pesquisa que deveria ser produzida para o trabalho de conclusão do curso de graduação. Percorrendo as folhas dos relatórios, chamou-nos atenção o relatório do ano de 1867, devido à quantidade de peculiaridades relacionadas ao que vinha ocorrendo, dando continuidade a assuntos tratados desde fins do ano de 1864, quando o Vapor Brasileiro “Olinda” foi atacado e aprisionado, seguido da invasão do Mato Grosso por

⁴Foi criada uma série especialmente para este tipo de publicação, nomeada de “G” pela coleção Mossoroense, em abril de 2001. Os relatórios também se encontram em site da Biblioteca de Chicago. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>>. Acesso em 2012 e 2013. No site, os relatórios estão organizados pelo ano e/ou assunto.

⁵Falas e relatórios dos presidentes de província do Rio Grande do Norte, ano. Coleção “G”, Coleção Mossoroense, 2001. Prefácio de Antônio Marcos de Oliveira.

tropas Paraguaiaias. Tais acontecimentos ocasionaram modificações na organização e sistematização da província. Segue um dos principais trechos das leituras feitas do documento:

Desde que tomei conta da administração, expedi as mais terminantes ordens, activando o recrutamento e fiz todos os esforços para que a guarda nacional acudisse pressurosa ao reclamo da pátria que a chamava em defesa de seus brios ultrajados e de seus mais caros direitos e sagrados interesses, calculados por um inimigo tão selvagem, quanto audaz e ingrato.

Fiz ver a todos que, se nessa luta travada entre a civilização e a barbaria a nenhum homem era licito ser indiferente, cada brasileiro devia tornar-se um heroe.

Invoquei os brios rio-grandenses, a todos procurei inspirar os sentimentos na quadra actual esta pequena província deu provas de ser grande na nobreza de sentimentos de seus filhos (RELATÓRIO, 1867)⁶.

O presidente Luiz Barboza da Silva, autor de crucial relatório durante a guerra, procurou em sua escrita enfatizar as dificuldades de arregimentação, organização e burocratização de instituições que facilitassem a mobilização para a Guerra, tomando sempre o cuidado de legitimar o “reclamo da pátria que a chamava em defesa de seus brios ultrajados e de seus mais caros direitos e sagrados interesses”, em contraste de um inimigo audaz que, ardilosamente e de maneira covarde, manipula meios para desestabilizar uma civilização próspera. O discurso de dicotomia entre a *civilização e barbárie* foi difundido desde o início do conflito, mas, com o passar do tempo, parecia ser necessário sempre reavivar os “caros direitos e sagrados interesses” nacionais e, mais especificamente, da província do Rio Grande do Norte com sua participação nesse “evento enobrecedor”.

Outras fontes de caráter oficial são as Atas do Conselho de Estado, da Câmara dos Deputados e do Senado, e ainda alguns conjuntos de Leis e Decretos lançados pelo governo imperial durante a Guerra. Por exemplo, o decreto 3.371, que cria os Voluntários da Pátria, traz em seu texto todas as consideradas “vantagens” para aqueles que decidissem se alistar, tornando possível a análise do discurso oficial quanto ao voluntariado. Já o decreto 3.883⁷, fixa cota a ser preenchida com recrutas da Guarda Nacional, tornando possível a análise do conjunto de medidas que foram determinantes para a modificação do Exército, bem como aquelas que invadiram o sistema de poderes locais.

Outra tipologia de fontes que se mostrou muito útil na tentativa de contemplar alguns questionamentos sobre aspectos lacunares da província foram as compiladas pelos pesquisadores Câmara Cascudo e Adauto Miranda Raposo da Câmara. Suas obras se mostraram riquíssimas ao nos trazerem elementos do cotidiano provincial, dentre eles: a vivência,

⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa por Luiz Barboza da Silva, em 1867.

⁷Decreto 3.371 foi lançado em 7 de janeiro de 1865, o de 3.883 em 21 de janeiro de 1865, disponíveis em <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>, consulta feita entre 2012 e 2013.

melhorias estruturais nas cidades, condução de políticas financeiras, eleições, atribuições de cargos, bem como algumas personalidades. A obra *O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai*, de Adauto Miranda Raposo da Câmara (2008[1951]), tem um destaque merecido, não só devido ao fato de ser o único trabalho que se preocupa em estudar o recrutamento militar na província, mas também por transcrever algumas documentações valiosíssimas para o entendimento da envergadura do conflito na sociedade provincial da época.

Os aspectos mencionados ficam mais claros quando confrontados com outro importante tipo de fonte, os periódicos. Estes só passaram a ter circulação regular na província em 1872, com a edição do Jornal o *Mossoroense*, que também faz parte de nosso corpo documental. Até então, eram, em sua maioria, impressos em Recife. Ainda assim, se mostram peças fundamentais na engrenagem do entendimento da historicidade da província, levando em consideração, claro, as motivações financeiras, políticas, etc., de quem editava, o público a que se destinava, bem como a reverberação que tinha.

Com base em nosso recorte temporal (1864-1870), selecionamos para esta pesquisa os jornais: *O Rio Grandense do Norte*, o *Argos Natalense*, *O Guarda Nacional*, *A Liberdade e o Progressista*. A imprensa na província do Rio Grande do Norte tinha papel decisivo na reverberação das ideias partidárias, de maneira que, no cumprimento de seu dever de órgão oficial dos partidos, havia interesses que nem sempre eram expostos de maneira clara. No tocante ao processo de recrutamento e cotidiano da província, há modificações do discurso, dependendo da conjuntura política no poder. Tenhamos em mente que o papel da imprensa muito bebe dos interesses pautados nas eleições, influenciando decisivamente na organização dos jornais.

Comumente, os jornais eram divididos por assuntos que os partidos sentiam necessidade de abordar. Portanto, temos: a *nota do editor*, que trazia informações sobre as ideias políticas do jornal, bem como o que se pretendia para a conduta política e social tanto do partido como da província; o *noticiário*, o qual era carregado de informações cotidianas, notícias em que a pauta, na maioria das vezes, eram crimes (de assassinato, roubos, furtos, motins, fugas de cadeia) e, mais raramente, alguma notícia acerca de possível contravenção ou crime de alguma facção contrária aos interesses dos jornais⁸; o *estado da província*, cujo papel principal era a fundamentação do partido, já que era nesse espaço que se tratava da “situação política” da província e da atuação dos presidentes de província. Ali também se fazia a propaganda política constante e de forma mais aguda no período eleitoral.

⁸Nesse caso, eram dados maior reverberação e espaço.

Como se pode observar, o jornal, por ser veículo de informações, se manifesta como espaço de disputa e discussões políticas. Constantemente, percebemos que nessa seara de conflitos surgem novos elementos e atores que ora defendem, ora denigrem as ações dos chefes políticos locais. Nessas situações, há certo rescaldo quanto ao recrutamento, que, na maioria das vezes, é usado pelos jornais para reafirmar o “estado de desorganização” em que se encontrava a província.

Em 1861, foi publicado pelo *O Rio Grandense do Norte*, na parte destinada ao *estado da província*, notícia que demonstra a oposição do jornal ao processo de recrutamento praticado, segundo a notícia, pelo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, então presidente de província na época:

[...] Quando factos desta ordem [recrutamento militar] se sucedem com tanto escândalo e frequência, o Sr. Cunha, fingindo-se alheio ao que vai pela província, ou manhosamente procurando encobrir os traços mais escuros do horroroso quadro da sua administração, nem de leve trata da falta de segurança individual, nem faz menção aos tristes acontecimentos em sua fala apresentada à assembleia provincial. São talvez para ele cousas pequeninas e de pouco momento, mas não seremos nós que deixamos passar em escuro essa página ensanguentada da história de seu governo, e para complemento do descredito seu, e do gabinete, que o nomeou, brevemente publicaremos a relação dos assassinatos perpetrados durante a sua estúpida e caprichosa administração (JORNAL O RIO GRANDENSE DO NORTE, 1861)⁹.

Assim posto, cabe ao historiador interpretar os discursos divulgados pela imprensa, a fim de perceber que estes dependiam de vicissitudes inconstantes, verificando ainda que a reverberação dessas notícias perante a população se fazia de várias maneiras, sobretudo quando temos em mente que os receptores dos discursos são também produtores, conforme Certeau (1994).

Historiadores que trabalham com periódicos insistem que é preciso haver maior rigor quanto às análises. Tânia Regina de Luca (2008), em artigo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, nos alerta para o uso da imprensa como objeto de estudo. Segundo a autora, é preciso estar atento ao conteúdo dos jornais; à materialidade do periódico, ilustrações, diagramação, material usado, onde é impresso; a sua circulação, reverberação e o público destinado; interesses dos editores, se há ganhos financeiros de órgão público, ligações políticas, etc.

Mesmo que nosso objetivo principal não seja a análise da imprensa, ainda assim consideramos importante nos munir dos instrumentos apontados por Luca (2008). Todavia,

⁹ Esta é uma das poucas notícias que foram assinadas ao final, contudo, ainda assim apenas pelas iniciais: J. C. A. Estado da província, 1861. Edição 109.

achamos conveniente, neste momento, desnudar algumas das dificuldades que, enquanto historiadores, enfrentamos durante o garimpo dos jornais para nossa pesquisa. Excetuando-se *O Mossoroense*, todos os jornais usados aqui encontram-se no sítio da Hemeroteca Digital, projeto da Biblioteca Nacional, que disponibiliza periódicos de todo o Brasil¹⁰. Muito embora a instituição seja facilitadora da pesquisa, por organizar os jornais por Estado em que circulavam, ainda assim existem dificuldades a serem superadas. Como já apontamos os periódicos do Rio Grande do Norte, até a década de 1870, eram impressos no Recife, de maneira que não havia regularidade em sua impressão, tendo estes poucos números. Isso revela instabilidade da imprensa no Estado. Outro grande problema é que, por sua raridade, foi impossível termos acesso a todos os números de todos os jornais, o que inviabiliza a percepção da regularidade da abordagem de alguns assuntos, a continuação e reverberação de algumas denúncias, etc.

Diante do que fora exposto por Luca (2008), podemos perceber melhor o papel do único periódico que se insere em nosso período de estudo, o jornal *O progressista*. Sua duração é desconhecida, estando disponível, entre os anos de 1863 a 1866, apenas seis números. Mesmo entre estes poucos exemplares há um grande hiato de continuidade, estando disponíveis somente as seguintes edições: do ano de 1863, a edição de número 17; de 1864, os números 94 e 106; de 1865, os números 152 e 155; por último, no ano de 1866, a edição 222. A partir de 1865 o jornal tinha por objetivo demonstrar o caos instalado na província com o início do conflito, tentando enfatizar as atuações de alguns órgãos liberais em detrimento da dificuldade imposta pelos seus adversários. A situação de guerra era pouco descrita, preferiam descrever os entraves ao trabalho do governo imperial ao angariar recrutas e contribuições pecuniárias para a causa da guerra.

A Guerra do Paraguai obrigou ao governo imperial lançar mão de mecanismos que privilegiariam o aumento significativo do contingente militar do Exército, forçando o fortalecimento de uma instituição até então temida. Uma das primeiras ações do governo no sentido de arregimentar soldados foi a criação, por decreto de número 3.371, dos Corpos de Voluntários da Pátria¹¹. Contudo, a partir do alongamento do conflito, o abastecimento de

¹⁰ Este projeto tem sido extremamente importante para o aumento do estudo da imprensa, já que reúne em seu acervo jornais de pouca circulação e de difícil acesso. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>.

¹¹ O decreto 3.371 de 7 de janeiro de 1865, também institui uma diferenciação na indumentária para que rapidamente se fosse identificado os que faziam parte do contingente dos Voluntários da Pátria, segue “Art. 11. Todos os voluntários de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Corôa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras - Voluntários da Pátria -, da qual poderão usar mesmo depois da baixa”. <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>, acesso em 2013.

voluntários foi arrefecendo, obrigando o lançamento de medidas mais enérgicas para a manutenção do contingente. Nesse sentido, pretendemos perceber a diferenciação entre os voluntários da pátria que se apresentaram entre 1865-1866 e os que, por vários fatores, foram obrigados a fazê-lo depois desse período.

1.2 – Discutindo a temática: outras abordagens

Na necessidade de interpretar a racionalidade da ação de indivíduos que se encaixavam nesse perfil, foi essencial perscrutar as evidências de seus alistamentos. Nesse sentido, reconhecemos os procedimentos dos voluntários desse período como algo lógico, levando em consideração que eram sujeitos de suas próprias histórias, já que as circunstâncias e “vantagens” determinadas pelo decreto em nada invalidavam o valor de suas ações. Segundo Maria Regina de Souza (2008, p. 16-17), “sem pensarem muito na guerra, esses sujeitos encaravam o embate belicoso como uma solução para suas causas próprias”.

Dessa maneira, foi preciso ter em mente as formas de resistências colocadas em Thompson (1998) e James Scott (2002), para configurar esses alistamentos como resistência a uma situação cotidiana indesejada. Para os referidos autores, o confronto de interesses caracteriza o ato de resistir, em que as intenções devem contemplar o entendimento da finalidade da ação.

Através da leitura de Arlete Farge (1999), podemos interpretar melhor o sofrimento, angústia e as reivindicações, nem sempre atendidas, dos familiares daqueles que partiam para a frente de batalha. Esse tipo de leitura foi essencial para entender que a guerra traz vários sentimentos dolorosos, alguns abordados pela escritora norteriograndense Isabel Gondim (1870) (apud MORAIS, 2003). Contemporânea da guerra, ela viveu e sentiu seus efeitos negativos no seio familiar. Irmã de três homens que se apresentaram voluntários à guerra, ela nos fornece rico depoimento através de sua peça “O sacrifício do amor”, publicada originalmente em 1870. Essa obra trata do “alistamento dos soldados para compor o exército; da angústia da mãe que não queria separar-se do filho; do casamento do filho, única maneira de evitar esse alistamento; e do retorno dos voluntários que são esperados com esplêndidos festejos [...]” (MORAIS, 2003, p. 80).

Dentre os participantes da guerra, existiam ainda os “voluntaristas da pátria”, os quais contribuía de forma pecuniária ou com seus serviços. Na província do Rio Grande do Norte encontramos inúmeros desses casos, principalmente no início do conflito, quando a opinião pública era unanimemente a favor da derrocada dos paraguaios.

Sobre a classificação dos alistados, segundo Hendrik Kraay (1996) a organização militar, em dado momento, pode servir como proteção a todo tipo de pessoas que estiverem em dificuldades financeiras, sociais, políticas, com a justiça, ou até mesmo no caso de cativos¹², podendo o recrutamento ser denominado de “abrigo da farda”. Entendemos com isso que a proteção dada pelo Estado, através de uma instituição que tem o uso legitimado da força, diminui a possibilidade de se enfrentar “perigos”, pois, ao se fazer parte do corpo, a agressão já seria à instituição.

Não poderíamos deixar de mencionar os alistados que Wilma Perez Costa (1996) identifica como “voluntários da fortuna”, aqueles que se apresentam visando algum ganho financeiro, usando o corpo do exército para ascender socialmente. Diferenciando-se dos que buscam o abrigo da farda pelo interesse financeiro, este tipo de voluntário é mais comum após a complicação dos eventos do Prata, em 1868.

Sobre o corpo do Exército que lutou na Guerra do Paraguai, Victor Izecksonh (1997) especifica dois grupos principais: “os tarimbeiros”, que constituíam os grupos de soldados nem sempre coesos e que eram alistados sem a necessidade de conhecimento específico de sua arma. Os “tarimbeiros podiam vir não só dos pontos superiores da Guarda Nacional como também de setores menos qualificados dos mundos agrícola e urbano” (IZECKSONH, 1997, p. 142). O outro grupo refere-se ao “núcleo profissional”, constituído por aqueles que detinham conhecimentos específicos em sua arma, o que produzia certa rivalidade entre os dois grupos. Os tarimbeiros, pelo grande serviço prestado até então e pela velha experiência em guerras, eram detentores da maioria da oficialidade. Já o núcleo profissional, devido aos conhecimentos específicos, reivindicava maior destaque na corporação.

Dito isso, deixemos claro que há uma divisão de caráter metodológico importante quanto ao estudo do conflito. Victor Izecksohn (1997) costuma dividir o estudo do conflito em dois momentos importantes: primeiramente o início das hostilidades, criação dos Voluntários da Pátria e, conseqüentemente, grande mobilização de tropas, pessoas e instituições a favor da defesa do país ultrajado; e, em seguida, o momento de dificuldade, com o alongamento do conflito, dificuldades de locomoção, bem como a retirada do apoio popular e de algumas camadas da elite, já que o conflito, a partir de 1867, passou a ser de ofensiva da Tríplice Aliança.

¹² A historiografia sobre escravos arregimentados para a guerra já é bastante extensa. Ver Doratioto (2002), Salles (1990), Toral (1995). Cf. também estudos de maior envergadura, como o livro *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*, de Jorge Prata (1996), e o estudo de Victor Izecksonh (2004), *Recrutamento militar para a Guerra do Paraguai na província do Rio de Janeiro*.

Como Fábio Mendes (2010), nós preferimos, a partir das conjunturas do conflito, a sua divisão em três fases, estas apresentadas em Doratioto (2010, p. 97-98) da seguinte maneira:

Uma primeira fase se inaugura com a invasão Paraguai do Mato Grosso em dezembro de 1864, e a tentativa de Lopes de auxiliar seus aliados Blancos no Uruguai abrindo um novo *front* ao invadir a província argentina de Corrientes. Em primeiro de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o tratado da Tríplice Aliança. Em junho a marinha paraguaia é destruída na batalha naval de Riachuelo. Entre junho e agosto de 1865 tropas paraguaias invadiram o Rio Grande do Sul e ocuparam a cidade de Uruguaiana, rendendo-se em agosto de 1865, na presença de Pedro II. Essa fase correspondeu à criação dos corpos de Voluntários da Pátria, seguida de um significativo movimento espontâneo de mobilização para a guerra, com doações e apresentação de voluntários em várias províncias do Império. Corresponde também à convocação de 15 mil Guardas Nacionais, definindo-se quotas a serem cumpridas pelas diversas províncias. O sucesso em Riachuelo prenunciava uma campanha rápida e fácil.

Uma segunda fase da campanha é aberta com o recuo das tropas de Lopes para o território paraguaio, numa estratégia de guerra defensiva em posições entrincheiradas em território desconhecido. A contra-ofensiva aliada se abre com uma série de reveses com grandes perdas em Estero-Bellaco, Tuiuti e Curupaity. A partir desse momento, a guerra civil na Argentina e no Uruguai coloca praticamente todo o ônus da campanha sobre as tropas brasileiras. Após a derrota de Curupaity, em outubro de 1866, Caxias assume o comando geral do exército. Até julho de 1868, quando a fortaleza de Humaitá foi tomada, travou-se uma sangrenta guerra de posição, agravada pelas perdas provocadas pelo cólera. Esta fase foi acompanhada por um declínio das taxas de voluntariado, e pelo recrudescimento do recrutamento forçado e dos esforços para completar as quotas de Guardas Nacionais designados. Em fins de 1866, após um acirrado debate no Conselho de Estado, iniciaram-se as incorporações dos escravos da casa Imperial e das Ordens Religiosas, assim como os esforços para convencer senhores a libertar seus escravos para ser incorporados ao exército imperial, sob a forma de emancipações compensadas.

A terceira fase é aberta com as batalhas de Avaí, Itororó e Lomas Valentinas em dezembro de 1868, que abrem o caminho para a ocupação de Assunção. Abre-se a campanha das Cordilheiras (1869-70), sob o comando do Conde D'Eu, em que Lopes e o remanescente de seu exército resistiram tenazmente até a aniquilação final.

Compreender o conflito e suas vicissitudes nos permite estudar questões de abrangência regional, entendendo mais especificamente o lugar ocupado pelas províncias, em nosso caso a do Rio Grande do Norte. Para a pequena contemplação dessa ambiciosa proposta, nos concentramos nos mecanismos de aliciamento para o serviço das armas, procurando apreender como se processou a construção dos discursos *patrióticos e de guerra justa*. Para tanto, nos centramos nos relatórios e em algumas obras que nos trazem a reprodução de peças teatrais, cantigas, etc.

Portanto, esta dissertação tem por objetivo investigar a participação da província do Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai, analisando desde os mecanismos de arregimentação e

recrutamento de homens na província¹³, até a concomitante formação e construção do Estado, nos aprofundando mais nas questões de profissionalização do Exército. Torna-se, então, ponto nevrálgico no seguimento da pesquisa a investigação de bibliografia acerca da Guerra do Paraguai, pois conhecer seu objeto de estudo é parte integrante da função do historiador.

Posto isso, foi nossa escolha dividir a bibliografia sobre o conflito em três grupos distintos, visto ser evidente a presença de uma vasta historiografia que se preocupa em estudar as origens do conflito desde problemas na região do Prata, ainda no período imperial. Contudo, essa historiografia busca por causas e consequências, nos levando ao risco de simplificações.

Receios à parte, inicialmente focalizaremos nas narrativas de batalhas, nas densas descrições e análises de estratégias militares e condução da diplomacia, nos relatos de feitos militares produzidos por oficiais de alto escalão, nas histórias pitorescas de campanhas, etc., produções predominantes no Brasil por muito tempo. Esses trabalhos, produzidos por historiadores, começam a aparecer imediatamente após o fim do conflito, buscando, em grande parte, exaltar os feitos patrióticos dos soldados brasileiros, além de procurar sempre deixar clara a “justiça” da guerra provocada pelo tirano expansionista e megalomaniaco Solano López. O início dessas hostilidades se dá com o episódio da tomada do vapor *Marquês Olinda*.

Esse primeiro grupo de estudos tem anseios pela produção de mitos nacionais, bem como a exaltação de grandes feitos militares que pudessem fortificar o sentimento de patriotismo, deixando, porém, de analisar criticamente certos aspectos, sejam eles estratégicos (mostrando o significado da guerra) ou até mesmo organizacionais, os quais poderiam revelar o envolvimento de vários setores da sociedade como um todo no processo do conflito (MORAIS, 2007. p. 9).

A tentativa de sistematizar tal historiografia objetiva suprir as lacunas existentes acerca da temática, por isso, não pretendemos de forma alguma o esgotamento do assunto. Assim, separamos para o primeiro grupo algumas obras consideradas de grande qualidade e de leitura obrigatória, dentre elas a vasta obra do General Tasso Fragoso (1934), *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, em seus cinco volumes. A narrativa apresenta vastos dados estatísticos, mapas, com destaque para a participação brasileira nesse conflito.

Em seguida temos a obra do General Paulo de Queiroz Duarte (1992), *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, pesquisa de grande fôlego sobre quase todos os corpos de

¹³ Referente a esses mecanismos, problematizaremos a questão da formação dos Corpos de Voluntários da Pátria, criados pelo decreto de número 3.371, de 07 de janeiro de 1865. Para isso, tomaremos como base os relatórios, periódicos e bibliografia produzida por Norteriograndenses, centrando nos conflitos entre poderes locais, impacto nas relações burocráticas e sociais.

Voluntários da Pátria formados durante o conflito. Esta traz em suas páginas comandantes, missões, folha de pagamentos, bem como a descrição de algumas batalhas importantes. Fechamos nosso pequeno esboço com o livro do também General, J. S. de Azevedo Pimentel (1978), intitulado *Episódios Militares*, que apresenta apanhado de batalhas e episódios pitorescos dos campos de batalha. Das três obras citadas, é a que mais se aproxima de uma preocupação com o soldado de linha, com o dia a dia nos acampamentos, e com a relação entre estes e os seus comandantes.

Ramificação desse primeiro grupo bibliográfico pode ser considerada a de cunho memorialístico, ou seja, publicações feitas pelos participantes da Guerra do Paraguai. Alguns redigiram suas memórias antes mesmo do fim do conflito, como no caso do Visconde de Taunay (1997 [1869]), em *A Retirada de Laguna*. Neste livro, o autor narra de forma épica a desastrosa tentativa de expulsão dos paraguaios do Mato Grosso, que acabaram tendo de fazer uma retirada, passando por vários perigos. Nessa narrativa, a intenção era de mitificar a força das tropas brasileiras, em contrapartida às forças “covardes e traiçoeiras” dos paraguaios. A falta de grandes ícones do exército brasileiro forçou o Visconde a fazer comparações com personagens de literatura clássica, como Ulisses da Odisseia, as quais foram pautadas tanto na jornada que os brasileiros fizeram na retirada, quanto na sua persistência de se manterem fiéis ao objetivo maior; vencer o conflito e, por isso, não desertar ou se render.

Outro participante do conflito que publicou suas memórias foi Dionísio Cerqueira (1979), com as *Reminiscências da campanha do Paraguai*, livro escrito alguns anos após o fim do conflito, já quando a instituição do Exército influenciava decisivamente na vida política do país. Ainda assim, nos traz importantes dados da campanha, bem como uma narrativa envolvente e diferenciada daquela centrada nas batalhas e estratégias militares. O que a distingue de outras obras é a preocupação que tem com o cotidiano dos soldados, normas disciplinares e erros estratégicos do alto comando. Separamos uma passagem da introdução que define bem a importância do seu olhar para o estudo da Guerra do Paraguai:

Vejo-me na situação de quem se encontrasse, de súbito, no topo de uma torre dominadora, rodeada de maravilhosos horizontes – o mar rumoroso, estendido infinitamente, salpicado de embarcações misteriosas que fogem e que vêm; montanhas ásperas, de taludes a pique e pontas agudas; florestas compactas, repletas de bichos inimigos e perigosos ocultos; campos rasos em que o gado pasta e o homem canta; rios poderosos de água grossa e arroios transparentes, de líquido saltitante; extensões desoladas de areias ardentes, e ondulações brancas de gelo; lagos plácidos povoados de assombrações – todas a paisagens, todas as variedades da natureza em redor da torre miraculosa[...] Mas o observador chega a ela num fim de tarde. As sombras se adensam rapidamente. Não poderá, não terá tempo de gozar o espetáculo grandioso, vislumbra tudo, mas não apreciará nada não admirará o mar, não temerá a floresta, não medirá a montanha, não acompanhará o rio, não sentirá a terra, não

sonhará os sonhos que se espelham nos lagos encantados [...] A noite cresce depressa, ficar-lhe-á apenas a visão de tudo e uma grande saudade do que pudera ter tido[...] (CERQUEIRA, 1979, p.17).

Essa citação é o parágrafo inicial da sua obra. Parece um grande resumo do que seria toda a campanha: um misto de privações espera e perda do tempo, da vivência com os familiares e, principalmente, da vida dos soldados que se “embrenhavam pelo Paraguai”. Finalmente, esse tipo de memória contribui para maior esclarecimento sobre partes que envolvem o cotidiano do *front* de batalha, principalmente no que se refere à construção do sentimento de pertença ao corpo do Exército e, em segunda instância, à Nação emergente.

A segunda vertente de nossa divisão bibliográfica fica, no entanto, por conta da historiografia *revisionista*, surgida nos anos 1950 e tendo grande aceitação na década de 1970, com a difusão de duas teses principais. A primeira refere-se à ideia de que o Paraguai do pré-guerra de Solano López seria o herdeiro da luta pela “causa da unidade hispano-americana, em continuação às lutas de independência contra o domínio espanhol. Igualmente, revela o país como precursor de uma via distinta de desenvolvimento sócio econômico”.

Quanto à segunda tese, complemento da primeira, era de que “a guerra foi causada por uma maquinação do imperialismo britânico contra um suposto desenvolvimento autônomo paraguaio” (MORAIS, 2007, p. 11). Essa proposição ganhou no Brasil grande envergadura, aparecendo, inclusive, nos livros didáticos. Segundo essa interpretação, Brasil, Uruguai e Argentina eram manipulados economicamente e politicamente no intuito de provocar uma guerra de destruição contra o Paraguai. Na tentativa de melhor organizar o entendimento sobre a questão, Doratioto (1997, p.12) escreve:

A fantasia revisionista apresenta o Paraguai do pré-guerra como um país progressista, quase um protoc comunismo de Estado que teria proporcionado a modernização do país e o bem-estar de sua população. A Guerra do Paraguai, para esse revisionismo, resultou do confronto entre duas estratégias premeditadas de crescimento econômico: a paraguaia, sem dependência dos centros capitalistas, e a estratégia da Argentina e do Brasil, dependente do ingresso de recursos financeiros e tecnológicos estrangeiros. Para o revisionismo esses dois países teriam sido manipulados por interesses da Grã-Bretanha para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos e fornecedor de algodão para as indústrias inglesas.

Para o autor, é evidente que essa tese não desfruta de maior aprofundamento nas questões dos envolvidos no conflito, seus posicionamentos, pretensões e opiniões políticas referentes à disputa no Prata. Para a parte que nos interessa, especificamente, a partir do contexto das décadas de 60 e 70, o autor nos remete à influência que este tipo de tese sofreu:

As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de combater essas ditaduras era minar suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho de chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, o outro, Caxias, tornou-se patrono do Exército brasileiro. É impossível, também, não notar, nas entrelinhas do revisionismo, a construção de um paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras “progressistas” e vítima da então nação mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha (DORATIOTO, 1997, p. 13).

O contexto militar da época dificultou pesquisa relacionada à Guerra do Paraguai, contribuindo, assim, para a difusão das teorias revisionistas. Os autores que se destacaram com esse tipo de estudo no Brasil foram, o jornalista Júlio José Chiavenato (1991), com o estudo *A Guerra contra o Paraguai*; e Léon Pomer (2001), com *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. Ambos tinham como proposição a busca da destruição paraguaia a partir de interesses expansionista da Inglaterra, “revendo” a figura de Francisco López, apresentando como anti-imperialista, além de difusor das liberdades intelectuais e econômicas e dos mitos sobre educação e desenvolvimento econômico.

Apesar da ampla difusão, a tese de que o imperialismo inglês foi o grande financiador do conflito começa a ser revista e criticada, principalmente no fim dos anos 80, quando estudos buscaram demonstrar e ponderar sua inconsistência. Argumentos centrais nessa empreitada foram os apontados por Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), no livro *História da Política Exterior do Brasil*, e Moniz Bandeira (1998), com a obra *O Expansionismo Brasileiro*. Os autores defendiam que a política exterior do Império brasileiro não se dobrava aos ditames dos interesses britânicos e que o conflito se desdobrou a partir de complicações e interesse dos envolvidos na região.

Parte de nosso objetivo compreende o aprofundamento nos questionamentos e críticas feitos a essa historiografia, o que torna importante o apanhado produzido por Moraes, sobre estudos de maior envergadura e pesquisas documentais:

A título apenas de referência, as pesquisas têm demonstrado: a) a forte presença de investimentos estrangeiros, inclusive britânicos, no processo de modernização levado a cabo por Solano Lopez no período pré-guerra; b) as tensas relações entre Brasil e Inglaterra ao longo do século XIX, sendo o caso mais emblemático a ruptura das relações diplomáticas entre os dois países em 1863 (Questão Christie); c) a insignificância do mercado consumidor paraguaio e da produção algodoeira para que pudesse despertar uma “ânsia de lucro” dos capitalistas ingleses; d) as peculiaridades da formação histórica do Paraguai para se entender a singularidade de sua estrutura fundiária e nível cultural; e) a população paraguaia era bem inferior àquela oficialmente registrada pelos censos oficiais; f) a herança herdada pelos países da região da Bacia do Prata, das tensões oriundas ainda das disputas coloniais de Portugal

e Espanha; e por fim, as pesquisas empíricas não encontraram, sequer, indícios, referências ou pronunciamentos, que pudessem levar a crer em uma maquinação britânica por trás dos países envolvidos quanto à decisão de eclodir a guerra (MORAIS, 2007, p. 12).

Recentemente, na historiografia brasileira tem prevalecido a tese de que as origens do conflito encontram-se no próprio processo regional. Esse tipo de interpretação, ao contrário da revisionista, apoia-se em uma gama documental e de pesquisa histórica. Autores como, Victor Izecksonh (1997, 2004, 2009), Ricardo Salles (1990), André Toral (1995) e Francisco Doratioto (1997, 2002), representam bem esse tipo de historiografia. Desses nomes, Doratioto (2002) tem ganhado bastante reconhecimento por sua obra, *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, em que desenvolve pesquisa documental e bibliográfica de grande esforço, reavaliando os significados, eventos, bem como a participação do alto comando, a condução da diplomacia argentina, brasileira e paraguaia, o conflito que resultou do processo de construção dos Estados nacionais na região do Prata.

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a uma aliança com os blancosuruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 23).

Outro pesquisador de destaque nessa época, Victor Izecksonh, em sua dissertação de mestrado, *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*, publicada em 1997, procura criticar as teorias revisionistas, chamando atenção também para a defasagem de pesquisas que avaliem o impacto da Guerra no cotidiano sobre a sociedade. Segundo o autor, “pouco é dito, por exemplo, sobre as dimensões patrióticas da mobilização na sociedade, ou mesmo sobre como essa guerra afetou a vida cotidiana de parcelas significativas da população, incorporadas ao Exército através do recrutamento” (1997, p. 22).

Essas temáticas ausentes, identificadas por Izecksonh, fazem parte justamente do terceiro ponto dessa rápida análise historiográfica. Nas últimas duas décadas, a historiografia tem deixado de lado as pesquisas e debates em torno das origens do conflito, para se dedicar a temáticas que vão além do conflito em si. Essas pesquisas buscam compreender a construção do Exército como instituição, as práticas do recrutamento militar, bem como de libertos, escravos, infantes, mulheres, desclassificados sociais e o impacto que essa e outras práticas geravam na sociedade da época, incluindo ainda o papel da guerra no processo de formação da “nação” e, finalmente, analisando os conflitos locais e provinciais, não mais centrando as pesquisas nas províncias próximas do centro político e da fronteira com o local do conflito, mas também nas províncias do Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí¹⁴.

No caso do Rio Grande do Norte, em nosso levantamento bibliográfico encontramos dificuldades para identificar trabalhos que se encaixassem no nosso recorte temporal, principalmente os que abordassem a questão do recrutamento no período que engloba o Império. Por isso, usamos fontes compiladas por Câmara Cascudo (1984 [1955]), Maria Arisnete Câmara de Moraes (2003), Nestor Lima (1938) e Adauto Miranda Raposo da Câmara (2008 [1951]), para que fosse possível a problematização do objeto de pesquisa com relação à província. Referente à formação do Exército na província, às instituições governamentais, bem como à administração e legislação, fica evidente a dificuldade de pesquisa, não só pela falta de bibliografia especializada, mas também pela dificuldade de acesso às fontes, um problema que parece crônico e que já fora tratado por Augusto Tavares de Lyra (1982).

As propostas e temáticas de pesquisa sofreram uma decisiva influência a partir dos anos 1990, com a “nova história militar”¹⁵, o que facilitou a organização da nova história militar brasileira. Sobre isso, Celso Castro, Victor Izecksohn e Hendrik Kraay na obra *Nova História Militar Brasileira* (2004, p.23), apontam que:

¹⁴ Muitos desses estudos foram dissertações e teses. Na província do Ceará, a mais rica nesse quesito, existem os trabalhos de Xislei de Araújo Ramos (2003), sobre recrutamento, deserção e os limites da ordem estabelecido no momento de conflito, com o título “*Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime*”: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875); o de Fábio Moraes (2007), “*Às armas cearenses, é justa a guerra*”: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870); e Maria Regina de Souza (2007), *Impactos da “Guerra do Paraguai” na Província do Ceará (1865-1870*. No Mato Grosso há o estudo intitulado *A GUERRA COM O PARAGUAI: Aspectos polêmicos. Aprofundamento*, de Ruy Coelho de Barros. Há também tese de doutorado, como o estudo de Johnny Santana de Araújo (2009), com o título *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866*.

¹⁵ Na obra *Novas dimensões da História Militar*, organizada por Russel F. Weigley (1981), é colocada a “nova história militar” como algo não tão novo, pois este tipo de pesquisa já vem sendo feita desde alguns anos, principalmente na Inglaterra, com o emprego de técnicas obtidas de várias disciplinas. Busca-se o entendimento do processo social em torno da guerra, bem como assuntos ligados à homossexualidade nas tropas, discriminação racial, entre outros assuntos.

Por volta de 1990, uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história social, da antropologia e mesmo das perspectivas pós-modernas sobre os estudos militares propiciou a revisão da história militar [...]. O fim do regime militar removeu alguns dos estigmas associados à história militar que limitavam a pesquisa acadêmica e permitiu o acesso a fontes militares até então inacessíveis.

Essa “confluência frutífera de democratização” e influências de vários ramos da pesquisa social deslocaram o foco das temáticas que giravam em torno das batalhas, estratégias militares e feitos de figuras militares de destaque para questionamentos sobre a interação cotidiana entre as tropas e a sociedade. Democratizando-se o acesso às fontes, democratiza-se também o próprio ato de pesquisar, bem como alarga os interesses sobre assuntos militares antes não abordados:

Essas pesquisas estudam a origem social, os vínculos de sociabilidade, as operações formais e informais das hierarquias, os sistemas de progressão e punição operantes nos quartéis e destacamentos espalhados pelo país. Estudam também as ocasiões em que as Forças Armadas entraram em combate: as poucas guerras externas, a participação no processo de unificação territorial, a formação dos oficiais e os episódios de violência coletiva, especialmente as revoltas. Finalmente, se debruçam sobre questões de gênero, incluindo a identidade masculina, o homossexualismo e a participação de mulheres nos contingentes (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 12-13)

Nesse sentido, os estudos de aspectos militares têm se mostrado uma excelente opção para o entendimento da dinâmica social brasileira, atentando para valores e convenções políticas e sociais. No campo da Sociologia e das Ciências Políticas, o estudo das práticas “do recrutamento militar no Brasil, tornaram-se campos frutíferos para pesquisas sobre a formação e organização do Estado brasileiro, especialmente sua burocracia, suas estruturas de funcionamento e organização e suas relações com a sociedade”. Sendo assim, essa “nova” historiografia militar, decisivamente influenciada pela História Social e Antropologia, “com uma abordagem mais centrada na relação das instituições militares com a sociedade e vice e versa, tem propiciado um rico debate e uma intensa produção acadêmica” (MORAIS, 2007, p. 19).

Destarte, a pesquisa que apresentamos procura desenvolver um diálogo com essa historiografia dita “nova”. Compartilhamos, pois, com alguns dos questionamentos apontados nessa produção, nos alicerçando nela em momentos de necessidade de suporte teórico e metodológico, principalmente no tocante à análise e investigação das fontes.

No segundo capítulo discutimos o cotidiano da província, suas características econômicas, setores industriais, principais produtos e situação financeira. Consideramos ainda

a necessidade de modificação dos espaços e a compreensão que tinham os dirigentes da província sobre melhorias que nelas deveriam ser feitas. Também tratamos dos ajustes formais e informais no cotidiano dos homens livres pobres, percebendo a concepção de justiça para com eles, o que nos propicia a verificação de modificação das relações de trabalho e consequente concepção de vadiagem e propensão ao crime. É nosso interesse também investigar a organização do aparelho repressor, o qual girava em torno da manutenção dos bons costumes, procurando fortalecer as instituições mantenedoras da legalidade do uso da força, atrelada à força dos mandatários locais, que fortaleciam seus séquitos com a demanda criada pela modificação do trabalho e busca por modernização no campo e no meio urbano.

Nesse sentido, procuramos analisar, a partir da visão do presidente José Olintho Meira, que teve o governo mais estável e longo durante o período entre 1863 a 1866, a situação da força policial e a manutenção da ordem, bem como a atuação das instituições e pessoas envolvidas na condução das melhorias. Mais especificamente, ponderamos sobre o Código de Posturas da cidade de Mossoró, afim de percebemos “o limite da ordem” imposta pelos órgãos que passam a regulamentar a construção de casas, espaçamento das ruas, passeios públicos, bem como instituição da boa vivência como requisito para a prevenção da desordem. Por último, destacamos a rotatividade dos cargos mais altos que constituíam uma elite dirigente do Império para nos concentrarmos no processo de eleição e atuação dos ocupantes dos principais cargos na província.

No terceiro capítulo, apresentamos uma breve explanação das complicações que desembocaram no conflito na região do Prata, focando em alguns aspectos de cada envolvido. Em seguida, nos preocupamos com a discussão do processo de recrutamento militar na província, analisando significado, dinâmica social e as ligações com as estruturas burocráticas de poder apresentadas no segundo capítulo. Portanto, tornou-se necessária a averiguação do sistema de recrutamento militar introduzido no Império, para que fosse possível compreender a percepção que a população tinha sobre o recrutamento, principalmente produzindo um paralelo quanto ao emprego deste sistema de arregimentação durante o conflito e nos momentos que o antecederam. Posteriormente, procuramos analisar o complicado sistema de isenções, tentando perceber as eventuais modificações e “adaptações” feitas, dependendo das necessidades dos potentados locais e das condições de guerra.

Na sequência, nos atemos na mobilização da província do Rio Grande do Norte para a Guerra do Paraguai, tentando compreender as implicações e impacto da criação dos Voluntários da Pátria no cotidiano da população nos anos de 1865-1866, analisando os discursos que reverberavam através de jornais, comícios e ajuntamentos em praças. Tratamos ainda das

variadas formas de recrutamento e de todo o aparato criado em torno deste, incluindo as comissões de recrutamento, a atuação do caçador de recrutas, os responsáveis pelas listas dos possíveis recrutados, bem como as variadas maneiras de resistência ao recrutamento forçado, que atingia, em sua maioria, os homens livres pobres, principalmente a partir de 1867.

Finalmente, procuramos analisar, a partir do momento em que as tropas aliadas estão estacionadas no Paraguai e a torrente de voluntários se estanca, a atuação do presidente Luiz Barboza da Silva (governo de 1866 a 1867) e do deputado Amaro Bezerra Cavalcanti (mandato de 1866 a 1868) que, através de vários ofícios, tornam possível a busca pelo sertão por soldados e “voluntários”, nos permitindo investigar como essas medidas foram recebidas pela população da província.

CAPÍTULO II – Procela provinciana: a província do Rio Grande do Norte (1860-1870)

2.1 Ajustes formais e informais no cotidiano da província do Rio Grande do Norte

Faltando o clarim d'imprensa
No Rio grande do Norte,
Poucos sabem que o Nortista
He partido grande e forte,
Que o SULISTA no governo
Lhe move guerra de morte.

Mas como os prelos Cearenses,
 Por amor d'humanidade,
 Já hoje por nós combatem
 (Contra a SULISTA vontade)
 Havemos provar ao mundo
 Nossa superioridade
 (O BRADO NATALENSE, 1849).

A invasão do território brasileiro por tropas paraguaias deixou evidente que havia, no Mato Grosso, uma vulnerabilidade sabiamente usada pelos exércitos de López. Essa constatação nos traz a necessidade de compreensão do aparelho repressor e sua estrutura econômica, social e política, bem como do sistema organizacional e administrativo das províncias, a fim de obtermos um olhar mais detalhado da situação em que se encontrava o país e das mudanças necessárias para o andamento do conflito.

No período que abarca nossa delimitação de estudo, as cidades tendiam a ser pequenas. Contudo, Mossoró e Natal se destacavam por, além de serem povoamento\cidade portuárias, ainda desenvolverem intenso comércio de manufaturas e vários artigos de primeira necessidade, abastecendo quase toda a província. Eram também passagem obrigatória dos comerciantes e transeuntes que tinham necessidade de ir de uma província a outra, e mesmo daqueles que viviam nos sítios e propriedades rurais distantes, tendo estes de, irremediavelmente, se deslocarem constantemente para essas cidades, tornando estas duas povoações ponto de encontro de comerciantes nas feiras e festejos.

Luís da Câmara Cascudo (2010 [1955]), em estudo denominado *Notas e documentos para a história de Mossoró*, demonstra que havia vínculo direto entre o rio que, ainda hoje, leva o nome da cidade e o estabelecimento do sedentarismo às suas margens, pois “às águas fixam o homem”. Ali era uma região que predominava a criação de gado, onde suas paisagens serviam, quase todas, para o pasto, sendo pouco eficiente o plantio de excedentes. Assim, segundo o autor, não era exatamente o produto extraído da terra o que predominava, mas sim o negociante. Para ser mais exato, o comércio que impulsionava e movimentava a povoação. Logo, “o negociante foi, da segunda metade do século XIX em diante, o animador de todo o desenvolvimento local, a explicação do progresso da povoação, vila e cidade, tornando-a centro poderoso de exportação”. Câmara Cascudo (2010, p. 240-260) chega, inclusive, a se expressar com um certo exagero quando se refere a Mossoró como “conhecido em todo o Brasil e núcleo irradiante de prestígio econômico para o norte inteiro, especialmente o nordeste”.

Não pretendemos, aqui, criar um estereótipo de cidade na metade do século XIX, mas, é nosso intuito mostrar que, a partir das informações acima, temos o ponto nevralgico quanto

aos deslocamentos e fixações temporárias e permanentes de transeuntes que se movimentavam por motivos diversos, mas que, em contrapartida, giram em torno do comércio. Portanto, esses sujeitos podem ser percebidos de maneiras diferentes pelos vários agentes aqui expostos.

É evidente que existe, na segunda metade do século XIX, uma modificação dos espaços. Se não de maneira extraordinária e abrupta, pela menos gradativa mudança se engendrou quanto à importância do campo. Nesse sentido, até a metade do século, a produção doméstica ou industrial do sertão¹⁶ era quase que exclusiva ao campo¹⁷, sendo, em grande medida, dividida em três setores. O primeiro setor contempla os pequenos estabelecimentos que serviam para a produção e beneficiamento da cana-de-açúcar; o segundo é constituído pela criação de gado e o fabrico de alimentos e utensílios artesanais à base de couro; e o último, pelos produtos que tinham como destino a exportação.

Esclarecendo melhor, o primeiro setor era responsável pela produção e beneficiamento de mais de 372 mil arrobas de açúcar. Em menor escala, havia a produção de algodão em locais como a serra do Martins e do Pires¹⁸ e em escala ainda menor os cultivos de fumo, café, e a agricultura de subsistência. Destacava-se, no entanto, a produção da cana, com investimentos em vários pontos da província, “principalmente nos férteis valles do Ceará-mirim e Capió”, e

¹⁶ Há uma diferenciação do significado de sertão, dependendo de onde é empregado. Em estudo sobre o emprego do termo, intitulado *Sobre a palavra “Sertão”: Origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica)*, Fadel David Antonio Filho faz apanhado da evolução deste significado. Devido ao espaço, selecionamos alguns trechos que nos são importantes. Primeiro, a significação dada no dicionário Houaiss, “1. região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. 3. A terra e a povoação do interior; o interior do país. 4. Toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos. (...)” (HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.: 2001, p. 2558). Segundo, “estudiosos como Gustavo Barroso (1947), da Academia Brasileira de Letras, de modo geral, admite-se que a palavra portuguesa ‘sertão’ nada mais é que a corruptela ou abreviatura de ‘desertão’, deserto grande, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hispides da África Equatorial. Tal vocábulo, por sua vez, derivou-se da forma latina correspondente: desertus (interior, coração das terras).”, fazendo-se o contraponto com o que nos diz Luís da Câmara Cascudo, “é o interior. Assim escreviam João de Barros, Damião de Góis, Fernão Mendes Pinto, o Padre Antônio Vieira, o escrivão Pero Vaz de Caminha. As tentativas para caracteriza-lo têm sido mais convencionais que reais. Sua fauna e flora existem noutras paragens do mundo que em nada semelham o sertão. Melhor, e folcloricamente, é dizer anterior, mais ligado ao ciclo do gado e com a permanência de costumes e tradições antigas. O nome fixou-se no Nordeste e Norte, muito mais do que no Sul. O interior do Rio Grande do Sul não é sertão, mas poder-se-ia dizer que sertão era o interior de Goiás e de Mato Grosso, na fórmula portuguesa do séc. XVI. A origem ainda se discute e apareceu mesmo a idéia de forma contrata de desertão”. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Coleção Terra Brasilis. 10a Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

¹⁷ Segundo Nestor Lima (1990), em alguns municípios divide-se em riqueza animal, riqueza vegetal, riqueza mineral, sendo importante destacarmos aqui que estas indústrias tinham as demandas causadas pelas necessidades do meio. Ver LIMA, Nestor. *Municípios do Grande do Norte Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luiz Gomes*. Ed. *Fac-similar* da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. 29\31- 1ª ed. 1938. Coleção Mossoroense. Série C – 1990.

¹⁸ A produção de algodão rivaliza com a cana-de-açúcar por toda a primeira metade do século XIX. Contudo, vinha de uma defasagem provocada pelas seguidas secas de 1837, 1843, e 1847, que mingüaram aqueles que empreendiam neste ramo, diminuindo consideravelmente as estatísticas no biênio 1859-1860 em consideração à década de 1850, caindo de 35 mil arrobas para 26. Relatório com que o EXM. SR. João José de Oliveira Junqueira abriu a sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no ano de 1860, p 8.

com a introdução de 20 “engenhocas para o fabrico de rapadura”¹⁹. Portanto, os 166 engenhos de ferro e 12 de madeira, aumentaram a produção deste alimento que era essencial na cadeia alimentar do sertanejo²⁰.

O segundo setor refere-se à indústria criadora, principalmente a de gado, que foi, em grande parte da província, o elemento fundamental de fixação em fazendas e pequenas povoações de criação. Este setor era responsável por grande parte da exportação para províncias vizinhas, onde “exporta-se carne seca, ou de sol, que é assaz afamada”. Completando, havia o que é denominado de indústrias animais²¹, que “constam de queijo de manteiga, cortume de couros (sóla), artefactos de couro: células, corônas, calçados, bainhas para facas, etc., que se encontram nas feiras da cidade e dos povoados” (LIMA, 1990 [1938], p. 170).

O último setor compreende a exportação para outros países, movimentando a economia da província com os impostos de alfandega. A exportação de madeira para tinturaria e construções era de grande importância, principalmente no que se refere ao pau brasil e “tatajuba”, conquistando grande mercado devido à qualidade desta madeira, principalmente para a França. Havia também a exportação do sal, que era produzido por quase todo o litoral da província.

O fortalecimento de segmentos exportadores cria, então, uma demanda quanto a construções em espaços antes rurais, perturbando os moradores e administradores da época quanto à busca de melhorias nas condições de escoamento e produção desses produtos.

¹⁹ Em 1810 o comerciante inglês Henry Koster, nascido em Portugal, mas que vivia, desde 1809, em Pernambuco, decide no ano seguinte empreender viagem do Recife ao Ceará, tornando o seu riquíssimo relato em depoimento transcrito por Luís da Câmara Cascudo. Ele admoesta sobre as rapaduras: “são tijolos de açúcar escuro ou de mel fervido até suficiente consistência ao resfriar, tornando-se desta maneira mais portáteis e menos sujeitos a liquefazer-se durante o transporte”. (KOSTER, apud. CASCUDO. 2010, p 39).

²⁰ “A alimentação era a carne, assada ou cozida, com farinha farófia ou pirão. Verduras, hortaliças, quase desconhecidas. Usavam os cheiros, cominho, coentro, alho, como no ‘velho da horta’ de Gil Vicente. O milho dava o cuscus, comum e mais raro o cuscus de mandioca. O de milho nos viera do Oriente pela mão do português e do negro africano que o tivera do árabe. As vacas-de-leite garantiam o queijo e especialmente o prato secular e milenar, a coalhada, de universal uso. O sertanejo não bebia leite. Comia-o, com farinha, com gerimu (abóbora), com batata, com milho cozido, o munguzá. No ciclo de São João a comida-de-milho, cangica, pamonha, bolo, cangicão, com leite de côco, este em anos do século XIX. O açúcar branco não era fácil. Comprava-se e guardava-se para adoçar remédios lambedores (xaropes) e chás medicamentosos. Como o mel de abelha para o indígena, a rapadura era o doce para o sertanejo. (...) Herdeiro do indígena o sertanejo amava todas as peças de caça, veados, pacas, emas, nambus, asa-branca, tijuacu, preá, mocó, tatus, muitas repugnando aos moradores do litoral, especialmente os praiheiros. As comidas comuns correspondiam às comidas de campo, levadas pelos vaqueiros nos pequeninhos alforjes de couro como provisão para os longos dias de perseguição aos bois marruás ou touros fugitivos. Era a paçoca, carna pisada a pilão, com farinha, comida com rapadura ou banana. Delícia era o COMBOEIRO carne assada, cortada miudinha e misturada com farinha”. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, 1984.

²¹ Confundindo-se com a indústria fabril, no relatório do presidente Junqueira, de 1860, encontramos esse trecho: “a indústria fabril é pequena, e atrasada nesta província limita-se aos misteres mais essenciaes a vida, com preterição do que é destinado ao conforto doméstico, e do que é verdadeiramente artístico”.

Essas demandas que produziram a necessidade de criação de vilas e cidades não podem ser explicadas somente pelo viés econômico, ou seja, devemos perceber que haviam elementos complicadores para essa necessidade. Sendo assim, as pequenas povoações missionárias tiveram bastante influência no modo de ordenação das cidades, pois suas missões tinham o interesse de povoar e “amansar” os índios. Fátima Martins Lopes (2009), ao estudar a ordem e a disciplina na construção espacial das vilas e cidades no Rio Grande do Norte, consegue perceber uma continuidade no interesse de ordenamento visando o disciplinamento ao longo dos anos, modificando-se, porém, as formas de dominação.

O modo de ordenamento priorizado pelas missões portuguesas tinha modelo a ser implementado. Segundo José Pessoa (apud LOPES, 2009, p. 53), as formas de missões, seguem alguns princípios básicos:

[...] modelo primeiro é o da grande praça relvada, aberta em um dos lados com a Igreja ao fundo, e o correr de casas nas laterais, do qual ainda se mantem como excelentes testemunhos, as cidades de Vila Flor, Ares e São José do Mipibu no Rio Grande do Norte.

Esse modelo, contudo, não atendia às intenções metropolitanas, pois, apesar de delimitar a légua quadrada como o espaço a ser habitado, os moradores ainda mantinham fortes ligações com os espaços naturais que se avizinhavam. Dessa maneira, permanecia o desejo de civilizar os indígenas. Segundo Lopes (2009, p. 55), “as vilas e cidades coloniais, ao contrário, eram ‘espaços culturais’, finitos, delimitados por cercas, valadas e tapanagens; lugares da ‘cultura estatal, eclesiástica, militar, policial, mercantil, humanista, monetário e legalista’”.

O modelo implantado pelas missões tinha como base a igreja, que ficava no centro, rodeada pelas casas dos moradores. Esse traçado facilitava a defesa, bem como a “vigilância” para com os moradores, na tentativa de melhoria dos costumes. Já quando da formação das vilas e cidades coloniais, os portugueses lançavam mão da mesma política “de urbanização planejada com a finalidade de intensificar a interiorização e o controle social e político da população já interiorizada” (LOPES, 2009, p. 57).

O reordenamento das vilas tencionava controlar as atividades consideradas perniciosas ao bom convívio, como “vagabundos e desordeiros”, por isso, o desejo da criação de povoações planejadas, com ruas amplas e sempre bem vigiadas, na intenção de constranger e reduzir esse tipo de população “errante”.

As vilas que surgiam nessa conjuntura guardavam o emprego desse modelo. Na tentativa de demonstrar “a tomada de posse” sob a terra, bem como o poder coercitivo imperial, os portugueses delimitavam os espaços pensados a partir do ordenamento de suas instituições

coercitivas, religiosas e administrativas. Nesse sentido, os nomes europeus, “os espaços delimitados e destinados à praça, onde deveria ser chantado o pelourinho como símbolo do pertencimento, e os prédios oficiais da Câmara e da Cadeia eram os demonstrativos físicos e coercitivos do poder imperial” (LOPES, 2009, p. 58).

No que concerne à delimitação dos novos espaços, a praça tinha papel crucial, pois era, segundo Paulo Santos (apud LOPES, 2009, p. 58), o “centro de reunião da vida urbana, em que se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e feiras”.

Conforme a referida autora, no Rio Grande do Norte, em decorrência da criação das vilas de São José do Mipibu e Vila Flor, ainda hoje é perceptível esse traçado que buscava a manutenção de uma vigilância, através de ruas largas e dispostas em função dos prédios da Igreja, da Câmara e da Cadeia. Nesse sentido, concordamos com sua percepção sobre essa disposição como função “disciplinadora” dos moradores, principalmente quando diz:

Vê-se que era constantemente a preocupação com a forma e estrutura dos espaços das vilas para garantir o controle da população pelos diretores, e esse cuidado com a vigilância sobre os moradores era, sem dúvida, facilitado pelos espaços abertos das novas vilas e pelo posicionamento estratégico tanto das Câmaras quanto das igrejas que permitia uma ampla visibilidade dos espaços e das pessoas (LOPES, 2009, p. 72).

Diferente do que se poderia imaginar, esse passado colonial de controle e ordenamento das moradias nos será bastante útil na inteligibilidade das ferramentas usadas no recrutamento, pois muito se assemelham na busca de uma “economia moral”, no sentido de melhoria dos costumes e moralidade dos moradores. Vale ressaltar que o recrutamento acaba indo além, servindo como regulador dessa moral.

A partir desse questionamento, é possível discutirmos duas questões que passaram a ser importantes para os norterio-grandenses. Primeiro, a necessidade de se criar um aparato urbano mais conveniente na sustentação e na logística do comércio, devendo ser este um elemento facilitador ao deslocamento e abastecimento, bem como a melhor maneira possível de organizar esse comércio nas cidades e o processo de recrutamento militar. Em seguida, temos a emergência do trabalho livre, que passou a ser mistificado na província, principalmente quando se percebe a necessidade de aumento dos séquitos para, de fato, exercer a dominação nas localidades²².

²² As localidades acabam tendo imensa importância no processo de recrutamento quando se leva em consideração que são os chefes locais quem gerem ou manipulam esse processo, acabando por ser força política e aliciadora de interesses particulares Cf. IZECKSONH, 2003, p.43.

Com o crescimento das principais cidades do Rio Grande do Norte, os séquitos começam a conquistar o espaço rural, que, aos poucos, vão tendo as terras ocupadas, incluindo os sítios, os terrenos desabitados, pequenas propriedades, matas e antigos engenhos. Toda essa paisagem confunde-se agora com a paisagem urbana, ocasionando o que Gilberto Freyre (apud RAMOS 2003, p. 53) denominou de “complexo rurbano das cidades”²³.

Nessas circunstâncias, os agentes do governo provincial e dos governos locais sentiam a necessidade de reconstrução e modificação das cidades, que guardavam ainda forte ligação com o rural, em espaços socialmente habitados e construídos de forma “moderna”, na concepção da época. No ensejo do liberalismo e dos jornais panfletários “anunciavam os ‘bons’ hábitos da vida urbana e os modos identificados com a nova ideologia de ‘progresso’ e ‘civildade’ eram valorizados e tomados como opostos aos do campo” (RAMOS, 2003).

O ano de 1863 marca decisivamente esse processo, sendo evidentes as preocupações do presidente José Olintho Meira em seu relatório. Espelhando-se nos exemplos das cidades europeias, principalmente as francesas, diz-nos que “basta este ar de superioridade conquistado pelas obras provinciais para demonstrar as cultas possibilidades de nossa acanhada província” (RELATÓRIO, 1863)²⁴. O presidente destina o fim do relatório e os anexos aos cuidados do engenheiro da província, Ernesto Augusto Amerim do Valle, já observando que, como nas cidades francesas, havia um técnico especializado no trato das questões das construções.

As primeiras medidas tomadas, nesse sentido, foram os reparos na ladeira e aterro do alto da ribeira em Natal. Era necessário haver calçamentos para que os transeuntes tivessem mais comodidade, bem como para que os dejetos não fossem despejados na rua, prejudicando os passeios e a boa vivência²⁵.

Segundo o engenheiro da província, foram feitas, de fevereiro de 1862 a março de 1863, quinze obras, nove por administração e seis por empreitada. Seguem, pois, os principais reparos e construções na província: estrada de São Gonçalo; obras no cais da praça da alfândega;

²³De acordo com RAMOS (2003), o processo de aglutinação das cidades com o espaço rural estabelece novas relações sociais e, principalmente, comerciais. As antigas relações rurais são englobadas e modificadas pelas novas relações estabelecidas pela cidade.

²⁴Fala e relatório apresentado pelo presidente José Olintho Meira à Assembleia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte, no ano de 1863. In. Falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte (1860-1873). Coleção Mossoroense, Série “G”. 2001.

²⁵Na época do carnaval era comum que as algazarras fossem feitas e que alguém, por ventura, recebesse na cabeça os dejetos de algum sobrado em cidades maiores. Cf. ALENCASTRO, Luiz. Vida privada e ordem privada no Império Privado. In ALENCASTRO, L. (org.). História da Vida privada no Brasil – Império. São Paulo companhia das letras, 1997. No Rio Grande do Norte não havia a preocupação tão eminente de receber os despejos na cabeça, mas do desconforto da sujeira e dos dejetos que se aglomerava nas ruas, chegando a tal ponto que no noticiário do jornal *Argos Natalense* (1860, edição 18) há a preocupação de se fazerem as limpezas de algumas ruas que se tornam, muitas das vezes, um empecilho para o tráfego de algumas carroças e cavalos. Certamente, a preocupação do jornal se refere aos locais frequentados pela elite.

reparos no calçamento da ladeira e aterro no bairro da ribeira; pontes do Touros, sobre o rio Trahiry e de Pitimbú a Cajupiranga; igreja matriz, cemitérios, hospital de caridade, quartel de polícia e cadeia da capital; tesouraria da fazenda; armazém dos escalares; fortes dos santos reis magos e; por último, porém não menos importante, o lazareto.

Demos especial destaque ao lazareto, porque, contraditoriamente a essa busca incessante pelas melhorias em busca do “progresso” e pela modificação dos costumes nesses espaços “rurbanos”, ali os provincianos sofriam com seguidas epidemias que agravavam a situação da saúde pública. Essas epidemias tinham lugares fecundos justamente onde eram precárias as condições de higiene, e ocorriam com frequência, sempre ceifando grande número de vidas. Sobre as vítimas, “no Açú e Macau a crise foi benigna. Todo o oeste escapou. Natal e S. José de Mipibu pagaram o tributo do maior obituário, mais de duzentas vidas” (CASCUDO, 1984, p. 278). Como se pode observar, era abrupta a necessidade de higienização das cidades, principalmente onde ocorria o ajuntamento de maior número de pessoas.

Em 1856, foi a vez da cólera morbo. À época, a cidade melhor preparada para enfrentar doenças era Natal, que possuía um médico e uma botica, mesmo assim morreram 2. 563 pessoas. Em 1858, o médico comunica “que vai se desenvolvendo nesta cidade uma epidemia cujos sintomas o levam a crer que é a gripe, da qual foram ultimamente invadidas as províncias do Pará, Maranhão e Ceará” (CASCUDO, 1984, p. 267).

Além, é claro, da mortalidade infantil comum à época, em 1858 assombra o presidente Nunes Gonçalves o registro de 89 crianças entre os 160 óbitos verificados em natal naquele ano. A respeito desses números, o mesmo médico público explica “tratar-se de uma epidemia de vermes lombricais, auxiliada pela alimentação quase exclusivamente de vegetais”. Com essa explicação o presidente sossega e dá parecer de temporário. As crianças, contudo, continuaram morrendo.

A varíola foi mais constante, agiu por décadas, às vezes de forma mais amena, outras de forma mais aguda, acometendo toda a população, o que ocasionou a preocupação dos agentes vacinadores “que realizavam milagres de persuasão para riscar o braço dum sertanejo, horrorizado com aquela manobra de trata-lo com pus... vá botar sua porcaria no inferno” (CASCUDO, 1984, p.279)²⁶. Esse episódio nos dá vazão para inferir quanto à chegada do

²⁶ “Foi uma época de construção de isolamentos, lazaretos, recolhimentos. Eram barracões de palha, erguidos às pressas nos lugares onde a varíola se instalara. Os variolosos ficavam nas esteiras de palha de piripiri. Para acolhê-los convenientemente o presidente Francisco Gouveia Barreto começou o ‘lazareto da piedade’ na estrada velha de Guarapes. Em Natal fizeram três barracões”. CASCUDO. Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 1984. P. 279. No ano de 1863, em seu relatório, o presidente José Olintho Meira nos informa sobre as medidas em torno da doença: “os estragos da varíola depois da descoberta da vacina parecem um castigo infligido pela falta de cumprimento do primeiro e mais sagrado dos deveres, a nossa própria conservação. É quase incrível que sendo

progresso em nossa província. Nesse contexto, se houve problemas quanto à vacinação, o que dirá sobre os novos costumes e forma de viver na busca da higienização?

Já em 1855, Mossoró mostrava sua preocupação quanto ao crescimento desordenado da cidade, por isso foram criados artigos que deveriam se preocupar em neutralizar as formas erradas de progresso. Portanto, o Código de Posturas²⁷ inicia-se advertindo, em “artigo 1º - pessoa alguma poderá levantar casas, ou qualquer edifício dentro do quadro da vila sem licença da câmara, assistência do fiscal, obtendo bilhete de aforamento do terreno”. Também havia a preocupação quanto ao arruamento, verificada no artigo 3º, o qual nos fala que “as ruas terão entre si a distancia de 60 palmos, os becos e ruas travessas 30, e os quintais, além de serem de tijolo ou madeira, terão de comprimento até oitenta palmos”.

Mas o maior foco de preocupação do código era quanto à higienização da cidade, com o maior número de artigos que zelam por esse intento básico na diminuição das mazelas, a saber: “art. 4º - os proprietários e inquilinos desta vila serão obrigados todos os anos no mês de agosto a mandar limpar o terreno das frentes e dos fundos dos quintais de suas casas (...)”; art. 10º - “proíbe de se fazer escavações e entulhos dentro da vila ou suas imediações; sob pena de 2\$ rs., de multa, ou 4 dias de prisão”. Já no art. 11º e 12º há a preocupação específica com a higienização das ruas, poços e rios, sendo assim descritos, respectivamente: “proíbe-se cães e porcos soltos dentro da vila, ficando o fiscal incumbido de mata-los em correição”; e “é proibido tinguir-se as águas das lagoas e poços dos rios deste município; sob pena de 2\$ rs., de multa, ou 8 dias de prisão”²⁸.

Provavelmente, esses costumes combatidos eram vistos como atraso para os que possuíam propriedades e não dependiam de um mínimo de terra pra criar animais que os servisse de abastecimento para os dias de maior necessidade, sendo comum para tal propósito

conhecido meio tao fácil pra conseguir-se a preservação de um mal tao estragador e repugnante, sejam frequentemente victimados os povos por efeito da mais imperdível negligencia. Tendo vagado o lugar de vaccinador por falecimento cidadão Lourenço Antonio do Amaral que o ocupava no meio interinamente em dat de 3 de agosto o cirurgião do corpo de saúde José Joaquim Machado, a quem recomendei a maior diligencia e solicitude no exercício do referido emprego, e que fizesse innocular a vaccina tanto nesta capital como nas povoações do interior por meio dos respectivos comissários. Para este fim já pedi alguns tubos capilares de puzvaccinico ao Exm. Sr. Ministro do império e aos Exms, Srs. Presidentes de Pernambuco e da Bahia. Atendendo a falta de pessoas habilitados na maior parte dos lugares centraes recomendei ao inspector de saúde publica, o mesmo vaccinador, que organizasse ai instruções necessárias, afim de ser inoculada eficazmente a vacina e conhecer-se quando é verdadeira estas instruções, depois de aprovadas pela autoridade competente, devem ser distribuídas pelas pessoas encarregadas desse trabalho”.

²⁷ Coleção mossoroense, série “C”, nº 1192- julho de 2002. Fundação Vingt-Un Rosado, Mossoró.

²⁸ A primeira postura de Mossoró foi redigida pela resolução de 18 de julho de 1855, por Antonio Bernardo de Passos, bacharel em direito, presidente da província do Rio Grande do Norte, o que nos dá maior poder de inferência sobre esses termos, entendendo que eram preocupações que atingiam todas as cidades da província. Higienizar e alcançar o progresso através da modificação dos costumes era uma tendência que seria seguida deste então. Códigos de postura do município de Mossoró (1855,1881, 1888, 1908 e 1940). Coleção mossoroense, série “C”, nº 1192- julho de 2002. Fundação Vingt-Un Rosado, Mossoró.

o uso de becos, terrenos baldios, ruas e praças; qualquer local que servisse de substituto à falta de terras, principalmente para os pobres livres, dependentes dos espaços cedidos pelos abastados, que fossem colocados à rua, necessitando lançar mão de medidas emergências quanto à falta de pasto.

A necessidade de higienizar, de melhorar os costumes e a cidade, advinham, em grande medida, da parcela da população mais abastada, de maneira que os pequenos proprietários, os transeuntes e pequenos comerciantes e livres pobres, não eram contemplados da mesma forma com essas melhorias. O que percebemos na documentação é um sentimento de desenraizamento, de modificação dos antigos costumes, que são “passados de pai para filho desde o início dos tempos”. Costumes como caçar, criar animais soltos no “terreiro, comer com as mãos, ter os horários estabelecidos pela labuta no campo, e o descansar na rede” (CASCUDO, 1984, p. 197), devem ser melhorados, civilizados. Agora, dever-se-ia comer à mesa e com talheres e a indumentária vinda de outros países, deveria ser adotada mesmo que não fosse de acordo com nosso clima árido.

As modificações na província chegavam também através de melhorias em estradas, na chegada do lampião a gás e nos calçamentos das ruas. Com isso, as elites, sentiam necessidade de mudança nesse cotidiano “permeado de improvisações e arranjos”. Como nos demonstra Xislei Araújo Ramos (2003), “na fala da classe social mais abastada, percebe-se o preconceito sobre os hábitos e a maneira de viver do homem pobre livre”. Esse sentimento é mais agudamente sentido em discurso impresso, o qual, mesmo que não traduza totalmente os anseios da população, pelo menos nos serve de mediador na percepção do que pensava e pretendia esse tipo de extrato populacional. Sendo assim, para um proprietário de terras e capitão da Guarda Nacional de Granja, na província do Ceará, “o trabalhador rural que não procura se empregar é porque não tem ambição e prefere viver nessa pobreza extremada, buscando apenas um prato de farinha o que demonstra sua inferioridade” (RAMOS, 2003, p. 38-40).

A visão acima, preconceituosa e excludente, demonstra perfeitamente o que a pequena elite sertaneja pensava sobre as classes menos abastadas, sendo clara a necessidade de adequação do discurso dos trabalhadores rurais que não empregam o discurso das melhorias. Assim posto, na esteira da modificação da província, da busca pela maior civilidade, pelo processo que demonstre que as cidades estavam preparadas para serem local perfeito para a boa vivência da população, percebemos, no discurso, a necessidade de “representar o homem pobre sob a retórica da modernidade e da civilidade” (RAMOS, 2003, p. 38).

Izabel Andrade Marson (1984, p. 81) por sua vez, tem opinião voltada para a percepção que se tinha sobre o Nordeste e, com isso, “a emergência do trabalho livre tornou-se uma decorrência linear, fruto do movimento mecânico de um ciclo econômico em fase de declínio, ou então, vinculado a estruturas comprometidas com o subdesenvolvimento”. De acordo com a autora, a decadência do açúcar possibilita o fortalecimento das relações paternalistas e a ligação a um senhor proprietário de terras, “onde a constituição da força do trabalho livre flui ‘naturalmente’ como resultado de um empreendimento em crise”. Ainda somos alertados para os quatro séculos de escravidão, pois o “problema da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre no nordeste tem se restringido à preocupação de explicar como se desfez a massa escrava, se pelo tráfico interprovincial, pela alforria ou pela morte”.

Assim, percebemos uma campanha para a “normatização” do trabalho, principalmente após o fim do tráfico internacional de escravos e a necessidade de maior absorção da mão de obra para a produção de algodão que, com o início da guerra de secessão nos Estados Unidos, aumentou em proporções impressionantes a exportação deste produto para a Inglaterra²⁹. Nesse sentido, os jornais tinham grande espaço, na tentativa de associar o trabalho à dignidade e a moralidade. Foi o que, basicamente, estava disposto a fazer o jornal cearense de cunho liberal *Araripe*, em 1859, reiterando a necessidade de normatização da força de trabalho da mão-de-obra livre, a fim de evitar o desvio dessas camadas aos vícios da *vadiice*. Senão vejamos:

[...] Entendem-se mui livrimente os vadios que não podem ser coagidos, sem ofensa de sua liberdade, ao serviço ou ao emprego de suas faculdades nativas. A fim de que dahi tirem a subsistência por meio de uma ocupação honesta e útil, que converta-os antes em homens honrados do que em dyscolos que solapão por seus vícios a sociedade (JORNAL ARARIPE, 1859 apud RAMOS, 2003. P. 38).

Nesta matéria do jornal *Araripe* há apelo para a normatização do trabalho livre, pois, aqueles que se encaixam nessa categoria “entendem-se mui livrimente” e, por isso, têm a liberdade de tonar-se “vadios”. Conforme se observa, era preciso um código de conduta, um maior apelo dos jornais, ou até mesmo atuação dos agentes repressivos, a fim de coibir a *vadiice*, pois só há merecimento, e com isso civilidade, dignidade e progresso, com a “ocupação honesta e útil, que converta-os antes em homens honrados do que em dyscolos que solapão por seus vícios a sociedade”.

²⁹ A guerra da secessão nos Estados Unidos fizera cessar a exportação algodoeira para a Inglaterra. Com isso, o Rio Grande do Norte aumentou consideravelmente sua produção, passando de 13.528 arrobas para 140.000 em 1866. A exportação para os portos estrangeiros que, em 1860, fora de 232:478\$320 passa para 3.027:762\$657 em 1861. Ver CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 1984, p. 382.

Neste trecho da matéria do jornal há duas coisas importantes sobre o homem livre que serão melhor definidas ao longo do estudo, nos referimos a ele enquanto aquele que não tem trabalho digno e fixo, tornando-se viciado e, como tal precisando ser tratado, coibido, através de uma legislação, assim como o era o jogo de cartas; e esse homem como um flagelo à sociedade, englobando em sua coerção as classes dirigentes, os proprietários e os agentes que administram a província.

A preocupação com esses sujeitos não é exclusiva dos jornais. Os presidentes de província revelam-se tão ou mais preocupados com esse assunto e enchem seus relatórios com teorias e prognósticos que procuravam demonstrar que várias eram as esferas afetadas pela má distribuição da mão de obra. A exemplo, com relativa argúcia, o presidente Pedro Leão Velloso, em 1862, elenca, no espaço reservado ao tópico “segurança individual”, as potencialidades e as causas que se acumulam para o estancamento da “marcha da civilização na regeneração dos costumes”. Para a procrastinação dessa regeneração, o presidente pondera como causas primárias: “a ignorância da massa da população e a falta de educação moral e religiosa”; “a escravidão com seus perniciosos efeitos moraes”; e, para finalizar, acrescenta o que considera ser o catalizador das duas primeiras, “a impunidade”. Quanto às causas secundárias, se inscrevem especificamente como um processo já causado pelas causas primárias e são: “a ociosidade, resultante da facilidade dos meios de vida, da má organização do trabalho e da falta de polícia apropriada”; “os hábitos funestos da embriaguez tão espalhados na classe baixa e ignorante”; e, por fim, “o uso de armas proibidas” (RELATÓRIO, 1863)³⁰.

A falta de “educação moral” age de maneira silenciosa, porque a percepção da classe dirigente equaciona a massa populacional à ignorância. Segundo o mesmo relatório do presidente Pedro Leão Velloso, a instrução pública primária está muito abaixo do esperado “para uma população de 200.000 habitantes, vê-se que a frequência andou na razão de 1.191”. Logo, se não há a adesão ao modelo de educação proposto pelo Estado essa massa está desalinhada dos propostos encarnados por uma classe dirigente letrada e de intenções reformistas voltadas para a moral³¹.

Por suposto, nada mais assustava e coibia os que não possuíam trabalho regular do que o risco do recrutamento. Consequentemente, como o sistema de isenções não era claro quanto aos que seriam beneficiários, deixava menos claro ainda quem estaria apto para o serviço

³⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do rio Grande do Norte pelo presidente José Olinho Meira, na seção ordinária do ano de 1863.

³¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do rio Grande do Norte pelo presidente José Olinho Meira, na seção ordinária do ano de 1863.

militar. Corrobora com nossa afirmativa a fala de Mendes (2004, p. 123), quando aponta que “minuciosas na enumeração das isenções, as instruções deixavam em aberto os requisitos a quem deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios vagos e manipuláveis, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores”.

Dessa maneira, é evidente que possuir empregador, principalmente patrão que tivesse força política e econômica considerável, significaria para os homens livres maior proteção contra as levadas recrutadoras. Sobre esse aspecto ganha importância o caso na cidade de Goianinha, em 1864, intitulado *Nosso Protesto*, colocado pelo jornal *O Guarda Nacional*, nos revelando quem estava apto para o recrutamento, além daquele considerado vadio:

Ahi percorreu as ruas da cidade os vadios e caloteiros zombando do operario, do artista, do lavrador, do homem laborioso e honesto, e que unicamente por amor de suas convicções são condemnados ao serviço de destacamento!

E por que assim succede? A razão é obvia: são unicamente alistados para este serviço o cidadão que, consultados acerca do seu voto nas próximas futuras eleições, tem a coragem de resistir aos empenhos e solicitações, ás amiaças e declarando com firmeza que é livre o seu voto.

E'isto na verdade um crime imperdoável! O cidadão brasileiro não deve ter direito de pensar, não deve em tudo estar sujeito ao querer desses mandarins, que, com a farda e desejos de OFFICIAL da Guarda Nacional, se apresentam em publico mais para escravizar, do que para comandar, mais para corromper do que para moralizar. Eis o triste e lamentável estado em que nos achamos!

Na classe dos operarios, dos artistas e dos lavradores é onde, em maior escala, se tem dado este abuso intolerável! (JORNAL O GUARDA NACIONAL, 1864).

Conforme explicita a matéria, não só os vadios estavam aptos a serem pegos pelas levadas recrutadoras, mas também os trabalhadores classificados no extrato como a “classe dos operários, dos artistas e dos lavradores”, justamente os que não se encaixam no sistema de proteção dos patrões e na forma de trabalho economicamente rentável (GRAHAM, 1997). Há também a ligação da dominação com o processo recrutador, já que as comissões de recrutamento tinham entre suas funções o desmantelamento da oposição política que se formava na província. O recrutamento passa a ser percebido, então, como elemento inibidor ao trabalho não rentável, bem como ameaça importante na perpetuação dos mandonismos locais, estando inserido ainda nas várias maneiras de se “higienizar os costumes”, de manter a ordem, a boa vivência.

Desse modo, através das levadas recrutadoras, extirpava-se da sociedade aqueles que não estavam alinhados ao sistema de dominação da elite agrária. No entanto, aqueles que obtinham a proteção de um proprietário rural, conseguiam burlar as regras do recrutamento. O clientelismo, como chama a atenção Richard Graham (1997), funcionou como mais uma brecha

para esses homens livres pobres, mas também amarrava essas pessoas numa teia de relações de poder desigual.

Posto isso, ter trabalho fixo, patrão com influência local ou fazer parte de um séquito significava maior proteção contra as levadas recrutadoras, o que, segundo Mendes (2004, p.123), produzia uma “economia moral do recrutamento”, pois sua organização redundava em “melhoria” quanto à “moralidade” e costumes, levando as pessoas a se adequarem ao sistema vigente da época.

Esse discurso de “economia moral do recrutamento” muito se aproxima do apresentado pelo presidente Pedro Velloso, que identifica o que causa a dificuldade da província de marchar em direção à “civilização e à regeneração dos costumes”. Nesse ponto, percebe-se que a proximidade dos discursos não é causada somente pelo desejo de organização, tanto do recrutamento quanto da província em si, mas também pelos objetivos, uma vez que o presidente tinha a intenção de usar toda a potencialidade dos recursos da província que serviam ao sistema capitalista bastante atuante na Inglaterra, ligando-se riqueza e progresso material à civilização, aproveitando melhor as potencialidades das províncias e cidades (RAMOS, 2003, p. 36).

Era de suma importância para Pedro Velloso, a necessidade de dignificar a vida moral e, mais precisamente, de aprimorar a percepção que se tinha de trabalho, para, a partir disso, buscar que as potencialidades fossem supridas. Sendo assim, acaba demonstrando ser essa uma política de dominação arbitrária, porque era excludente das vontades das massas laboriosas, intencionando, “disseminar na população pobre e livre a benevolência dos patrões e das autoridades sobre os indivíduos que fossem trabalhadores ‘dignos, leais e honestos’”, incutindo, assim, “na população a ideia de que eles teriam, além da necessária proteção dos homens influentes da região, a possibilidade de ascender socialmente” (RAMOS, 2003, p.39).

Como se pode ver, a possibilidade de ascensão social perpassava pela condição que o sujeito livre pobre tinha de se adequar às vontades dos que possuíam terras e cabedais. Portanto, não estar inserido nesse sistema significava, na maioria das vezes, perigo eminente de recrutamento. Cotidianamente, a manutenção da ordem passava a ser preocupação das autoridades, ocasionando a modificação das relações sociais e de trabalho.

2.2 Cotidiano e manutenção da ordem: a modificação das formas de trabalho

A busca da ordem, segundo os administradores da província, torna-se, na segunda metade do século XIX e mais ainda com o início do conflito com o Paraguai, um dos requisitos para se chegar à civilidade. Dessa maneira, a melhoria dos costumes e a “economia moral” se

atrelavam a uma política de repressão, fundamentada nos órgãos policiais e nas levas recrutadoras. É preciso, pois, entendermos como se produziam cotidianamente as relações sociais e de trabalho, bem como a modificação do significado deste último, que possibilitou a sujeição de livres pobres ao recrutamento, do qual anteriormente eram isentos.

Ampliando, pois o referido contexto, era corriqueira a movimentação de embarcações nos portos da província, contribuindo para a exportação do sal, algodão, cana-de-açúcar e, em menor escala, cacau, borracha e até café. “Podia-se encontrar, também, a maior parte das casas de má fama, sobretudo nas cidades que eram portuárias, e muitos estabelecimentos - tabernas, vendas, botequins e casas de jogos -” (RAMOS, 2003, p.26). Estes estabelecimentos produziam e aglutinavam grandes quantidades de sujeitos considerados como “*desclassificados sociais*”³², ocasionando o aparecimento de demandas quanto ao emprego de forças que regulassem esse tipo de população, buscando diminuir o agravo da situação causada pelo ajuntamento de pessoas.

Um dos acontecimentos que exemplificam essa situação de maiores cuidados pelo aparelho repressor do Estado pode ser percebido no noticiário do jornal *O Mossoroense*, no ano de 1873, ao começar avisando sobre a grande quantidade de desordens desse tipo, pois “não ha jeito a acabar-se com a ordem e boa vivencia como o jogo, promotor de desordens e quase sempre origem de desgraças lamentaveis”. Continua o noticiário descrevendo o evento que aconteceu à rua de Victor-Hugo, na cidade de Mossoró, em uma casa de jogo onde “todos os malandrinos e jogadores de profissão, em cujo numero se achava o próprio secretario da câmara”. Este, junto com “todos os malandrinos e jogadores de profissão”, envolveu-se num misto de gritaria, “trovoada de sócos e grande tempestade de bofetões” aos estridentes berros de “bebados e ladroes”. A polícia foi chamada a restituir a ordem naquelas paragens. Com a chegada dos policiais o secretário da câmara defendeu o evento alegando ser aquele “desfeixo causado pelo torpor da aguardente e instinto de homens dados ao jogo”, e que os conflitos causados na casa de jogo devem ser resolvidos pelos participantes sem a interferência alheia. O jornal demonstra sua estranheza, ao escrever acabrunhado “nesta terra do furto, do jogo, da devassidão e dos (Quadros vivos) é mister que S. S. desenvolva aquella energia, atividade e prudência, quem soem caracterisar a verdadeira autoridade” (JORNAL O MOSSOROENSE, Noticiário, n 52, 1873).

³² Caio Prado Júnior (1957), em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, usou a terminologia desclassificados sociais para toda a camada de pessoas livres e pobres excluídas da sociedade a partir do sistema de produção colonial gerado em ciclos, que acarretava a instabilidade econômica e a carestia dos bens de consumo.

Algo nesse acontecimento é muito importante, isto é, os bofetões, que, entre outras agressões que causaram a desordem e a intervenção dos policiais, são percebidos como “natural ao meio” frequentado pelo secretário e agente do governo estadual. Essa aceitação se dá por ser aquele ambiente salvo de interferências alheias, sendo o episódio somente consequência do uso (permitido) mesmo que exagerado da aguardente, justificando-se, pois, este comportamento entre homens de interesses similares. Tinham, portanto, o direito de demonstrarem pelo meio de agressões os seus “instintos de homens dados ao jogo”.

Em estudo sobre os homens livres pobres rurais de São Paulo, no século dezenove, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), discute a importância que estes eventos demonstram nas relações dessa época, pois estas reuniões em casas de jogos, feiras, entre outros ajuntamentos, promovem o lazer, distraindo o homem do campo. Contudo, há o encurtamento “dos laços de solidariedade, de outro ensejam o reavivamento das porfias, funcionando assim também no sentido de atualizar e liberar tensões que, a cada passo, comprometem a estabilidade e continuidade das relações entre membros do grupo”. (p. 52)

Tais relações são mediadas pelo próprio grupo, não aceitando interferências que não estejam inseridas no contexto de vivência desses homens. Há possibilidade de inferência quanto à necessidade de demonstração de força, a fim de, orgulhosamente, demonstrar que o uso da aguardente só serve para maximizar o “instinto de homens dados ao jogo”, pois é natural em seu meio o avivamento de conflitos em busca da afirmação da coragem pessoal.

Esses acontecimentos aumentam a necessidade de demanda quanto ao aparelho repressor, devendo haver nessas localidades constante vigilância no intuito de se conter esse “instinto”. Por conseguinte, a manutenção da ordem é um dos requisitos de civilidade, conquistando a ordem, a povoação, vila, ou cidade, além do *status* de civilizado. De posse do Dicionário de Rafael Bluteau (1813[1728]), nos é sugerido que civilizado “diz-se de um povo quando, deixando os costumes bárbaros, se governa por leis. Policiado quando pela obediência às leis, adquire hábito das virtudes sociais”. Esse pensamento era predominantemente assimilado pelas classes dirigentes, governamentais, e agentes responsáveis pelo policiamento nas ruas.

Buscava-se, então, através dos inspetores de quartirão, agir com maior afinco na constante vigilância dessas localidades, buscando diminuir as ocorrências que poderiam levar à desordem. Mas, esses homens da lei nem sempre iam de acordo com os interesses da população, pelo que encontramos um problema noticiado pelo jornal *O Rio Grandense*, o qual nos relata que, em 1861, nas dependências de Acary, o inspetor de quartirão Antonio Bernardo da Silva “aterrorizava a toda a gente com suas amiaças”, o que dificultava a ação dos

comerciantes, bem como a livre circulação dos transeuntes. Com as abordagens constantes do inspetor de quarteirão em busca de diminuir a desordem, “os atos de arbitrariedades cometidas pelo bruto” eram noticiados como atitudes que desrespeitavam algo sagrado na época, o direto “constitucional” de se andar e manter comércio livremente pela cidade. Essas ações eram fomentadoras de constantes conflitos entre o agente regulador da ordem e os comerciantes (JORNAL O RIO GRANDENSE DO NORTE, 1861).

Esses conflitos são relatados por Rodolfo Teóphilo (1937) no livro *Os Brilhantes*. Eram sentidos com mais intensidade nas maiores cidades e no momento em que a maior parte da população se encontrava na feira, haja vista que tanto os grandes e pequenos proprietários, comerciantes de gêneros de primeira necessidade, artificies, escravos de ganho, quitandeiras e “toda a espécie de gente” que buscavam nas feiras algum sustento ou o abastecimento de suas “dispensas” estavam encerrados em um mesmo local. (apud RAMOS, 2003, p. 30), nos dá singular visão acerca deste evento que aglutinava toda espécie de gêneros e gentes:

[...] A feira, à proporção que o dia alteava, ia-se animando com a chegada de novos comboieiros, que traziam mais gêneros para aumentar no mercado o número e os espécimes. Uma grande variedade de bugigangas, todas nacionais, sertanejas, enchiam cestas e balaies sobre as coxas das mulheres que as mercavam. Ao lado destas estavam as confeitarias ambulantes. Grandes tabuleiros de pinho; repletos de pires e xícaras de arroz doce, pés de-moleque e alvas tapiocas de côco em pequenas pilhas, desafiavam a guloseima dos feirantes. Debaxo dos alpendres fumegava a cozinha da feira. Grandes panelas de barro, montadas em trempes de seixos, ferviam sobre um fogo valente, que, de quando em vez, atiçava a quitandeira, temendo que à hora do almoço não estivesse bem cozida a panelada. A pouca distância das panelas, descansavam pequenas tulhas de pratos de louça, fundos, bem limpos, tendo dentro do último algumas colheres cujo galvanismo de estanho, em parte destruído, deixava ver o ferro em alguns lugares. (...) Nos açougues e tavernas formigavam os compradores. Os vendilhões, em constante movimento das prateleiras para o balcão, serviam à freguesia, que, antes de tudo, fazia as manhãs, tomando goles de aguardente.

A feira, por ser um espaço aglutinador, colocava em “xeque” a separação da ordem “pública e privada” (PECHMAN, 2002, p 78-79). Já que eram feitas em sua maioria ao ar livre, confundiam a população e os próprios agentes policiais, quanto ao que deveria ser cuidado como distúrbio da “segurança de propriedade” ou “segurança individual”, pois os conflitos ali existentes tanto feriam uma esfera quanto a outra. Neste sentido, é importante inserirmos discussão colocada por Xislei Araújo Ramos (2003), ao comentar sobre a província do Ceará, nos dando uma boa argumentação quanto ao modo como estes ajuntamentos eram vivenciados e percebidos. Sua fala é especialmente útil pela proximidade do Ceará com o Rio Grande do Norte, havendo, inevitavelmente, entre eles trocas não só de mercadorias, mas também de informações, crenças e valores. Acompanhemos a sua narrativa:

Nessa perspectiva, para conseguirmos compreender como essas manifestações sociais aconteciam e quais eram as dificuldades oferecidas ao controle dos homens pobres livres, as fontes oficiais, mesmo sendo estigmatizantes e de repressão, sugerem freqüentemente os momentos em que os conflitos emergiam da convivência entre homens abastados e a camada pobre livre. Portanto, se entendermos que tais conflitos eram comuns nos ajustes informais entre os membros que possuíam valores econômicos e sociais e os que possuíam seu sistema de valor fundado na coragem pessoal, perceberemos que a violência passava a ser constituída numa saída corriqueira para as desavenças, mesmo aquelas ocorridas entre amigos. E, nesses locais de “ajuntamentos”, os conflitos tornam-se um momento catalisador para que os indivíduos se vissem obrigados socialmente a preservar sua dignidade diante de todos (RAMOS, 2003, p. 28).

Essas manifestações sociais, como apontado pela autora, produzem demandas quanto ao aparelho repressivo, que deveria, juntamente com a moralização dos costumes, controlar os homens livre pobres. Destarte, os conflitos não só reafirmavam a obrigação social de preservar sua dignidade, bem como conduziam a uma necessidade de afirmação também dos órgãos da administração da província de demonstrar que a manutenção da ordem seria conseguida a “todo custo”. É o que percebemos em fala do presidente José Olintho Meira, no quesito sobre a força policial e manutenção da ordem:

A segurança individual e de propriedade nesta provincia, assim como em todo o império, geralmente, acha-se ainda bem longe de atingir esse grau de perfeição que é para desejar.

Havemos todavia melhorado consideravelmente; já se nao'levo'aeffecto tanto com tanto desfarçamento essas scenas de sangue e de rapina, que erao'outro'rarepresentadas, sobre tudo nos lugares mais remotos do interior, e que ainda hoje constituem uma serie de tradições bem tristes e vergonhosas.

No intuito e no proposito de melhorar, quanto a mim couber, o actual estado de cousas ainda não sao'satisfactorio, eu tenho tomado diversas providencias, que devem dar em resultado alguns efeitos benéficos. Recomendei instantaneamente a captura dos criminosos, e pedi para promove-los fora da provincia uma relação circumsctancada de todos eles. Com as declaraçõesesconvenientes; recomendei o melhoramento da revisão dos jurados e a effectividade da cobrança das multas impostas pelo juízo de direito; **recomendei que prontamente me fosse feito relação dos que mantinham trabalhos dignos laboriosos, e ajuntando os nomes dos que precisao' serem corrigidos para a manutenção da ordem** (RELATÓRIO, 1864)³³.

A institucionalização e normatização do trabalho, bem como o controle dos livres pobres, era feita a partir de relações produzidas, na maioria das vezes, pelo chefe de polícia, pelos inspetores de quarteirão ou por comissão designada, tomando como base esses dados que, por vezes, eram repassados para as comissões de recrutamento. De sorte que era mais fácil “combater” as desordens dessa maneira, mantendo controle sobre as “classes de pobres”,

³³ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na seção ordinário de 1864, pelo presidente Jose Olintho Meira, grifos nossos.

redefinindo, ao mesmo tempo, a relação entre trabalhador e patrão. Logo, acredita-se que o patrão era firme em suas decisões, mas coerente, estando intimamente ligado ao trabalhador pela proteção, desejando sempre o seu bem e progresso na carreira.

Remetendo-nos novamente aos estudos de Câmara Cascudo (1984, p. 45-51), percebemos, pois, a intenção de direcionar e, principalmente, de selecionar quais trabalhos eram dignos e quais não o eram. O autor se assenhora desses termos para justificar o trabalho nas lavouras dos grandes proprietários, enfatizando que “no Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não tem em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagam”. Mas se lhe falta salário digno, lhe sobra trabalho, é o que se verifica em relatório de 1863, do mesmo presidente Pedro Leão Velosso, o qual enfatiza que “falta braços laboriosos nesta pequena provincia que estejam preparados para o eito, que se assujeite ao patrao benfeitor, e se deixem d’essa vida sem finalidade de recursos em agricultura de suas pequenas terras”³⁴.

A preocupação do presidente não era só sobre a falta de braços para a lavoura, mas também na diminuição dos seguidores que compreendiam o “curral eleitoral” do proprietário, no aumento do que era chamado de “banditismo social”, relacionado com a carestia dos alimentos e, finalmente, com o recrutamento militar arbitrário, disseminado mesmo nos anos de paz. “Era preciso, portanto, disseminar na população pobre e livre a benevolência dos patrões e das autoridades sobre os indivíduos que fossem trabalhadores ‘dignos, leais e honestos’” (RAMOS, 2003, p. 39).

Neste sentido, percebemos, nos relatórios da época, a intencionalidade de, pelo uso dos órgãos educativos, bem como dos opressores, incutir essa visão na população, se não fosse por meio da civilidade, da melhoria dos costumes, da elevação da moral, seria por medidas mais extremas, como expulsões, prisões, criação de código de condutas e de posturas que inibissem a “vadiagem”, entre outros “vícios” considerados perniciosos ao desenvolvimento mercantil. Mas o importante aqui é o significado que, à época, se deu à ociosidade, o que leva a classificação de um vadio.

No intuito de adentrarmos um pouco nessas lacunas, invocamos novamente o estudo de Marson (1984, p. 85), que aponta a questão da ociosidade como sendo “fundamentada na ótica

³⁴ No espaço reservado à indústria, o presidente reconhece haver dificuldade na busca de “braços laboriosos”, principalmente com o fim do tráfico internacional de escravos. E esse processo de libertar para se tornar assalariado não atraia os escravos e nem os senhores que se sentiam lesados. Pensou-se na alternativa de buscar mão-de-obra livre em outras províncias, mas constatou-se a dificuldade equivalente nelas também, o que dificulta “uma decisão sem maiores estudos”, e por isso foi criada uma comissão para cuidar da falta de braços, na intenção de recrutar para as grandes propriedades os pequenos trabalhadores. Relatório do presidente Pedro Leão Velosso passado à administração da província, ao Exm. Sr. Trajano Leocádio de Medeiros Murta, no dia 14 de maio de 1863, p. 6-8.

do lucro e do capital”, uma vez que “decorre do fato de estes recursos estarem na posse de homens que não os utilizavam para produzir mercadorias requisitadas pelo mercado internacional, e fora do controle da elite proprietária”. O capital, na visão da autora, está intimamente ligado com o uso das potencialidades ociosas. Então, é preciso que os recursos sejam direcionados ao que se dá maior lucro, ou seja, à exportação. É preciso criar um ambiente propício ao plantio em grandes latifúndios, e com isso era preciso extinguir as terras mal exploradas e infrutíferas ao capitalismo, pois “as terras estavam inexploradas ou mal aproveitadas porque sua posse útil era desfrutada por arrendatários e posseiros que cultivavam alimentos para sua subsistência ou para serem trocados na feira local ou regional” (apud MARSON, 1984)³⁵.

Com o discurso de que o trabalho escravo era empregado domesticamente, e em pequena escala na lavoura, na lida com o gado, entre outros pequenos serviços, a mão de obra livre toma proporção singular quanto ao trabalho na província. Para se ter ideia, citamos o cultivo do algodão, principal produto exportado na segunda metade do século XIX. O trabalho nas lavouras de algodão do interior era ocupado por mão de obra livre, em regime de meação ou parceria³⁶, que sazonalmente empreendiam trabalhos nas terras (BUENO, 2002, p. 33-34). No emprego da mão de obra livre, no tocante à necessidade de adaptação ao sistema do capital, foi preciso fazer algumas modificações que incidiam sobre a necessidade de melhorias. Isso significava criar medidas que facilitassem o avanço da prosperidade material e, nesse sentido, nos é exemplar a fala de Marson (1984, p. 85):

Foi sobre a apropriação destes direitos relacionados aos arrendatários, posseiros e artesãos que a prosperidade material da província se edificou, realizando um progressivo movimento expropriador o qual retirou, gradativamente, as possibilidades de sobrevivência autônoma a um número cada vez maior de homens livre pobres.

Essa apropriação foi feita através da redefinição dos contratos que eram firmados nas parcerias e nos regimes de meação, diminuindo, consequentemente, a capacidade de autonomia, e permitindo o maior controle por parte dos engenhos e proprietários. Ademais, tornou possível o domínio “absoluto dos senhores sobre os rendeiros que passaram a ter estipulado onde, quando, como e por quanto tempo deveriam plantar”.

³⁵ Esta última citação é feita de forma indireta pela Marson, mas o pensamento pode ser encontrado na indicação dada pela autora em FRANCO, M. S. C. — “Organização social do trabalho no período colonial” in: discurso, 8;145, maio, 1978, p. 37-38.

³⁶ Estes regimes eram, em sua maioria, constituídos desta forma: os senhores arrendavam pequenas porções de terras para pequenos agricultores que se tornavam seus “parceiros”, sendo assim, os senhores davam terra em troca dos produtos que seriam plantados ali, bem como lealdade e contrapartida nas questões conflituosas que envolvessem o seu senhor.

Em outras palavras, se os contratos antigos davam alguma mobilidade ao arrendatário, permitindo-lhe ocupar a terra, além de verificar quais sistemas de plantio empregar e como seria feito o apoio pessoal ao proprietário, essas relações tornaram-se unilaterais, à medida que o contrato impunha que as áreas concedidas diminuiriam. Portanto, “a permanência tornou-se incerta, a atividade controlada de perto, tudo isso fazendo com que o parceiro perdesse, ao mesmo tempo, a possibilidade de produzir e reter algum excedente para comercializar, de gerir seu trabalho e seu tempo” (MARSON, 1984, p. 86).

A modificação contratual, naturalmente, não foi feita sem resistências. Em decorrência disso, encontramos vários casos de reivindicações descritos pelo jornal *O Rio Grandense do Norte*. Em matéria do ano de 1861, que se escreve no que se costumou chamar de entraves ao “progresso e a civilização”, alguns dos dependentes que tiveram seus contratos ou foram simplesmente expulsos por não se adequarem às novas exigências, são classificados como “arruaceiros, dados ao vício da vadiice”, que preferem perambular pelas ruas causando desatinos, pequenos delitos e, principalmente, desorganizando a economia.

Mas, o caso extremo, narrado pelo jornal, ocorreu na povoação de Luiz Gomes, entre um fazendeiro e um de seus antigos dependentes, expropriado de suas terras com seus familiares. A matéria relata a situação da seguinte forma:

Certamente já terá chegado a essa capital a tristíssima noticia de ter sido brutalmente assassinado o juiz municipal, delegado e rico proprietário deste termo, Antonio Cavalcante de Albuquerque, onde um grupo de mal intencionados, que trazão o feito de d’insultar as autoridades d’aquela lugar. O subdelegado que se reproduz por mais vezes semelhantes destinos autorizado pelo poder que lhes conferem as leis, foi prender o chefe do grupo, Vicente Brasil, e assim inutilisaraquelle, mas que apenas Vicente Brasil distou na frente da patrulha, caindo ao subdelegado, Antonio Vicente de Moraes, se arrogou furiosamente sobre elle com um punhal para o assassinar, só não conseguiu tal sinistro porque o infeliz Cavalcante se aproximara do lugar onde estava dando aquelle conflito, e vendo a Vicente Brasil methamorphoseado em uma fera, e travou-se furiosa luta, onde o infernal punhal de Vicente Brasil perfurou o bravo Cavalcante, Brasil também fora ferido, estreitou-se o conflito, sucumbiram aos golpes dos punhaes Cavalcante e Brasil. Soubera-se que Brasil fazia parte dos dependentes de Cavalcante, que fora posto para fora junto com alguns de seu grupo, suspeitasse de vingança. A sociedade clama por justiça e pede a captura desses fascinoras (*O RIO GRANDENSE DO NORTE*, 1860)³⁷.

O avivamento das porfias era recorrente no cotidiano dos sertanejos e uma das formas de se manter a honra, principalmente masculina, era lavando-se os insultos com sangue (FRANCO, 1976, p. 38). No caso acima mencionado, por exemplo, a quebra de contrato por parte do proprietário significou também a quebra no modo de vida do expropriado, sendo a ele

³⁷*O Rio Grandense do Norte*, Noticiário, Edição 073, 10 de janeiro de 1860.

necessário vingar-se de alguma forma. Naturalmente, este possuía plantações de poucos excedentes, uma pequena casa, e principalmente raízes profundas quanto ao modo de vida e a terra, sem falar na família, que, provavelmente, estaria instalada naquelas paragens há bastante tempo.

Longe de querermos justificar a ação de Vicente Brasil, é importante entendermos que a quebra do contrato significa não só o desenraizamento da família, mas, principalmente, a perda de um protetor. Com isso, o patriarca e toda a sua família ficaram sujeitos a todo tipo de acometimentos sociais que existiam à época, ou seja, vadiice, perigo de recrutamento, entre outros perigos eminentes.

Vicente Brasil e seu grupo se inserem em um vasto número de indivíduos que são considerados como entrave para a “marcha da civilização”, por não terem trabalho fixo, não possuírem ocupação específica e, principalmente por andarem “sem rumo” de cidade em cidade. Tinham perdido o seu protetor e, fatalmente, já eram perseguidos a algum tempo pelas autoridades locais.

No ensejo desse embate, nos cabe aqui a construção do pensamento de desvalorização do trabalho que não estivesse inserido no processo econômico e no modelo percebido pelo presidente Junqueira e o restante da elite agrária, sendo necessária a criação de vários dispositivos no intuito de estancar os entraves a esse intento. A repressão agia, pois, de várias maneiras, desde a modificação dos costumes, no intuito de melhoria na busca da civilização, passando por várias campanhas panfletárias em jornais, modificação na legislação e contratos firmados entre trabalhadores e proprietários, até o tolhimento da liberdade, reclusão ou, mais agudamente, o recrutamento militar para aqueles que não se adequassem ao regime almejado pela sociedade da segunda metade do século XIX.

Assim posto, quando percebemos a situação de Vicente Brasil e seu grupo, é impossível não termos em mente os estudos de Thompson (1987) quanto à formação da Classe Operária Inglesa, em que fala de várias organizações que agem por meio de ações mais agudas, no sentido de quebrar as máquinas que substituíam a mão-de-obra artesã. Outrossim, através de Scott (1998), percebemos Vicente Brasil como um porta-voz dessas resistências cotidianas que, por sua dramaticidade, acabam por ser noticiadas. Contudo, jamais devemos nos esquecer das formas de resistências mais comuns, que são sempre silenciosas. No entanto, algumas conquistam os noticiários, conforme (Scott, 1998, p. 13):

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras

econômicas e políticas por si próprios. Há raramente uma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultaram na barreira. É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no seu anonimato. Também é extremamente raro que os oficiais do estado desejem dar publicidade a essa insubordinação.

De acordo com o trecho acima, notícias sobre resistências povoam mais os periódicos, principalmente quando pretendem externar uma situação de descontrole social da oposição. Dificilmente, tais situações chegam aos relatórios e outros registros oficiais, caracterizando uma espécie de silenciamento dessas formas de resistências. Destarte, a única maneira de se ganhar as páginas oficiais seria em casos como o de Vicente Brasil, em que um rico proprietário, que fazia parte da elite agrária e mantinha um cargo administrativo importante de coerção, acaba sendo assassinado.

Esses episódios, se tomados sem o devido cuidado, podem acabar sendo um problema, já que “os estudiosos, implicitamente, juntam-se à conspiração dos participantes, que são, eles mesmos, como foram no passado, silenciados” Igualmente, devemos ter cuidado para não cairmos na armadilha colocada por Scott (1998, p. 14), isto é, “coletivamente, essa conspiração improvável contribui para a estereotipação dos camponeses, que têm sido idealizados, tanto na literatura como na história, como uma classe que alterna longos períodos abjeta passividade com breves, violentas e fúteis explosões de ira”. Tendo em vista tais problemas, procuramos perceber as formas de resistências cotidianas silenciadas pelos relatórios, mas que aparecem, de certa forma, nos periódicos da época.

A partir daí, passaremos à análise do processo de reformulação dos tratos feitos sobre a terra, buscando apreender o que conduziu muitos arrendatários ao uso de sua força de trabalho como mercadoria, modificando o *status* e a forma como os senhores de terras e os próprios trabalhadores percebiam a “lide” diária. Tal processo está inserido em discussão levantada por Pechman (2002), “para desempenhar o trabalho operoso a contento dos senhores de engenho. ‘pobres ociosos, violentos, insubordinados e inconstantes’ constituíam a mão-de-obra adequada”, pois, estas eram pré requisitos para “a promoção da prosperidade material e moral do país e a organização da força de trabalho livre e disciplinada são projetos que se confundem” (MARSON, 1984, p. 87).

Malgrado processo civilizador que estava sendo implantado em todo o império, sendo possível visualizar várias rusgas que surgiam. Havia, então, um conflito de interesse quando os “pobres ociosos, violentos, insubordinados e inconstantes” não se percebiam dessa maneira. Vejamos o que se passou na fazenda do riacho grande, perto de Acary, quando o proprietário

reclama que “os desordeiros de toda especie, não julgam ser de necessario o trabalho, preferindo a imundice de toda sorte de vicio” (*JORNAL O RIO GRANDENSE DO NORTE*, 1862)³⁸. O fazendeiro prossegue em suas exortações e expõe a estranheza que os homens livres tinham ao trabalho, pois preferiam a “imundice de toda sorte de vícios” do que um trabalho digno que o impeça de ser um fardo a sociedade.

Essa visão está associada ao que Marson (1984, p. 87), denomina de “tempo inaproveitado” e Monteiro (2008, p.41) de “trabalhos úteis” de que dispunham os “marginalizados”. Para os expropriados esse tempo gerava demanda quanto à perda de direitos sobre a terra, e principalmente na renitente resistência quanto à relação de subordinação que os colocavam em patamar social semelhante ao escravo, com suas obrigações e limitações, enquanto que para os proprietários, segue Marson, “ele se resumia à desvalorização atribuída ao trabalho manual, porque relacionado ao escravo” (1984, p. 87)

O tempo para os produtores estava associado à produtividade/lucro, de maneira que nada mais impedia a acumulação do lucro do que esse tempo sendo empregado em nada de produtivo, ou seja, a condição de lucro estava diretamente ligada ao emprego do trabalho direto e visando o lucro (na maioria das vezes exportação) no máximo de horas possíveis, pois não há preocupação com a condição do trabalho, mas com a condição do lucro.

O trabalhador “rurbano”, no entanto, tinha um ritmo de trabalho diferenciado, que não condizia com esse pensamento capitalista. Trabalhavam em suas pequenas terras com técnicas e costumes que há muito eram passados pelo conhecimento popular. Primeiro preparavam a terra com a “coivara”, técnica de queimar a terra, e usavam as cinzas como adubo natural, ou a aravam, as vezes com o uso de tração animal. O trabalho era estafante e consumia muito tempo de dedicação. Iam para o “roçado” assim que o sol raiava e voltavam no fim da noite. De fato, os primeiros trabalhos com a terra exigiam velocidade diferenciada, por não dependerem exclusivamente de suas forças de trabalho³⁹.

³⁸ Noticiário, número 017. O editorial traz carta do senhor “proprietário”, mas não o denomina, talvez pelo receio de algum revide, mesmo que o local onde Riacho Grande se encontra não contenha muitos fazendeiros. Segundo levantamento feito em 1861, pelo presidente Junqueira, é provável que vários conflitos tivessem já acontecido, devido ao embate que se cria entre os que estavam aptos para o trabalho, por serem livres e por não possuírem terras, e os patrões que necessitavam da venda da força de trabalho, subordinação, e modificações nas antigas relações de trabalho.

³⁹ No capítulo V de seu livro, *História do Rio Grande do Norte*, Luís da Câmara Cascudo faz referência aos costumes que sobreviveram até o início do século XX. A vida na cidade era, principalmente, para fazer comércio, festejos, cívicos, religiosos. Tenhamos em mente, contudo, que este quadro não representa em sua totalidade os costumes dos provincianos, está mais alinhado com a vida da classe dirigente, bem como senhores de posses. Acompanhem os seus observações, “uma boa porcentagem possuía fazendas ou sítios, moradas regulares, mesmo com casas na rua (Rua na acepção de Vila, Cidade, povoação, talqualmente no norte de Portugal), ocupada apenas nas ‘festas do ano’. Padroeiro, semana santa, Natal. A fazenda era um mundo em que se bastava, com seus artesãos, famulagem, teares para tecer, fabricação de pólvora, telhas, caieiras para o cal. Na mesma ribeira

Como destaca a historiadora Xislei de Araújo Ramos (2003, p. 42), “O tempo rural é, sobretudo marcado pela natureza/estações - preparação do solo, plantio, colheita, dia/noite, inverno/verão”, de maneira que, as práticas sociais são determinadas pela sazonalidade da produção, ocasionada pela dependência a mudanças do tempo\natureza. Ou seja, para que o trabalhador se mantivesse ocupado, era preciso haver o esperado de chuvas para iniciar o preparo da terra ou o pasto.

Contudo, a imprevisibilidade do tempo\natureza ocupava diferenciadamente os trabalhadores. Quando havia a possibilidade de plantar, devido a considerável nível de chuvas⁴⁰, se começava o trabalho em janeiro, com a preparação do solo, indo até julho, quando se colhia o que plantava, começando, em seguida, o período de estiagem. Como se pode ver, o trabalho estava absolutamente ligado ao período de chuvas, ou seja, ao “inverno”, de modo que nos meses seguintes, de agosto a dezembro, o sertanejo não tinha acesso ao trabalho em suas terras, restando, a estiagem e o cansaço do solo, que impossibilitavam a colheita o ano todo. Nesse período, sem trabalho regular, o sertanejo era rotulado pela elite dirigente, de vadio, ocioso, preguiçoso, que não concorria com sua força de trabalho para o desenvolvimento da província (RAMOS, 2003, p. 43).

Nesse ponto é importante voltarmos ao relatório do presidente Pedro Velloso, ao dar a segunda causa das razões secundárias para o que ele compreendia deter a “marcha para a civilização”. Velloso é enfático, ao se referir à “ociosidade, resultante da facilidade dos meios de vida, da má organização do trabalho e da falta de policia apropriada”, parecendo ter isso uniformizado a visão de todos na intenção de uma sociedade cada vez mais voltada para o lucro. Assim, era necessário conseguir ocupação o ano todo e o trabalhador livre, no período de agosto a dezembro, tinha uma maneira diferente de ver o trabalho. Para ele este era o momento de comerciar o excedente produzido, de se ocupar de tarefas artesanais, de se dedicar à caça, enfim, de alguma maneira procurar o sustento de suas famílias.

A partir da concepção das diferenças do tempo\trabalho para os que lucram e para os que trabalham, Marson (1984, p. 89), mais uma vez, nos é de grande importância, quando discute a historicidade que está implícita na modificação desses conceitos durante o tempo:

O sentido do tempo\trabalho como propriedade a ser vendida ordenadamente, se esclarece quando no discurso dos senhores a questão da valorização do trabalho

estendia-se quase sempre uma família, espalhando os parentes, prontos para uma mobilização imediata. Nas vilas o regime era mais ou menos o mesmo. As famílias, aglutinadas pelo casamento, constituíam um clã, maciço, compacto [...]”. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. História do Grande do Norte. 1984.

⁴⁰ Há, na sabedoria popular, a ideia de que se no início de ano houver alguma chuva, haverá um “bom inverno” no restante do ano, por isso as plantações começavam com as primeiras chuvas.

aparece ao mesmo tempo que os temas sobre a escassez de mão-de-obra, a abolição do tráfico de escravos, o roubo de escravos, a imigração estrangeira, a queda do preço do açúcar e a manutenção da ordem. O conjunto destas questões configura o problema maior, genericamente designado nos debates políticos como crise da agricultura. No âmbito da empresa açucareira, este tema corresponde ao amplo impasse que atinge também a Europa onde se define, neste momento, a afirmação da revolução industrial e do trabalho assalariado.

A sazonalidade da produção rural, atrelada à produção voltada para os excedentes, criava dificuldades para os lavradores se isentarem do recrutamento militar, haja vista que não se encaixavam no novo modelo de produção e trabalho. Essa situação facilitava o reconhecimento do trabalhador que se ocupava e dependia da terra como vadio, ao mesmo tempo em que não o reconheciam como protegido, transformando-o, diante da dificuldade de se “fazer soldados”, em alvo preferido para as levadas recrutadoras em momentos de dificuldades para o cumprimento das cotas. Nos é de particular interesse, então, uma peça da escritora norte rio grandense Isabel Gondim (1870) (apud CÂMARA, 2008, p.28), que descreve as “astúcias” que se empregavam no recrutamento desses trabalhadores que acabamos de identificar. Destacamos um trecho que diz: “foi preso na roça, onde entramos e tocamos os chocalhos, para que supusessem animais destruidores; logo vieram em defesa das plantações vultos, sobre os quais precipitamo-nos, e, finalmente conseguimos prender este moço”.

Decerto, sempre que o momento se mostrava oportuno, “as autoridades locais procuravam ‘limpar’ seus distritos de vadios e patifes por meio do recrutamento” (MENDES, 2004, p. 131), pois considerava-se que, a manutenção da ordem poderia ser mais facilmente conseguida através do recrutamento desses indivíduos que não se “encaixavam” no sistema social proposto:

Há um grande número de indivíduos no caso de serem recrutados, e que só por esse meio poderá esse país gozar de perfeita tranquilidade, a qual apesar dos meus esforços tem sido por vezes perturbada por essa multidão de indivíduos desordeiros de quase todos os pontos do Império que aqui se acham, e na maior parte sem passaporte nem o menor conhecimento. (Juiz de paz)⁴¹

Essa “multidão de desordeiros” era alinhada aos trabalhadores sem proteção, os que não possuíam trabalho regular, bem como aqueles que viviam nas “roças” e tinham “negócios” na cidade, na feira e em outros assuntos. Com a modificação do trabalho, durante o espaço de tempo que não era ocupado devido à sazonalidade do trato com a terra, era considerado

⁴¹ Juiz de paz de Serra do Grão-Mogol. 1839 apud MENDES, 2004, p. 131.

“ocioso”, colocando o trabalhador “rurbano”, em certos períodos, como potencialmente recrutável, o que causava necessidade de “apadrinhamento” de chefes locais.

Malgrado processo de ordenamento vinha sendo implantado de forma sistemática desde a colonização, mas somente com a melhor organização das instituições repressoras, feita no Império, a busca pela ordem se tornou ponto nevrálgico à manutenção do poderio estabelecido. Diante de tais circunstâncias é que podemos perceber o papel que tinha o oficial recrutador. Responsável por diminuir os clarões nas filas das tropas, tinha localmente, ao mesmo tempo, influência política e coercitiva. Sua presença era temida e evitada, pois, em parceria com os juízes de paz e os demais que formavam as comissões de recrutamento, produziam “rusgas nas malhas sociais” que acabavam interferindo nesse sistema de ordenamento e da boa vivência.

Para clarificar esse tipo de posição, trazemos a figura de um dos encarregados do processo recrutador da província do Rio Grande do Norte, o alferes Rolim Cavalcanti de Albuquerque, de família abastada e de posses. Assim, tanto os Cavalcanti quanto os Albuquerque tinham imensa influencia na província. Isso produz em nós o pensamento de que o delicado dever de recrutar colocava-se, de forma estratégica, em mãos de “respeitáveis cidadãos”.

Em consonância com o pensamento de Xislei de Araújo Ramos (2003), percebemos que o uso destes cidadãos no processo de recrutamento incitava o aumento de séquitos⁴², pois os que não tinham proteção ou apadrinhamento para evitar o recrutamento, entre outras mazelas, se juntavam aos poderosos.

Em notícia sobre o “estado da província”, o *Rio Grandense do Norte*, de 1861 nos informa sobre “causas gravíssimas que afetam a província”. O que produziu essas causas, segundo o jornal, foi uma onda de recrutamento feita na ribeira, na cidade de Natal, em que o recrutador, após ter em mãos os nomes dos possíveis recrutados, saiu “varrendo domicílios e terras em busca dos infelizes”. Vejamos a matéria:

O recrutamento continua nesta capital de um modo verdadeiramente bárbaro e de que não ha exemplo ainda nos tempos de maior exaltação dos partidos. Em outro numero publicamos um importante artigo que a este respeito nos foi comunicado, e basta dizer que hoje, que no município da capital onde se vai fazer uma eleição, é que o recrutamento se ha ostentado em seu maior rigor e hediondez. Os produtores dessas perturbações se dizem encarregados do governo estabelecido, cumpridores dos

⁴² Usamos ao longo do estudo a definição dada em Ramos (2003),” Dessa forma, os membros da casa, agregados e outros dependentes ajudavam as autoridades locais a formar o seu séquito e cobravam delas a ‘proteção legítima’. Essa proteção era adquirida na medida em que essa gente tão dessemelhante se tornava dependente dos homens mais abastados da Província e se “submetiam” á voz de mando do patrão, cumprindo todo o tipo de serviço. As formas como eram cooptados pela classe dos proprietários – ou seja, da proteção extra-legal de que precisavam e da dependência econômica a que estavam submetidos”

maiores deveres do estado. (...) não basta o destacamento da Guarda Nacional que é uma arma terrível, faz-se cassada de homens, cruel e maligna e as victimas são de ordinário os votantes liberaes, entre os quais não exceptua o homem laborioso, o cidadão marigerado e o honesto comerciante (JORNAL RIO GRANDENSE DO NORTE, 1861)⁴³

Diante do exposto pela notícia, verificamos que a elite agrária tinha sob controle os cargos chaves em suas localidades, de maneira que, sempre que fosse necessário, seriam lançadas medidas como o recrutamento na tentativa de suprir suas necessidades momentâneas. “Os produtores dessas perturbações” eram os que detinham as terras e poder político na região, pois, através de seus séquitos, podiam se dizer “encarregados do governo estabelecido”, o que demonstra ser uma relação de benefícios para ambos. O governo provincial poderia manter a ordem e aumentar as contribuições para o exército, demonstrando, assim, que desempenhava bem seu papel. Já a elite agrária local mantinha seu poderio, curral eleitoral, aumentava seu séquito e ainda legitimava seu poderio a partir dos cargos oficiais que lhes eram dados na Guarda Nacional e comissões de recrutamento.

A ordenação dos espaços habitáveis, a modelação do modo de vida, as modificações do trabalho e as relações sobre a terra, bem como a legislação que favorecia somente a elite agrária, produziam um excedente populacional que não se encaixava nesses modelos, sendo estes fatalmente potenciais para o recrutamento, que acabava sendo o ponto de fuga de todo o sistema de ordenação aqui exposto. Era a última instância usada para combater “facínoras, criminosos, maus maridos, vadios, desordeiros”. Era, ainda, uma arma política. Seu uso dependia da conjuntura política e social e dos objetivos que se pretendiam alcançar.

O Rio Grandense do Norte, como órgão político de cunho liberal, pretendia com a notícia alarmar sobre o processo recrutador feito ilegalmente no período das eleições, ferindo mais especificamente os direitos dos eleitores alinhados a ideias liberais. Contudo, nos abre a possibilidade de estreitar nossa relação com a prática do recrutamento, permitindo, a partir dessa chancela, melhor acesso à organização da província, de sua elite agrária, bem como dos demais órgãos essenciais para o funcionamento administrativo.

2.3. Organização burocrática da província

Percebemos aqui que se faz necessária averiguação nas tensões que permeiam o sistema provincial do Império, demonstrando que os conflitos existentes nas localidades refletem na

⁴³ A notícia foi publicada na Edição 00119, página 02.

forma de governo provincial e, conseqüentemente, nas decisões a serem tomadas na conjuntura nacional.

A organização provincial mantida pelo império tencionava a delegação de “pequenos poderes” que dariam certa autonomia administrativa. Esses poderes eram mecanismos que se amalgamavam e eram externos à organização formal do Estado. Por isso, formas de governo indireta, com base em contratos, se constituíram juntas como as principais alternativas de governo indireto e de prestações militares e fiscais disponíveis ao Estado no antigo regime. De certa maneira, a burocratização da administração no seguimento da construção do Estado moderno manteve algumas estruturas fomentadoras das formas de governo indiretas à base de contratos.

Nesse sentido, tomemos como partida a necessidade de burocratização da administração, principalmente no que se refere ao período que engloba o fim da conciliação e início da Guerra do Paraguai. Atentemos, pois, para o aparelho burocrático formalizado, empregado na política nacional por meio de ocupantes e postulantes, formadores de uma “elite política real”. Nesse processo, José Murilo de Carvalho (2010, p.51) identifica dois métodos principais para se identificar os grupos ou pessoas que realmente exerciam o poder, um chamado de *posição* e o outro de *decisão*. “O primeiro definia a elite política como se constituindo das pessoas que ocupavam posições formais de poder”. “O segundo alegava que o poder formal podia não coincidir com o papel real e sugeria o exame de decisões concentradas para que fosse detectado o poder em ação e as pessoas que realmente o exerciam”.

Parece-nos que a estrutura política do império, muito embora houvessem algumas vicissitudes que requeriam maiores esclarecimentos, principalmente no tocante aos órgãos que prestavam serviços em âmbito local, era suficientemente simples para permitir-nos “utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério de posições formais para definir a elite política real”. Sendo assim, é razoável, “supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados” (CARVALHO, 2010, p. 51).

Dessa forma, consideramos importante apresentar uma breve explanação sobre as atribuições de cada grupo, que compreende tanto o Legislativo como o Executivo. E, mais uma vez, nos valem de observações feitas por José Murilo de Carvalho (2010, p. 87), quando evidentemente destaca o grupo dos ministros, já que, de acordo com a Constituição imperial, eles estavam encarregados das funções do Poder Executivo, cuja figura máxima era o imperador, que detinha o poder, ainda, de livremente escolhê-los. “Após a introdução da figura

do presidente do Conselho de Ministros, em 1847, o imperador limitava-se geralmente a escolher o presidente, que por sua vez escolhia os auxiliares em consulta com o chefe do governo”. Porém, quando o ministro escolhido era deputado, “tinha que submeter-se a nova eleição e deveria renunciar se não fosse reeleito. Com exceção dos militares, era rara a escolha de ministros que não fossem parlamentares”.

O que vinha em seguida, em uma escala hierárquica, eram os senadores. Estes, diferentemente dos ministros, deveriam ser escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice de eleitos, por votação popular. Este cargo era cobiçado, em grande parte, devido a vitaliciedade de seus membros, o que daria ao eleito estabilidade política pelo resto de sua carreira. No entanto, havia requisitos para este cargo, idade mínima de 40 anos e renda de 800\$000 por ano. “O número de senadores era a metade do número de deputados, 50 no início e 60 ao final do império, e varava de província para província, de acordo com a população de cada uma” (CARVALHO, 2010. p. 138).

O próximo grupo era formado pelos deputados gerais, grupo de maior número e de poder mais fragmentado. Normalmente, a carreira de deputado servia como “trampolim” para um melhor cargo, principalmente o senado, e devido às instabilidades políticas e constantes dissoluções, dificilmente os mandatos de quatro anos chegavam até o fim. 100 Na primeira legislatura existiam 100 e nos anos finais do império 125. “Os requisitos para a eleição eram idade mínima de 25 anos e renda mínima de 400\$000”.

O último grupo era formado pelos conselheiros de Estado. O grupo mais complexo de todos, pois não havia facilidade na classificação quanto ao emprego de suas funções na estrutura burocrática. “Era composto de 12 conselheiros ordinários e 12 extraordinários, nomeados pelo imperador. O cargo era vitalício, mas os conselheiros poderiam ser suspensos de suas funções por períodos indefinidos de tempo”. (CARVALHO, 2010, p. 143) Estes incluíam o topo da elite política, eram cargos de imensa respeitabilidade.

Indubitavelmente, não é tarefa fácil palmilhar o terreno das elites políticas, sendo-nos possível somente a breve exposição de alguns pontos que nos serviram de alicerce quando nos detivemos à frente na situação das elites provinciais. Fica evidente que as elites políticas, aqui apresentadas sob a égide dos cargos dirigentes do corpo administrativo do império, necessitavam de conhecimentos direcionados para tal tarefa, e nada mais os servia do que a magistratura. Sendo assim, era imprescindível ao modo de governo estabelecido no império, o conhecimento superior, sendo este quase pré-requisito, contribuindo também para uma certa homogeneidade de conhecimentos e habilidades adquiridas:

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela; a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e provinciais e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO, 2010).

Habilidades para decisões políticas não só dependiam da formação jurídica, mas também da homogeneidade de conhecimentos. Mesmo assim, nem sempre definiam da melhor maneira as situações de “barganha” à qual a administração deveria se submeter. Para Izecksohn (1997, p. 60), a heterogeneidade da formação social brasileira era dissonante quando tratada pela elite política, entendendo-se que “sequer entre os grupos dominantes podia haver consenso, uma vez que o governo dificilmente conseguia se constituir num executor fiel das aspirações dos proprietários escravistas”. Na visão do autor, a escravidão parecia ser o cerne para o desacordo ou, pelo menos, dificuldade na completa harmonização dos interesses;

A escravidão portanto, produzia impulsos contraditórios em relação às tarefas exigidas para a constituição do Estado, pois enquanto favorecia a monarquia e a preservação da integridade territorial, também se apresentava como um poderoso obstáculo à modernização do Estado a partir de seu núcleo dirigente (IZECKSOHN, 1997, p. 61).

Por sua vez, as elites políticas, que formavam uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”, tinham os conhecimentos e habilidades voltadas para o enfrentamento das condições contraditórias que a escravidão e o passado colonial conduziam, ficando evidente que, no Brasil, “se mantém e se reitera, no processo de independência, a economia mercantil exportadora de base escravista, é evidente a necessidade do estado viabilizar ambas as facetas (exportadora e escravista) da ordem que se esboçava”:

Nas formações históricas que emergiam de um passado colonial, a construção do Estado reveste-se de especificidades que mergulham, em grande parte, nesse mesmo passado. Elas vieram ao mundo como criaturas de um Estado, o metropolitano, que organizou na colônia sistemas de defesa, administração, fisco etc. que formarão o ponto de partida para as organizações estatais que emergiriam a partir da independência política. Mais do que “heranças”, esses elementos de organização estatal tornam-se indispensáveis para projetar o futuro das novas nações que surgem historicamente no interior de um sistema mundial de Estado e cujo destino dependerá em grande parte da capacidade de suas elites em organizar de forma estável a ordem política e social (COSTA, 1996, p. 276).

A organização da estrutura burocrática de governo, fundamentada nas condições que apresentamos conduz, pois, a uma periclitante situação de conflito nas localidades, já que, ao homogeneizar as habilidades e comportamentos ideológicos, os dirigentes políticos não englobavam as prerrogativas e vicissitudes de cada localidade nem, muito menos, os ajustes informais que iam sendo criados para a administração prática.

Todavia, essas prestações de serviço e formas de governo nem sempre estão de acordo com as ingerências nacionais, necessitando de um olhar mais detalhado sobre a situação local, a condução e organização do governo provincial, bem como as contraprestações e ajustes informais que vão sendo feitos pelos que detém o poder de fato e de direito.

2.3.1. Organização burocrática da província: preenchimento dos cargos e o processo de eleição.

No que diz respeito à circulação por cargos, no período que compreende o império, era feita pela elite através dos postos no Judiciário, Legislativo e Executivo. Nacionalmente, segundo José Murilo de Carvalho (2010), era imposta à elite essa rotatividade, tencionando uma espécie de treinamento prático para a elite dirigente, ou seja, era preciso passar por vários cargos, em várias províncias, com diferentes conjunturas, para que o candidato estivesse apto a um cargo de maior importância, seja na câmara dos deputados, no ministério, senado ou conselho.

Essa circulação era aparato político importante na condução das hierarquias, principalmente no tocante à elite dirigente, uma vez que a expectativa de dar-lhes maior experiência era explícita nesse processo. Em grande parte dos casos essa carreira se iniciava com a magistratura. Logo, se a família do candidato tivesse grande influência, conseguia ir diretamente à câmara dos deputados, se não, a maneira mais fácil seria conseguir uma nomeação de juiz municipal em algum município de importância. Neste interim, há intenso jogo de influências e barganhas políticas a serem galgadas pelo candidato até a estabilidade de um cargo público rentável.

Ainda no mesmo processo, havia preocupação explícita com o cargo de presidente de província. Com a justificativa de que era preciso haver treinamento, foi proposto um projeto, em 1860, que sugeria profissionalização do cargo de presidente de província. O projeto dividia as províncias de acordo com sua importância, sendo requisito para administrar as mais importantes passar primeiro pelas de menor importância. Além da experiência administrativa e dos bons salários, “o político tinha ainda, como presidente, a oportunidade, raramente

desperdiçada, de acelerar a carreira, especialmente pela garantia de uma eleição para o Senado, precedida ou não por eleição na Câmara”. Este era um dos poucos mecanismos que dava oportunidade de conseguir um cargo no Senado através de província que não fosse a sua de origem. “Na realidade, a presidência de província, apesar dos esforços do imperador em contrário, era cargo muito mais político do que administrativo” (CARVALHO, 2010, p. 123) e a pouca permanência em seus cargos é um grande indicativo disso, como veremos adiante, no próximo subtítulo, no quadro I.

A partir da ação dos presidentes é que se preenchia grande maioria dos cargos comissionados. Advém dessa prerrogativa a importância política do presidente, que deveria garantir vitória nas eleições dos candidatos aliados ao governo. Por conseguinte, controlava também nomeações estratégicas, como a de promotores, delegados, subdelegados e polícia, oficiais inferiores da Guarda Nacional, indicando, igualmente, os oficiais para as comissões de recrutamento militar. Reconhecia a validade de eleições municipais e encaminhava ao ministro do império parecer pessoal sobre as atribuições e andamento dos processos eleitorais. O presidente José Olintho Meira, durante complicada eleição de 1865, nos especifica suas funções e nos dá visão mais detalhada de seu trabalho como agente do governo central:

No dia 1º de agosto dirigi aos delegados, juízes municipais e promotores públicos o ofício circular que se segue:

Rio Grande do Norte. Palacio do Governo 1º de agosto de 1865.

Tendo-os de proceder no dia 9 do corrente a eleição dos eleitores, que mais tarde devem eleger dous deputados que a esta província compete dar para a representação nacional, recomendo a Vmc. mui terminantemente que se abstenha de intervir em diretas eleições com os recursos em meios que lhe proporciona sua posição oficial, tolhendo ou embaraçando de qualquer modo a liberdade do voto com detrimento das instituições e leis que vos regem.[...]

Aos juízes de paz. Presidentes das mezasparochiaes como grandes elementos de ordem, que muito deviam influir na situação pelas importantes atribuições como eleitos do povo, dirigi na mesma data seguinte officio.

Recomendo a Vmc. mui terminantemente que proceda com toda justiça e critério como presidente da mezaparochial, que tem de funcionar na proxima futura eleição deixando, manifestar-se livre o voto dos cidadãos qualificados, cuja repulsa tao geral e infelizmente considerada como meio de triumpho não passa de um abuso e de um crime previsto pelo artigo 100 do código criminal.

Será talvez conveniente declarar a Vmc., que a impunidade em crimes desta ordem mais se deve attribuir a uma reciprocidade que os partidos tem guardado entre si por conveniências, ou a outras causas que seria longo e menos próprio aqui expender, do que a dificuldade de prova-los e conseguir a punição de seus autores, dificuldade que por certo não é absoluta nem o poderia ser sem manifesto absurdo da lei criminal (RELATÓRIO, 1865)⁴⁴.

⁴⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1865, pelo presidente da província, o Exm. Sr. Dr. Olintho José Meira, p. 4-5.

Observando o trecho, verificamos que o processo eleitoral era um trâmite que amalgamava força política e dominação social, sendo, por isso, definido pelo poder nacional como ponto nevrálgico na condução da política e administração provincial. Era essencial que os eleitos se alinhassem com a conjuntura política predominante, no entanto, a eleição era conduzida por “autoridades” locais e esse processo necessitava de ser conduzido com habilidade pelo agente representante do governo nacional na província.

Fica evidente em fala de José Olinhto a importância das eleições, bem como a função do presidente de província junto a esse processo, na tentativa de diminuir a participação das forças locais. Posto isso, recomendava abstenção aos delegados, juizes municipais e promotores públicos, cargos em potencial ocupados pela elite agrária que tinham a magistratura como formação, mas que em algumas oportunidades acabavam preenchidos por diletantes que tinham grande influência local. Nas próprias palavras de José Olinhto, “se abstenha de intervir em diretas eleições com os recursos em meios que lhe proporciona sua posição oficial, tolhendo ou embaraçando de qualquer modo a liberdade do voto com detrimento das instituições e leis que vos regem”.

A importância desses cargos era evidente, já que eles tinham o poder de controlar o andamento das eleições, através de prisões, cumprimento de ordens criminais e organização do policiamento. Destarte, tinham como obrigação criar ambiente propício para que o andamento das eleições fosse de acordo com os altos interesses em jogo. Contudo, nem sempre as “liberdades” eram respeitadas, sendo preciso lançar mão de ardis que envolviam a administração da justiça. Acompanhemos o caso da eleição de 1865, em povoações adjacentes à capital Natal, em que o jornal *A Liberdade*, de cunho conservador, traz a descrição do andamento das eleições daquele ano:

[...] O senhor Passos, vendo que as ameaças, as prisões, e todos os meios até então empregados eram insuficientes para lhe assegurar o triumpho, e não encontrando no chefe de policia um instrumento próprio para a execução de seus planos, mandou chamar o comandante do corpo policial, e o fez seguir, poucos dias antes da eleição, para Itabatinga, Caiada, e outros pontos, onde o Bonifácio não havia encontrado o apoio que esperava na representação, que o partido liberal dirigia ao presidente um dia antes da eleição, e que já deixamos fielmente copiado, se diz em resumo o que esse individuo no character de enviado do governo, e facilmente se pode compreender de quanto é capaz um homem sem crenças e sem affeições, que, tornando-se instrumento do poder, e orgulhoso de seu próprio servilismo, procura a todo o transe encarecer o seu préstimo e fazer valer os seus serviços. **O recrutamento é a arma mais terrível, de que se pode lançar mao em ocasiões semelhantes,** pois este o espantallo com que se procura intimidar os votantes. **Estes podiam saber que pela lei suspende-se o recrutamento 60 dias antes e 30 dias depois da eleição;** mas pouco importava quando viam também contra a lei a força extorquindo votos, e

quando, ainda ficando isentos por algum tempo, viria depois o raio sobre eles (JORNAL A LIBERDADE, 1865, grifos nossos)⁴⁵.

Indiscutivelmente, o controle das autoridades policiais, da Guarda Nacional e do recrutamento se tornava arma eleitoral importante para o partido que estava no governo. Na estrutura administrativa, praticamente “todo cargo público da estrutura judicial e policial do governo central tinha em suas mãos o poder de exercer sanções arbitrárias sobre os cidadãos que, numa economia bem estudada, colaboravam para os resultados eleitorais desejados”. Suas ações produziam o temor que o jornal, alinhado a políticas conservadoras nos revela, pois o recrutamento se mostra “a mais terrível arma que se pode lançar mão” no período de eleições, representando “poderoso instrumento de persuasão eleitoral, dizimando, moderando ou cooptando os adeptos da facção adversária” (MENDES, 2004, p. 130).

Por ser organizado pela elite política, que se preocupava com os processos locais, o recrutamento era permeado de interesses vários que dependiam de conjunturas políticas nacionais. Por isso, os agentes que organizavam as eleições muitas vezes acumulavam funções, usando de um artifício para corrigir outro. Ou seja, no período de eleições lançava-se mão do recrutamento para diminuir a possibilidade de haver oposição, ao mesmo tempo em que aumentavam os seus séquitos.

Para que se torne inteligível a administração da província, talvez seja preciso pequeno esboço acerca das atribuições legais dos cargos a serem discutidos. Primeiramente, é necessário reconhecer que a constituição promulgada em 1824 foi a responsável pela separação dos poderes políticos. Foi através dela que os juízes e tribunais foram elevados ao status de poder político e que foi declarado independente “o poder judicial”, assegurando as garantias básicas à magistratura. A jurisdição deveria ser prestada por Juízes de Direito que, embora removíveis, seriam investidos em caráter vitalício (“perpétuos”), “não podendo ser demitidos, a não ser em virtude de sentença - garantia que não se estendia aos juízes municipais, que eram temporários, nem aos juízes de paz, de investidura eletiva”. Ainda assim, o sistema era facilmente burlado ou era encontrada nele alguma brecha. A independência dos poderes judiciais era, “pois, muito precária, sujeitos os seus integrantes a abusos diversos. A consequência era o tímido exercício da hermenêutica, conservando-se o hábito de os juízes pedirem ao governo a inteligência dos textos legais”. (RODYCZ, 2003, p. 5).

⁴⁵ Noticiário, número 0126, 1865.

Amparados pela lei de 1827, os juízes de paz eram eleitos em cada paróquia ou freguesia, juntamente com um suplente, da mesma maneira que os vereadores. Tinham competência administrativa criminal importante no que concerne ao poderio local. Ademais, suas funções se escreviam no modo de governo que cria brechas externas, o que lhes permitia certa autonomia. Dessa forma, o caráter eletivo demonstra que a ligação com o poderio local era inevitável. Portanto, o conjunto de suas funções nos será explicitado pelo autor Wilson Carlos Rodycz (2003, p. 10-12), que, em trabalho sobre a atuação dos juízes de paz no império, afirma:

Ao Juiz de Paz competia conciliar as partes antes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse a dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice; corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de corpo de delito; interrogar os delinquentes, prendê-los e remetê-los ao juiz competente; ter uma relação dos criminosos para fazer prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar o juiz de órfãos sobre incapazes desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos.

O Juiz de paz, de acordo com o exposto, era importante na condução das políticas e organização das localidades quanto à manutenção da ordem, na observância das penas, na organização das eleições, e principalmente no conhecimento sobre a “vida moral” dos moradores, o que nos leva a considerá-lo como elemento chave para o entendimento do nosso objeto de estudo. Sobre esses senhores, Mendes (2004. p. 130) nos diz:

Os juízes de paz conhecem em profundidade os assuntos da freguesia, e muito especialmente as qualidades morais dos habitantes e das redes de obrigação a que se encontram vinculados. O conhecimento das inclinações, afazeres e dizeres de seus vizinhos, de natureza eminentemente circunstancial e, portanto, em princípio indisponível ao universo abstrato da administração formal, é decisivo para o recrutamento. Ele está em posição de prever e calcular a extensão e o sentido da ação das redes de solidariedade parental ou clientelar. Em consequência, caberá ao juiz de paz tomar as decisões fundamentais na distribuição dos encargos, determinando aqueles que “estão nas circunstâncias” do recrutamento.

Para que seja possível compreender o processo de recrutamento durante a guerra do Paraguai é imprescindível termos em mente que a maior parte do aparato organizacional do recrutamento era feita pelos juízes de paz. Nesse intento, eles organizavam as listas dos potencialmente recrutáveis, levando em consideração suas condutas e falta de apadrinhamento. Muitas vezes, de forma mais direta, presidiam as comissões de recrutamento.

Com a eclosão da guerra, a urgência na recomposição das fileiras aumentou de maneira brusca, bem como a constância da necessidade do cumprimento das cotas. Essa situação fez com que esse cargo ganhasse poder no “desenrolar do complexo jogo de fazer soldados. São eles os personagens decisivos da tradução local das levas, perseguindo uns e ocultando outros” (MENDES, 2004. p.130).

2.4 “*Não se fala se não de Guerra, de guerra, de guerra!*”: Atuação dos presidentes de província durante a Guerra do Paraguai

Para o nosso estudo, tornam-se importantes a averiguação das tensões nos ajustes a partir do início do conflito com o Paraguai, as modificações nas conduções das políticas e, sobretudo, a força política que a figura do presidente de província ganha, sendo o responsável direto pela criação e condução das burocracias e formas de ingerências locais. Estas seriam empregadas concomitantemente ao processo de recrutamento militar, ocasionando ajustes indispensáveis para a acomodação das decisões que viriam tanto do governo central quanto da assembleia provincial.

Segundo o Ato Adicional de 1834, ao presidente da província competia convocar a Assembléia Provincial para reunir-se no prazo marcado para suas sessões; convocá-la extraordinariamente; prorrogar ou adiar a sessão anual, a seu critério; expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais; além de sancionar as leis aprovadas pela Assembléia. [...] São atribuições executivas no sentido estrito do termo, como a obrigação de fazer cumprir as leis, zelar pelo bom funcionamento das repartições públicas, dispor da Guarda Nacional para garantir a segurança e a tranqüilidade da província, preencher os empregos segundo determinação legal prévia, fiscalizar os empregados públicos (DOLHNIKOFF, 2005, p.101-102).

No período mais específico que compreende a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, a província do Rio Grande do Norte foi governada por doze presidentes, dentre os quais só quatro produziram relatórios, já que após o início do conflito a permanência dos presidentes no governo se tornou algo efêmero. Além dos doze presidentes, temos o impressionante número

de seis vice-presidentes que assumiram momentaneamente a província. Acompanhemos o quadro a seguir:

Quadro I - Relação dos governantes da província durante o período (1863-1871)

Presidentes	Gestão	Data do relatório	Visão política
Olintho José Meira	1863 a 21 de Agosto de 1866	15 de outubro de 1865; 21 de agosto de 1866	Liberal e Ligueiro ⁴⁶
Luiz Barboza da Silva	21/8/1866 a 25/4/1867	01 de outubro 1866; 25 de abril de 1867	Liberal
Antonio Basílio Ribeiro Dantas	De 25/4 a 13/5/1867	2º vice-presidente. Não confeccionou relatório	Liberal
Gustavo Adolfo de Sá	13/5/1867 a 29/7/1868	23 de maio de 1867; 17 de fevereiro de 1868	Liberal
Padre Bartolomeu da Rocha Fagundes	29/7/1868 a 6/8/1868	6º Vice-presidente. Não confeccionou relatório	Liberal
Antonio Basílio Ribeiro Dantas	De 6 a 19/8/68	2º vice-presidente. Não confeccionou relatório	Liberal
Luiz Gonzaga de Brito Guerra	De 19 de agosto a 1º de setembro de 1868.	1º vice-presidente. Não confeccionou relatório	Conservador
Manoel José Marinho da Cunha	1/9/1868 a 10/3/1870	Não confeccionou relatório	Conservador
Pedro de Alcântara Pinheiro	10/3 a 12/4 de 1870	4º Vice-presidente. Não confeccionou relatório	Conservador
Pedro de Barros Cavalcanti Albuquerque	De 12/4 de 1869 a 19/2/1870	17 de Fevereiro de 1870	Conservador
Otaviano Cabral Raposo da Câmara	De 19/2 a 22/3 de 1870	3º vice-presidente. Não confeccionou relatório	Conservador

⁴⁶ Segundo o autor Adauto Miranda Raposo (2008), Ligueiro consiste na habilidade política de conciliar interesses nacionais e locais, de manter as localidades em controle. Apesar das demandas centralistas, o presidente José Olintho é o único que se encaixa nesse conceito, pois era reconhecidamente habilidoso em situações de conflito de interesses, sendo esse um dos motivos apresentados pelo autor para que Olintho se mantivesse tanto tempo no cargo.

Silvino Elvidio Carneiro da Cunha	22/3 de 1870 a 11 de janeiro de 1871	Não produziu relatório equivalente aos negócios da Guerra.	Conservador
--------------------------------------	---	--	-------------

Fonte: Quadro elaborado a partir de informações contidas em CÂMARA (2008, p. 19).

Ao analisarmos o quadro, percebemos que quando iniciado o conflito a província era governada por políticos ligados ao partido liberal, desde 1862, se mantinham com seus gabinetes e ministério no poder. Além disso, a permanência dos dois primeiros presidentes no cargo ultrapassou um ano, fato que só se repetiria depois do fim do conflito, o que demonstra grande rotatividade de presidentes, principalmente com o grande número de vices que ocupavam o cargo com a ausência ou enquanto esperava o novo presidente chegar a terras provinciais.

Em estudo sobre o recrutamento militar na província do Rio de Janeiro, Vitor Izecksohn (2004, p. 185) apresenta algumas teorias que nos ajudam a vislumbrar a participação dos presidentes no jogo político. Demonstra, por exemplo, que a grande rotatividade na presidência das províncias não era característica exclusiva do período de guerra, mas que agravava a situação, pois, “durante os cinco anos e quatro meses de duração da guerra, a província foi governada por seis presidentes. O período médio de administração foi de nove meses e 24 dias”. Contudo, o autor segue a discussão e afirma que “a forte rotatividade não constitui, necessariamente, sinal de instabilidade”.

Na província do Rio Grande do Norte, como demonstrado no quadro I, temos maior rotatividade ainda. No mesmo período, foram registrados doze presidentes, dos quais a metade, ou seja, seis, eram vice. Esses números transparecem que quanto mais longe da sede do governo maior necessidade havia de troca presidencial, haja vista o interesse de manter as convicções dos presidentes mais afastadas possíveis das elites locais, o que poderia, no entendimento do governo central, enfraquecer o cumprimento das ordens⁴⁷.

Para Donlhnikoff (2005, p. 102), a fim de garantir a fidelidade dos homens escolhidos para a presidência, “tomava-se o cuidado de nomear alguém de fora, bem como de promover uma intensa rotatividade no preenchimento do cargo: não se costumava ocupa-lo por mais de alguns meses”. Dessa maneira, não havia, necessariamente, instabilidade nacional, como frisa

⁴⁷ Províncias como Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul foram analisadas por Miriam Dolhnikoff (2005). Na opinião da autora, é perceptível que a proximidade de São Paulo do centro de governo facilitasse a “organização”, ao passo que em Pernambuco e Rio Grande do Sul, eram necessárias medidas mais enérgicas e centralizadoras. Devemos considerar, contudo, que Pernambuco tem histórico de revoltas e o Rio Grande do Sul grande proximidade com a região do Prata, ainda assim, não diminui a participação das distâncias na diferenciação da governabilidade nestas províncias.

Izecksohn (2004). Contudo, com as ausências constantes desses presidentes que tinham supostamente “fidelidade” aos projetos nacionais, os vices que assumiam eram, em sua maioria, parte das elites locais, ocasionando, por vezes, desalinho nas ingerências que deveriam ser tomadas, descentralizando e proporcionando maior mobilidade das elites locais.

Essa prática permeava todas as esferas locais e nacionais. Assim, os potentados locais, acostumados a manterem o controle sobre o processo de policiamento, recrutamento e eleição, percebiam-se invadidos pelas medidas e decretos que foram sendo lançados pelo poder central. Maria Odila Dias (2003, p. 64) nos alerta, portanto, que esses elementos compunham as políticas de dominação do Estado, de modo que estas medidas, ao deturparem ou desorganizarem a força local, desestruturavam a organização dos “mandonismos locais” da sociedade vigente.

Nessa perspectiva, o presidente José Olyntho Meira de Vasconcelos⁴⁸ era natural de Pilar, na Paraíba, Zona da Mata açucareira, filho de José Bento Meira de Vasconcelos, Cirurgião-Mor e dona Isabel Maria. Por parte de sua genitora tinha parentesco com João Alfredo Correia de Oliveira, senador do Império, Conselheiro de Estado e Chefe do penúltimo Gabinete da Monarquia, ou seja, tinha convívio com poderosos políticos, além de sua família ser abastada, assentada em Pernambuco, com grandes propriedades açucareiras, engenhos e grande quantidade de escravos. O importante, contudo, ao que nos parece, são as relações familiares, que devem ter importância para sua vida pública e política.

Como vários outros que tinham origem social parecida, Olyntho ingressou na Faculdade de Direito de Olinda, tendo se formado em 1851, com apenas 21 anos de idade. Um ano depois já ingressava na carreira de administração pública, quando foi nomeado pelo poder central como promotor da comarca de Souza, na Paraíba, passando a fazer parte do poder judiciário do Império. Essa fora a primeira fase para a construção da carreira política.

Em 1854, Olyntho casou-se com Maria Joaquina de Albuquerque de Sá, filha de Corrêa de Sá, grande proprietário de terras, chefe da Guarda Nacional e chefe político do sertão da Paraíba. Segundo Denise de Mattos Monteiro (2008, p.55), “através desse casamento, e com grande probabilidade em forma de dote da noiva, nosso personagem passou a contar com considerável fortuna”.

⁴⁸ Os dados biográficos foram extraídos do discurso feito por Silvio de Bastos Meira, neto de Olyntho, no momento da tomada de posse, no Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, com o título *de Olyntho Jose Meira – Presidente de duas províncias do Império*, publicado como prefácio em *Terras do Brasil (a legislação de Terras do Rio Grande do Norte)*, autoria de José Olyntho Meira de Vasconcelos.

A estratégia de se casar com a filha de grande chefe político parece ter sido fundamental para a consolidação de sua carreira e, principalmente, em suas escolhas políticas subsequentes, pois, logo em seguida:

Tornou-se deputado na Assembleia Provincial da Paraíba por quatro anos, no período compreendido entre o ano de seu casamento e 1859, quando passou a suplente de deputado geral pela mesma província. À sua atuação no poder judiciário do Império vinha juntar-se agora, portanto, sua atuação no poder legislativo. É possível considerar que date daí seu ingresso no Partido Conservador, onde permaneceria até a queda da Monarquia (MONTEIRO, 2008, p. 55).

Como afirma Carvalho (2010), aqueles que exerciam funções do estado eram recrutados de uma elite limitada, de maneira que havia grande rotatividade, em grande parte porque somente os abastados possuíam o necessário para se educarem, o que tornava a administração pública uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”. Por esses motivos, obedecendo à rotatividade característica da época, em 1860 Olyntho foi nomeado, simultaneamente, Chefe de Polícia e 2º Vice-Presidente, na província do Pará. Em 1861 assumiu a presidência por alguns meses, até quando foi exonerado do cargo de Chefe de Polícia, em 1862, sendo designado para a presidência da província do Amazonas. Preferiu recusar a esse último cargo, pois esperava receber algum outro que estivesse mais próximo de suas terras.

Sua espera foi recompensada quando, em 1863, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Norte, função que exerceu por mais de três anos. Nesse tempo, conseguiu aliar sua influência sob as elites locais com os interesses do governo central – talvez grande motivo de sua longa permanência no cargo -, principalmente quando iniciada a Guerra do Paraguai. Nessa delicada situação que teve de enfrentar nos dá importante depoimento sobre sua atuação:

Era preciso através de todas as dificuldades auxiliar o governo remetendo-lhe valiosos contingentes, e ao mesmo tempo ouvir atentamente a um sem numero de indivíduos, que alegavam isenção para si ou para os seus, afim de não faltar-lhes com a justiça devida; era preciso combinar, mais do que nunca a severidade com a brandura, combinação difícil e indispensável a quem governa e adoçar finalmente as amarguras do pesado tributo de sangue convencendo antes do que impondo[...] fiz neste sentido quanto estive em minhas forças: empenhei-me o mais possível para conciliar os **altos interesses do estado com os interesses particulares dos cidadãos** e das finanças da província, cuja a principal fonte de riqueza é a lavoura (RELATÓRIO, 1866)⁴⁹.

⁴⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Presidente Olyntho José Meira, no ano de 1866, p. 33. Grifos nossos.

Em determinadas circunstâncias, a necessidade de recrutamento, de controle social, de administração, foi condicionante decisivo para a precariedade nas relações entre os agentes do governo e os agentes locais. O presidente de província, por seu turno, necessitava de grande habilidade para lidar com interesses de autoridades locais - coronéis, alguns funcionários públicos, magistrados - que compunham a elite “agrária”, com interesses nacionais, objetivando o maior respaldo de suas províncias quanto as suas pretensões. Dessa maneira, é elucidativo pensarmos sobre a composição das elites locais nesse jogo político, sua força e sua influência econômica, colocada por Renato Amado Peixoto (2010, p. 169-193) nestes termos:

A organização encabeçada pelas famílias Gurgel e Brito Guerra que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Mossoroense’. [...] a organização encabeçada pelas famílias Medeiros e Galvão que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Seridoense’. [...] a organização encabeçada pela família Pedrosa que atuava sobre um espaço que denominaremos de ‘Natalense’.

Esses espaços eram ocupados por “grupos familiares” - grandes proprietários que enriqueceram com a produção açucareira -, ocasionando na dificuldade e, conseqüentemente, na necessidade de habilidade de “conciliar os altos interesses do estado com os altos interesses particulares”. O papel aglutinador ao qual José Olintho se refere nos ajuda a vislumbrar a sua própria atuação, no sentido de evitar enfrentamentos corrosivos “convencendo antes que impondo” e, ao mesmo tempo, procurando fomentar parceria na tentativa de facilitar sua administração na condução da guerra.

Contudo, há outro posicionamento a ser percebido nos relatórios do presidente que vem em seguida, Luiz Barboza da Silva. A diferenciação se dá quanto às localidades, estando este mais preocupado com a situação política imperial, pois posiciona-se quanto ao contexto nacional de ganhos e arranjos políticos, na tentativa de retomar as reformas liberais. Não obstante, é importante abrangermos o posicionamento do agente do governo na província e como era concebido o papel da guerra na relação entre governo imperial, governo provincial e localidades:

Desde que se acha meu país empenhado em uma guerra de honra, que, aliás, não maldigo inteiramente como um flagelo, porque nela entrevejo um grande elemento de **regeneração política**, de que muito carecemos para emancipar o merecimento, e retemperar o espírito público, levantando-o do abatimento em que tem jazido, ardo em desejos de votar-lhe com a própria vida, se assim estiver decretado em meu destino, toda a minha dedicação pessoal, e toda a cooperação que me faculta a pequena influencia política, que tenho podido conquistar a esforço de trabalho e perseverança, não para explorá-la jamais como um meio de vida, mas para exercer-la sempre como

escudo de direitos comprimidos, ou arma de combate na sustentação dos **interesses legítimos** e da dignidade nacional (RELATÓRIO, 1866)⁵⁰.

Luiz Barboza via na guerra uma oportunidade de “regeneração política”. Neves, (2003, p. 171) demonstra que o termo tem várias conotações, dependendo da época empregada. Nesse sentido, o que mais se aproxima do contexto usado se refere a “uma revolução pública, pacífica, harmoniosa, promotora da felicidade e da liberdade nacional”.

Para o presidente, o conflito seria o momento perfeito para, finalmente, colocar em prática algumas mudanças “que merecemos para emancipar o merecimento”. Diferentemente de José Olintho, que dava amplos poderes e ouvidos às localidades, Luiz Barboza, achava importante ser “leal” à causa nacional, fazendo propaganda a favor do conflito e chamando de “interesses legítimos” a vingança do brio ultrajado. Para isso, era necessário empregar de todos os termos, mesmo que os extraordinários para se finalizar essa “guerra de honra”.

Em sua fala há, também, intenção de justificar suas posições políticas e hierarquias como agente do governo, afirmando que sua posição serve “não para explorá-la jamais como um meio de vida, mas para exercê-la sempre como escudo de direitos comprimidos”, estes que nem sempre são condizentes com os direitos locais. Finalmente, ao perceber a guerra como “elemento de regeneração”, também se percebe como participante neste processo, buscando lentamente as mudanças políticas e priorizando a manutenção dos interesses legítimos.

Em uma outra vertente está o deputado Tavares Bastos⁵¹, liberal federalista, advogado e jornalista. Tinha a opinião de que a guerra estava atrapalhando o andamento da política nacional. Para ele o conflito havia adiado as preocupações com as reformas que deveriam ser colocadas em práticas, a necessidade de criar decretos, leis orçamentárias, e qualquer que seja o aparato legal para se levar adiante uma guerra que tomara proporções gigantescas após a invasão do território paraguaio. Diante dessa situação, o deputado, em reunião na Câmara dos Deputados, indignado, vocifera:

Não se fala senão de Guerra, de guerra, de guerra! Nisto se resume o programa do gabinete. Em um programa, em que até entra a reforma do quadro dos oficiais de armada, com que parece profundamente preocupado o nobre ministro da Marinha, como se fora isso uma questão capital nas presentes circunstâncias, nem ao menos uma palavra sobre a reforma judiciária? Por que? Por causa da Guerra? Senhores, não

⁵⁰Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Presidente Luiz Barboza da Silva, em ofício ao qual responde Amaro Bezerra Cavalcanti na sessão ordinária do ano de 1866. Grifos nossos.

⁵¹ Aureliano Candido Tavares Bastos foi eleito pela província de Alagoas em três legislaturas, 1861-1863, 1864-1866, 1867-1870. No parlamento predominava sua posição descentralizadora, discussões relativas à liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Ao nosso interesse, discute a questão da fixação do número de tropas, reformas no exército, bem como a nova lei do recrutamento. PONTES, Carlos. Tavares Bastos (Aureliano Cândido, 1839-1875). Brasileira. 1975.

são as câmaras que acham-se no Paraguai, depois de tantos anos de esterilidade, eles podem e devem aplicar-se à solução de sérios negócios em um programa que abrange questões secundárias não é lícito lamentar a ausência da reforma judiciária, essa questão suprema do partido liberal?⁵²

No pronunciamento do deputado, em primeiro momento, é possível perceber que o papel protelatório da guerra se fazia presente, principalmente após 1867, quando o conflito chegava ao seu segundo ano sem prazo para definição. Tavares Bastos responsabiliza a falta de reformas no sistema judiciário, tão cara aos liberais, ao esforço de guerra, em que se pretere políticas liberais, até o ponto de, em 1868, cair o gabinete de Zacarias⁵³, dando início ao gabinete conservador.

Os arranjos políticos e institucionais acima mencionados foram, inicialmente, conduzidos pelas elites políticas e intelectuais, no entanto, durante o conflito, não se manteve amorfa e estanque, através de busca de ganhos em grupos ou individuais, a relação entre elites e as manifestações de apoio ou repúdio à Guerra. Logo, essa relação se assemelha com a relação dos potentados locais e governo central, em um movimento pendular, ocorrendo perdas e ganhos em determinados momentos. Destarte, a partir do impacto que o recrutamento criou na província, nos será possível palmilhar de maneira inteligível essas relações.

⁵² Anais do parlamento brasileiro da câmara dos deputados no ano de 1865 -1868, p. 227.

⁵³ A partir de 1868 a guerra tomou rumos dramáticos quanto a sua continuidade. Caxias se viu pressionado por suas decisões, principalmente pelos jornais de cunho liberal que criticavam a morosidade com que estava sendo feita a campanha. “As dificuldades na guerra eram exacerbadas pela oposição liberal no Rio e Janeiro, como forma de atacar o comando de Caxias, um expoente conservador. Ele era duramente criticado pela imprensa liberal, ‘que ia aos extremos do desvario, negando-lhe até mesmo a capacidade profissional e pondo-lhe apelidos degradantes’. Essa crítica também era um modo de os liberais-progressistas do Gabinete Zacarias dividirem, perante a opinião pública, o desgaste da longa duração da Guerra”. Dessa maneira, pressionado, Caxias manda o seu pedido de demissão. Dom Pedro II, no entanto, pondera ser de crucial importância a manutenção de Caxias como Comandante-em-chefe. Em 16 de julho, caía o gabinete Zacarias, entrando em seu lugar um gabinete alinhado ao pensamento político de Caxias, ou seja, um gabinete conservador. Cf. DORATIOTO. Maldita Guerra: Nova história da guerra do Paraguai. Companhia das letras. 2ª edição. 2002. P. 335

CAPÍTULO III – “Intrépidos voluntários! Bravos soldados!”: A província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai.

3.1 Breve levantamento sobre a situação conflituosa no Prata

Afinal, a Guerra do Paraguai é comparável à do Vietnã, pela dificuldade logística, pelo envolvimento da população do país e, até, por ações típicas de guerrilha. O notável é que vencemos (BITTENCOURT (1987) apud DORATIOTO, 2002).

Essa guerra que não buscamos, que não desejávamos [...] era inevitável devido à natureza do poder despótico e irresponsável do governo do Paraguai, que continua uma ameaça perpétua para seus vizinhos devido à concentração de elementos militares em seu território, militarizando, em massa, sua população para perturbar nossa paz, fomentando nossas divisões [políticas]; devido às questões econômicas referentes à liberdade de navegação dos rios e do comércio, originadas de sua política restritiva e

exclusivista; e, finalmente; pela reivindicação de nossos limites legítimos e naturais (MITRE(1866) apud. DORATIOTO, 2002).

A situação no Prata, desde a colônia, se mostrara de difícil solução quanto a navegações e limites, descambando em várias intervenções, como em 1825-1828 (Guerra da Cisplatina), 1850-1851 (Guerra contra Oribe e Rosas), 1864 (invasão do Uruguai) e 1864-1870 (Guerra do Paraguai), nos sendo de particular interesse a intensificação a partir do início dos anos 1860.

Com a morte de Carlos Antonio López, em 1862, assumiu o governo do Paraguai o seu filho, Francisco Solano López, dando continuidade à tradição autoritária de governar. O país era unificado, sem dívidas e avançado tecnologicamente. Conforme Doratioto, “essa modernização, todavia, era de caráter militar ou defensivo, enquanto o camponês paraguaio utilizava ainda técnicas de cultivo de dois séculos de idade”. Isso era evidenciado pela falta de necessidade de obtenção de excedentes para comércio externo, pois “o Estado guarani era dono, em meados do século XIX, de quase 90% do território nacional e praticamente controlava as atividades econômicas, pois cerca de 80% do comércio interno e externo eram de propriedade estatal”. Para manter o ritmo de desenvolvimento, era preciso ampliar o mercado externo, o que condicionaria o contínuo aumento de recursos para importar tecnologia. “Tal quadro levou o Paraguai a ter interesses fora de suas fronteiras, a participar das questões na Bacia do Prata” (2002, p.44).

A decisão de aumentar sua participação na questão do Prata inevitavelmente colocava o Paraguai em rota de colisão com os interesses do Brasil. O país tencionava a manutenção do *status quo* do Uruguai, já que o Império brasileiro tinha grande influência na região, conquistada por anos de diplomacia e firmação de alianças. O isolamento político do Paraguai dificultou a definição dos limites, questão, aliás, catalizadora da tensão na região. Senão vejamos:

A nova postura paraguaia, de participar dos assuntos platinos, também levou à alteração nas relações que o país guarani mantinha com a Argentina. Nesta, apesar da vitória do projeto centralizador do Estado, decorrente da derrota militar de Urquiza para Bartolomé Mitre, em 1862, restaram resistências federalistas nas províncias, especialmente em Entre Rios e Corrientes. Para combater o recém-nascido governo central, a oposição argentina procurou articular-se com as forças platinas contrárias a Bueno Aires. Uma dessas forças eram os *blancos*, que estavam no poder no Uruguai, onde os opositores à ditadura de Rosas, como o próprio Mitre, estiveram exilados sob a proteção dos *colorados*. Outra força era o Paraguai, que se aproximava do governo uruguaio para buscar uma saída para o oceano, pelo porto de Montevidéu, e assim garantir e ampliar suas relações comerciais com os centros capitalistas europeus, Bartolomé Mitre afirmaria, posteriormente, que, “vencido o tirano do Paraguai com todo o seu poder, desapareceu a néscia de esperança de que viesse ele decorar o governo argentino em prol e honra dos reacionários da República” (DORATIOTO, 2002, p. 44-45).

A busca pela saída para o oceano através de Montevideu torna o Uruguai elemento catalisador das tensões na região, já que este se apresentava como concorrente do porto de Buenos Aires, utilizado como alternativa para suas exportações entre Ríos e Corrientes. Desse modo, ainda na fala de Doratioto (2002, p. 45), percebemos que a “República uruguaia estabelecia relações com a resistência federalista contra Mitre”. O estado, centralizado por “Buenos Aires, procurava consolidar os *blancos*, que contrapunham um entendimento entre seu país, o Paraguai e aquelas duas províncias argentinas”. Em relação ao Brasil, o presidente Berro tentou enfraquecer a influência desse Império em seu país, recusando-se o governo uruguaio a renovar o tratado de comércio e navegação de 1851, consequentemente fechando a livre navegação de alguns rios. Tentando regular os interesses do Império brasileiro, Montevideu instituiu imposto sobre as exportações de gado para o Rio Grande, incluindo medidas que dificultavam o uso de mão de obra escrava por fazendeiros brasileiros, a fim de equiparar o produto nacional que usava mão de obra livre.

O Uruguai também desagradou a Argentina, devido ao apoio dado aos concorrentes de Mitre e à proibição da livre navegação, por isso, o fim do governo de Berro “passou a interessar esses dois países. Se isso ocorresse, permitiria a Mitre consolidar o Estado unitário, após o que poderia enfrentar o Paraguai e os federalistas de Entre Ríos e Corrientes”. Já para o Brasil, o fim daquele governo “significaria atender aos reclamos dos fazendeiros gaúchos, liberando o Império para pressionar militar e diplomaticamente o Paraguai, para força-lo a aceitar o rio Apa como fronteira entre os dois países” (DORATIOTO, 2002, p. 46).

Os estancieiros gaúchos pressionavam o Império brasileiro no sentido de intervir junto ao governo uruguaio de maneira definitiva. Isto gerou uma política de intervenção cada vez mais incisiva, contudo, essa situação gerou desconfortos ainda maiores na região:

A crescente posição intervencionista do Brasil em relação à República Oriental acabaria resultando no bloqueio do porto de Montevideu e no apoio declarado à rebelião encabeçada pelo caudilho *colorado* Flores, benevolente com os interesses dos estancieiros gaúchos e também merecedor da confiança portenha. Em resposta, o governo paraguaio entregou um ultimato ao governo brasileiro, em agosto de 1864, no qual declarava que qualquer ocupação do território uruguaio por tropas brasileiras seria considerada uma violação do princípio do “equilíbrio entre os Estados” na região do Rio do Prata, uma questão de fundamental interesse para o Paraguai, já que traduzia a garantia da paz e a segurança na área (IZECKSONH, 1997, p. 37).

A partir da concepção de que era preciso manter o “equilíbrio entre os Estados”, o governo paraguaio achou conveniente entregar o *ultimatum*, caso o território uruguaio fosse invadido. Na avaliação de López, o governo brasileiro tinha intenções imperialistas e o Uruguai era o ponto estratégico perfeito, pois, com saídas para o rio da prata e mais ainda fazendo fronteiras importantes, aquele território seria o primeiro a ser invadido.

Na concepção de Izecksohn (1997, p. 37-38), a avaliação paraguaia desta crise, em 1864, não levava em consideração as “importantes modificações na estrutura geopolítica da região. A consolidação dos Estados nacionais em torno de projetos de centralização administrativa levaria a uma diminuição da força de caudilhos e de facções locais”. Sendo assim, López contava com o apoio de oligarquias dissidentes, na Argentina, principalmente do chefe político da província de Entre Ríos, Urquiza. O chefe político paraguaio acreditava também que o fato do Brasil ser escravista atrapalharia decisivamente a operacionalidade de seu Exército. A situação ficou complexa e os prognósticos de López tinham a intenção de diminuir a hegemonia imperial a partir do enfraquecimento de suas alianças, principalmente com a Argentina. Ele acreditava que com o início do conflito a Argentina ficaria neutra e ainda teria o apoio de Urquiza contra um império desorganizado militarmente.

Como se pode ver, a invasão a terras uruguaias era inevitável. As pressões dos estancieiros gaúchos para que o Império brasileiro fizesse valer seus tratados e interesses foram superiores às ameaças de guerra do Paraguai. Neste sentido, Doratioto organiza de forma sucinta este momento chave para elucidar nosso objeto:

A notícia da entrada de tropas brasileiras no Uruguai chegou a Assunção em 25 de outubro, na forma de rumor. O representante uruguaio solicitou, então, a Solano López o prometido auxílio ao governo de Aguirre, obtendo como resposta que isso não era possível por carecer a notícia de caráter oficial. A recusa foi interpretada pela Legação brasileira como demonstração da pouca vontade de Solano López de cumprir o compromisso de ajuda a Aguirre, devido ao isolamento paraguaio no Prata. Viana de Lima reafirmou não crer que o país guarani entrasse em guerra contra o Brasil, embora Solano López e seus ministros “continuem a afirmar que o Paraguai em breve entrará em luta”.

Na madrugada de 11 de novembro, chegou a Assunção o navio brasileiro *Marques de Olinda*, pequeno vapor de duzentas toneladas, com dois mastros à vela e uma chaminé, movido a rodas, pertencente à Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai. (...) A embarcação levava o novo presidente do Mato Grosso, coronel Carneiro campos, acompanhado de alguns oficiais, e, horas após partir de Assunção, o *Marques de Olinda* foi alcançado pela canhoneira paraguaia *Tacuaríe* obrigado a retornar ao porto da capital. Solano López não compreendia como o *Marques de Olinda* e o presidente de Mato Grosso seguiram viagem para essa província, “depois que o Brasil nos declarou guerra”, ao invadir o Uruguai mesmo depois do protesto paraguaio de 30 de agosto (2002, p. 66).

A prisão do vapor brasileiro foi considerada pelo Império como ato de pirataria. Contudo, para Solano López era resposta imediata à invasão do Brasil no Uruguai, sem prévio aviso de guerra. Em dezembro de 1864, uma expedição fluvial paraguaia desembarcou em Coimbra, dando início à invasão de Mato Grosso. Solano López acreditava na inferioridade militar do Brasil, pois sua intervenção no Uruguai, que deveria ser demonstração de força e imposição de seu Exército no Prata, constitui-se, na verdade, em fraqueza, devido à demora na mobilização das tropas. Isso seria inclusive um dos motivos para que o governante tomasse a decisão da invasão ao território brasileiro (SALLES, 1990; COSTA, 1996; DORATIOTO, 2002).

O Brasil sendo atacado, a belicosidade que vinha sendo desenvolvida pelos paraguaios finalmente poderia ser posta em prática, ação que não foi considerada ofensiva pelo povo paraguaio, mas sim defensiva, pois seu país seria o próximo a ser invadido após o Uruguai. Já no início de 1865, o Paraguai pede permissão à Argentina para atravessar seu território, no intuito de facilitar suas ações ofensivas contra o Império brasileiro. A Argentina, contudo, se mostrou indiferente, respondendo que manteria sua neutralidade no conflito. A resposta de Solano López foi a invasão também ao território argentino. Com a resolução do impasse do governo do Uruguai e retirada de Aguirre do poder, abria-se, então, caminho para uma aliança entre os três países.

Consideramos, pois, que existiam vários interesses em jogo. Tudo era usado nos prognósticos pelos governantes em uma visão de “reducionismo infantil”. A respeito dos tais, Doratioto (2002, p. 96) demonstra que não havia “bandidos” ou “mocinhos”, mas interesses. Em poucas palavras, o autor sintetiza o que foi discutido até aqui:

A Guerra era vista por diferentes óticas: para Solano Lopez era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu [...]; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino [...] viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litigio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação e permitiria depor Solano Lopez.

No Brasil, as reações à invasão do Mato Grosso pelas tropas paraguaias foram de espanto. Não se esperava um ataque dessa magnitude, haja vista que as forças paraguaias eram subestimadas pelo Império. Acreditava-se que, pelo isolamento político, as técnicas e

armamento militar, bem como arregimentação de uma diminuta população, se comparada a do Brasil, não seriam suficientes para mobilizar um Exército forte.

Se para os diplomatas e governantes brasileiros a invasão do Mato Grosso foi vista com surpresa, mas ainda o foi para as províncias distantes do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Norte, por exemplo, como diria Aduino da Câmara (2008), “eis como a guerra foi surpreender a potiguarânia”. Dessa maneira, os aparatos burocráticos das províncias tiveram de ser formulados e reformulados às pressas, principalmente no que concerne ao recrutamento para o Exército que teve de ser formado.

Decerto, o conflito nacional gera outros conflitos locais e cotidianos. O aparato governamental, bem como o financeiro fomentavam, então, uma administração que tinha como grande objetivo vencer uma guerra. Esses conflitos locais são sentidos e resolvidos na província do Rio Grande do Norte e é justamente nesse sentido que estreitamos nosso olhar, nas modificações das relações que foram intensificadas e moldadas pela Guerra do Paraguai.

3.2 “*Há de se cumprir a cota*”: organização militar no cotidiano de pobreza

É no cotidiano de pobreza, de modificação de trabalho, de busca de normatização da moral e do bem viver, que a repressão à dita ociosidade ganha força. Indubitavelmente, um dos elementos que mais assusta aos “tomados pelo vício da vadiice” é o recrutamento. Se nos dias atuais o recrutamento para as forças militares em determinadas circunstâncias é feito, de própria vontade, com orgulho, sendo visto como uma obrigação patriótica e dever de todos os brasileiros, na segunda metade do século XIX ele agia sob aqueles que “não tinham utilidade social, política, ou econômica”, servindo ainda como *regenerador* dos costumes, da moralidade e da ordem⁵⁴.

Nesse sentido, nos interessa bastante o estudo de Christiane Figueiredo Pagano de Mello (2004), sobre a política de mobilização militar nas Minas Gerais. A autora identifica que na segunda metade do século XVIII o “principal fundamento justificador das frequentes intervenções legislativas da Coroa, efetivadas na sociedade civil colonial, remetia, essencialmente, às questões que diziam respeito à esfera militar”. O esforço de alargar os limites dessas intervenções se inscreve em processo legislativo específico, no tocante ao aumento

⁵⁴Cf. Relatório apresentado pelo presidente José Olintho Meira, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, durante a seção ordinária do ano de 1863.

decisivo da força militar das províncias, em carta régia de 22 de março de 1766, enviada ao vice-rei, Conde da Cunha, e aos governadores e capitães gerais da Colônia. A metrópole expressa o desejo de englobar, da melhor forma possível, o maior conjunto da sociedade, “determinando que se alistassem ‘sem exceção’, de ‘nobres, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos’, todos os homens validos para o serviço militar, para como eles formar o maior número possível de corpos auxiliares e de ordenanças” (MELLO, 2004, p. 70-71).

Assim posto, a força terrestre organizava-se, em Minas Gerais, a partir de três escalões. Primeiro o exército de linha, que alguns historiadores consentem em usar a denominação da época, ou seja, tropa paga⁵⁵. Esta recrutava soldados entre os solteiros sem idade fixa. O segundo escalão é composto pelas forças auxiliares, constituídas por homens válidos, em sua maioria casados, que podiam, vez por outra, ser incluídos nas tropas pagas. Por último, havia as ordenanças, compostas pelos restantes de homens militarmente disponíveis⁵⁶.

Essas forças terrestres passaram a receber maior atenção da Coroa, sendo preciso reformular a organização dos corpos, as táticas, a disciplina, ou seja, formar militarmente os cidadãos, como já era feito em grande parte da Europa, treinando e equipando uma porcentagem considerável da população. Para isso, foi determinante a contratação do conde de Schaumbourg-Lippe para marechal do exército português, o qual organizou as tropas segundo o método prussiano de guerra⁵⁷, reformando e aumentando a conscrição, intensificando o processo recrutador, tornando a colônia uma sociedade que deveria disponibilizar, devido ao seu potencial populacional, um exército ao mesmo tempo grandioso e bem treinado.

Manter um exército pago, bem treinado e disciplinado, era muito dispendioso, bem como era imensamente difícil manter o regime de disciplina em toda a colônia. É justamente por isso que em alguns lugares não eram mantidas com regularidade as tropas pagas, e sim algumas companhias subordinadas ao Capitão-mor, causando imenso prestígio a quem

⁵⁵ Faz-se a diferenciação entre a *tropa de linha*, formada por profissionais pagos com termo longo, e as ordenanças, as milícias auxiliares, e ainda a Guarda Nacional, não pagas e com termos de serviço de destacamento (IZECKSONH, 1997, 2004; DORATIOTO, 2002; MENDES, 2004).

⁵⁶ Há ainda, além desses três segmentos, a opção de contratação de companhia de aventureiros, caçadores, voluntários que, mediante a promessa de soldo, empreendiam missões específicas que não demandassem o emprego de algumas das tropas da força terrestre. MELLO. Christiane Figueiredo Pagano. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV, 2004, p. 67- 86.

⁵⁷ “Este método começou a ser usado depois das vitórias alcançadas pelo exército de Frederico II, que governou a Prússia de 1740 a 1786. O método consistia em tornar o soldado capaz de executar manobras precisas com o menor número de gestos. Para isso era necessário que o soldado fizesse exercícios exaustivos”. NOGUEIRA. Shirley Maria Silva. “Esses miseráveis delinquentes” desertores no Grão-Pará setecentista. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso; IZECKSONH, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV, 2004, p. 87 – 109.

estivesse no cargo ou que fosse designado nos distritos. Tal constatação é perceptível quando da passagem de Henry Koster, em abordagem feita por um sargento junto ao viajante inglês:

Muitos dos moradores da povoação vieram perguntar-me por notícias de Pernambuco. Entre estes, um rapaz, cujo acento denunciava ter nascido numa das providências do norte de Portugal, com maneiras que proclamavam a alta ideia que fazia sua própria importância. Disse-me ter ordem do Comandante para pedir meu passaporte. Respondi-lhe que se o comandante quisesse ver meu passaporte certamente enviaria um dos seus oficiais. O rapaz declarou ser o sargento do distrito. Repliquei não duvidar de que dizia a verdade, mas não lhe reconhecia autoridade, visto ele não envergar seu uniforme e aparecer-me nas roupas usuais: de camisa e ceroulas e, ajuntei que suas maneiras faziam com que lhe recusasse exhibir o passaporte, fosse qual fosse a consequência. Insistiu para que lhe mostrasse. Voltei-me para Julio perguntando se ouvira o que o homem dizia. Julio respondeu: - “Deixa estar amo”. O sargento saiu e preparamos nossas armas, para distração e assombro de alguns pacatos moradores (KOSTER apud CASCUDO, 2010. p. 41).

Henry Koster não reconheceu autoridade no sargento, pois estava sem seu uniforme que o caracterizaria como oficial a quem se deve respeito. Mas o que, de fato, merece destaque nessa passagem é que os populares olhavam com estranheza o fato de alguém enfrentar ou não se submeter a quem eles reconheciam por autoridade. É evidente que as modificações impostas pelo Conde de Lippe contribuíram para uma valorização quanto ao trato da população para com os oficiais. Acompanhemos, portanto, algumas dessas modificações, listadas por Nogueira (2004), a partir de 1773. Conforme as alterações, o “Grão-Pará passou a ser regido pelos alvarás de 24 de fevereiro, 9 de julho, 15 de outubro e a resolução de 1º de outubro, todos do ano de 1764”. No primeiro alvará é determinado que todos os homens de 18 anos estavam obrigados a se alistarem nas ordenanças, “cabendo ao comandante máximo das ordenanças, garantir que estas estivessem sempre completas e atualizadas. Entre os alistados nas ordenanças seriam escolhidos, mediante sorteio, os homens que comporiam as tropas pagas”. É exatamente nesse ponto onde está a respeitabilidade do Capitão, encarregado de nomear ou não os que comporiam essas tropas. A designação poderia significar duas coisas: ascensão na carreira militar, mediante a promoção e agora recebimento pelo serviço, ou degradação, por ter o alistado de seguir para longe de sua família, cidade, convivência, etc (NOGUEIRA, 2004, p. 92).

O que inevitavelmente assustou foram as modificações que vieram em seguida, pois no sorteio foram incluídos homens que, normalmente, não deveriam ser recrutados para as tropas pagas, dentre os quais se destacam: “filhos únicos de viúvas; estudantes matriculados em colégios e universidades; marinheiros e pescadores; comerciantes e seus caixeiros e feitores; artífices que trabalhassem cotidianamente; homens casados [...]”. O alvará de 15 de outubro

era, pois, uma tentativa de aumentar as possibilidades das tropas estarem sempre completas, diminuindo, concomitantemente, a possibilidade dos homens usarem do subterfúgio do casamento arranjado às pressas para fugirem do alistamento, visto que seriam anteriormente alistados nas tropas auxiliares. Agora não mais havia esta possibilidade, todos participavam do sorteio (NOGUEIRA, 2004, p. 92).

Dentre todas as modificações, a que surtiu mais efeito social, sem dúvida, foi o alvará de 9 de julho de 1764, o qual estabelecia que “todos os nomes dos soldados pagos constariam em um livro de registro em cada regimento de cavalaria, artilharia e marinha”. Nesse registro deveriam conter informações sobre o “ano em que o soldado entrou na tropa, o valor do soldo de cada membro da tropa, as suspensões dos soldados e os motivos para isto, a companhia em que serviam, etc.” (NOGUEIRA, 2004, p. 93). Isso já era suficiente para que os moradores dos povoados mantivessem sua descrição e até procurassem participar das mesmas ideias do capitão, pois ele detinha o poder de, a seu bel prazer, colocar ou retirar nomes, funções, encargos e privilégios.

Mesmo Nogueira (2004) enfatizando a função facilitadora destas medidas na provocação da diminuição dos soldados desertores, nos interessa aqui o acúmulo de poderes que este alvará coloca nas mãos de um único homem, delegando decisões sem necessidade de consulta, ou sequer tendo os alistados como recorrer legalmente.

Henry Koster, pelo visto, não participava desta espécie de “contrato social” e, por isso, não percebeu nenhuma autoridade, nem sequer necessidade de mostrar os documentos a alguém que se diz emissário do comandante e, ainda por cima, de ceroulas. Para ele era completamente inadmissível algum oficial se apresentar daquela maneira. Assim, nos dá estas explicações para o fato:

Não quis ceder lugar ante um homem que desejava fazer-me sentir a preponderância que julgava ligada ao seu cargo. Tivesse eu sido convidado a comparecer à residência do Comandante, com termos corteses ou o sargento me procurasse uniformizado, e tudo se teria passado bem. Essas nonadas, embora aparentemente sem importância, têm grande peso para as pessoas que adiantam lentamente na civilização – a opinião pública é tudo. Se a ideia de que sou um bicho e um herege não fosse contrabalançada por esta de minha posição e valia, todo arraial estaria contra mim e meus próprios companheiros desertariam (KOSTER apud CASCUDO, 2010, p. 42).

Fica evidente que a “preponderância” apontada por Koster está ligada às modificações feitas pelo Conde Lippe, delegando este ao comandante ou pessoa que falasse por ele. Dessa forma, não importavam os modos, a maneira como se vestia ou ainda como se portasse esse

representante, os moradores lhe deviam obediência, estando ele de uniforme ou de ceroulas. Tais recomendações não foram aceitas pelo estrangeiro que, acostumado com outras posturas, se mostra totalmente estranho à necessidade de “acatar” ordens vindas desse sujeito, já que o seu poder emanado pelo alvará de 7 de julho de 1764 não o poderia atingir de nenhuma maneira.

A situação citada por Koster nos é útil para o entendimento do complexo sistema de negociações, resistências, privilégios, encargos, isto é, tudo que cerca a ingerência da mobilização militar. Esta deveria ser feita a partir da necessidade paralela de construção do Estado, o qual, com a conquista da independência, abriu espaços para o fortalecimento e construção do exército de primeira linha, guardando algumas semelhanças, mas diferenciando-o quanto à formação e à finalidade.

Neste ínterim de reformulação, a transferência da corte, em 1808, para o Rio de Janeiro já intensifica o aparato “administrativo, fiscal e militar na colônia, criando e fortalecendo redes de interesses burocráticos e mercantis e redefinindo a geografia da soberania imperial” (MENDES, 2010). As necessidades que o novo regime entendia possuir, redefiniram em considerável grau as condições das forças militares na colônia. Destarte, as invasões francesas expuseram de maneira latente as deficiências do exército português na colônia, tornando-se “virtualmente” inexistente. Com a impossibilidade de se contar com os militares do reino, a coroa havia de delegar maiores poderes aos comandos locais, estes já existentes na colônia, organizado, em sua maioria, como fora demonstrado pelas modificações introduzidas pelo Conde Lippe⁵⁸.

Nesse contexto, o recrutamento passa a ter importância cada vez mais crucial na formação dos contingentes. Arregimentar, burocratizar e sancionar um órgão que abrangesse todo o vasto território brasileiro, sem dúvida, levaria tempo, bem como traria enormes dificuldades aos agentes que estariam encarregados de tal intento.

Sobre isso, Fábio Faria Mendes (2010, p. 30-31) nos apresenta uma carta régia de 1º de setembro de 1808, pouco tempo depois da chegada da família real na cidade do Rio de Janeiro. Nesse tempo, fora ordenado o recrutamento de 2.000 homens “sãos e robustos” na capitania de Minas, para se completar os regimentos que estariam encarregados da infantaria na corte, “visto a grande povoação que já tem essa capitania” e o fato de que “o serviço militar de oito anos

⁵⁸ A transferência da corte para o Rio de Janeiro, além de significar a abertura econômica, melhoria no aparato administrativo, fiscal, cultural, demonstra a necessidade imprescindível de fortalecer o aparato repressor até então minimizado. As invasões francesas serviram para demonstrar a fragilidade do exército na colônia, e a partir deste momento houve o emprego de forças na “defesa da corte e do extenso litoral”, e rapidamente o “novo regime de vocação imperial sentir-se-á forte o suficiente para as aventuras militares da ocupação da Cisplatina e da Guiana Francesa”. Cf. MENDES, Fábio Faria. Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil imperial, 2010, p. 30

nesta corte não só não será pesado a estes habitantes, mas até lhes procurará uma maior civilização e muitos conhecimentos de agricultura e artes”. Fora recomendado ainda, que o recrutamento fosse feito “pelo modo menos oneroso para lavoura e mineração”. Essas recomendações eram dadas no sentido de abrandar o processo de recrutamento, mas as cotas sempre deveriam ser seguidas. Com brandura ou não, haveria recrutamento.

Tais exigências podem ser claramente percebidas no Rio grande do Norte, no relatório do presidente Pedro Velloso, no ano de 1862. Sua fala, logo após elencar as medidas que estacam a “marcha para a civilização”, no tópico de “segurança individual”, nomeado “estabelecimentos de repressão”, liga-se à *regeneração* dos costumes e à uma força repressiva forte e atuante que requeria a manutenção, em números mínimos, do contingente policial. Contudo, o relatório está repleto de reclamações quanto ao efetivo das forças policiais, quando diz que “é certo que, não se presta às exigências do serviço; mas também a província não póde fazer com ella maior despeza o seu argumento progressivo e fora das proporções dos recursos financeiros”. Entendemos, portanto que a força policial era muito onerosa, por isso a a necessidade de destacamento em números da Guarda Nacional na província⁵⁹:

Quadro II - Força Policial

Nesta cidade (Natal)	1 Capitão 1 Tenente 81 Praças de pret.
Em São José	10 Praças de pret.

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas no relatório apresentado à Assembleia provincial pelo presidente Pedro Velloso, no ano de 1862.

Ao todo, apenas 93 Guardas Nacionais destacados e, ainda assim, o presidente, “com o fim de aliviar a milícia cidadã d’esse ônus, correspondendo d’est’arte ao pensamento do

⁵⁹ Há uma preocupação em demonstrar que essas medidas são do âmbito nacional, não havendo concordância por parte do presidente, pois “é certo que, é muito diminuta as forças da milícia em nossa província, grande parte está fóra destacada”. É intencional demonstrar que os interesses regionais estão acima dos do império, pois faltava na província essa polícia cidadã que estava estruturada ou ligada aos poderes locais. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte, em 1862, pelo presidente Pedro Velloso.

governo imperial, [ordenou] ordenei a dissolução de destacamentos”, deixando de fora somente “o de Macáu, cuja continuação é indispensável por não haver força de primeira linha ou policial gente disponível que o substitua”.

Os dados apontados são importantes porque foi justamente a “milícia cidadã” a responsável pela dissolução das ordenanças, no intuito de formar como a homônima francesa, uma milícia onde o cidadão se sentisse em armas, e a defesa do país estivesse acima de interesses pessoais⁶⁰. A dissolução das ordenanças automaticamente retira do comandante os privilégios quanto ao recrutamento das tropas pagas, auxiliares e destacamentos, sendo concomitante a isso o processo de afunilamento ao recrutamento e ao serviço militar.

Sobre a criação da Guarda Nacional, Berrance de Castro (1977, p.23) nos exemplifica melhor este momento: “foram extintos corpos auxiliares das Milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais, passando ela a efetuar, em seu lugar, o serviço de manutenção da ordem interna”. Sua utilidade, “naquele período de transição, onde os ideais revolucionários do ‘nacional’ patriótico tomavam uma dimensão maior, levavam a uma justificação da Independência” e arremata a discussão sobre a necessidade de substituição do aparato “repressor” português. Nesse sentido, “não era a Guarda Nacional apenas mais uma milícia e sim o símbolo da nova Nação”.

Conforme se pode notar, a milícia cidadã serviria como um interposto entre a sociedade local e os agentes do governo, pretendendo estreitar os laços entre ambos, os quais estavam ameaçados pela grandiosidade do novo império. Tinha como dever, então, “defender a Constituição, a liberdade, independência e integridade do Império; manter a obediência as leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas” (FERTIG, 2011, p. 3). O alistamento para o exército era feito entre os homens de 18 a 60 anos que estivessem habilitados a votar nas eleições primárias, o que englobaria um número muito vasto de pessoas, excluindo-se várias isenções (CASTRO, 1977).

⁶⁰ Jeanne Berrance de Castro (1977, p.13-14) fez estudo belíssimo, onde demonstra as primeiras articulações, passando pela legislação, organização nas províncias e sua ligação com as localidades, arranjos, resistências e implicações até o início das hostilidades que culminaram na guerra da Cisplatina. Trazemos algumas diferenciações que a autora separou: “No Brasil rural e escravocrata e na sociedade pouco diversificada daquele momento, com ausência de burguesia, teve ela de adaptar-se ao contingente de homens livres, modestos e trabalhadores, fortemente “coloridos”. Mas não fora a Guarda Nacional criada com intuítos revolucionários e sim conservadores, o que foi confirmado por Evaristo da Veiga, menos de um após sua criação, quando declarou pelas páginas da Aurora Fluminense que não era, ‘deshonroso a qualquer um ter-se-lhe confiado a defesa de seus bens e a do Estado, entregando-lhes essas espingardas que eram antes trazidas por gente que tantas vezes ameaçou o nosso repouso e propriedades”’.

A necessidade de se recrutar com tanta urgência advém do enfraquecimento que anos de colonização impuseram ao aparato administrativo defensivo autônomo. Outro motivo foi a diminuição nos gastos com as ordenanças, milícias e força policial. Dessa maneira, percebemos alinhamento do discurso do presidente Pedro Leão Velloso ao intencionado pelo Estado, isto é, fortalecer da melhor maneira possível o aparelho repressor sem enfraquecer a economia. Nesta perspectiva nos é importante estudo de Handrik Kraay⁶¹, sob o título *Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial*, onde seleciona, da perspectiva do Estado, dois elementos importantes: o primeiro deles preenchia o que alguns militares sempre propuseram, “o recrutamento deveria fornecer um número adequado de soldados a um custo mínimo sem, contudo ser pesado às forças produtivas da sociedade”; já o segundo elemento, concerne ao tempo de serviço, que deveria ser grande para o relativamente pequeno número das tropas, ou seja, de 6 a 9 anos de serviço para uma tropa que, em tempos de paz, oscilava entre 15.000 e 20.000. Assim, “o governo imperial limitou o impacto do recrutamento sobre a sociedade civil e, principalmente, evitou as despesas necessárias para manter em pé um grande exército”.

A razão da reclamação do presidente Pedro Velloso, em relatório de 1862, era, então, pelo fato de haver recebido recomendações de minimizar os gastos com as tropas. Nesse sentido, aumentar o tempo de serviço e arregimentar guardas nacionais serviria como paliativo à manutenção de tropas pagas, fardadas e bem treinadas que substituíssem as baixas. A regulamentação do recrutamento fora também peça importante na minimização do impacto do recrutamento na sociedade produtiva. Acompanhemos Hendrik Kraay (2004, pp. 117-118) nesta fala:

A legislação principal que regulava o recrutamento, as Instruções de 1822 (uma codificação da prática anterior que vigorava até 1875), indicou as classes de homens sujeitos ao recrutamento e declarou o intento do governo de proteger os que eram percebidos como essenciais à sociedade e à economia, por esse meio assegurando o bem estar da sociedade. Eram sujeitos ao recrutamento forçado todos os homens brancos solteiros e pardos livres de 18 a 35 anos (a omissão de pretos livres seria logo retificada mas, nos anos de 1820, o exército rejeitava negros devido à sua cor). Homens nesta faixa etária, empregados em atividades econômicas julgadas úteis, todavia, gozavam de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes. Além de homens casados, as instruções também isentavam o irmão maior responsável por órfãos menores e um filho para sustentar cada viúva. As instruções restringiam essas isenções com a cláusula “uma vez que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento”, o que deixou bastante liberdade às autoridades para interpretar a lei. Além disso, na Bahia, onde apenas uma

⁶¹Kraay (2004) faz uma demonstração da diferenciação do tempo de paz e do tempo de guerras quanto às políticas de contenção econômica, pois a preocupação com a sociedade produtiva será minimizada em tempo de guerra, como veremos à frente.

pequena parte da população casava-se na igreja, a isenção de um filho de viúva protegia apenas os poucos que atingiram aquele nível de respeitabilidade social.

Sendo assim, a atividade do recrutamento na província estava também atrelada à preocupação com os excedentes do comércio, de maneira que a primeira atividade não deveria influenciar negativamente na segunda. Ainda no relatório do presidente Pedro Leão Velloso, do ano de 1862, há uma lista da atividade de recrutamento feito nos anos de 1860 a 1861, colocando em números sua preocupação com a segurança e ao mesmo tempo o equilíbrio do orçamento:

Quadro III - Alistamento para o Exército na Província do rio Grande do Norte no exercício de 1860 a 1861

Recrutados	26
Voluntários	46
Engajados	2
Total	74

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir das informações contidas no relatório apresentado à Assembleia provincial pelo presidente Pedro Velloso, no ano de 1862.

A diminuição do efetivo policial evidenciava a necessidade de aumento na atividade do recrutamento, na tentativa de suprir o déficit. Pode-se ver nos números do quadro III que a quantidade de recrutados para compor a tropa de primeira linha chegou a 26. Estes são aqueles que não conseguiram se isentar de alguma maneira e acabaram pegos pelas levadas recrutadoras. Quanto ao número de voluntários é quase o dobro em relação aos recrutados. Muito embora suas condições ainda não fossem equiparadas as dos voluntários da pátria, “o recrutamento somente mereceu atenção por parte do governo imperial em 1848, quando foi criado o voluntariado no Exército com duração de 6 anos”. Isto poderia explicar a adesão ao voluntariado, contudo, em 1852, “devido ao grande número de baixas de soldados que já haviam cumprido seus seis anos de alistamento, o governo brasileiro aumentou o prêmio em dinheiro pelo voluntariado, mas retirou-lhe o atrativo ao ampliar sua duração de seis para nove

anos”. Ainda que houvesse prêmio em dinheiro para os que se apresentassem voluntariamente, essa vantagem era compensada pelo aumento do tempo de serviço, e por isso muito tempo distante de suas obrigações (DORATIOTO, 2002, p. 111-112).

O grande número de voluntários pode ser explicado, em parte, ainda pela necessidade de abrandar o processo de recrutamento, de maneira que era difícil distinguir os verdadeiros voluntários daqueles que eram obrigados a se alistarem como tais. Através das listas que estavam no poder dos juizes de paz, era possível, constantemente, abordar os voluntários que eram potencialmente recrutáveis, distinguindo-os daqueles que viam na adesão ao exército uma forma de ascender socialmente, diminuir as dívidas ou, ainda, de melhorar as condições de vida. Esta ação é denominada por Kraay (2004) de “abrigo da farda”.

O engajado, por sua vez, é aquele que, após o fim de nove anos de serviço, não dá baixa e escolhe novamente fazer parte do exército, ganhando bonificações e aumento no soldo. Esse tipo de soldado era incentivado devido ao seu conhecimento e treinamento e, por isso, era considerado economicamente rentável para a tropa. No quadro demonstrativo temos 2 destes. Mesmo sendo um número diminuto em relação aos 74 da soma dos recrutados não deixou de ser evidenciado.

A partir desse ponto, é preciso contextualizar melhor a prática do recrutamento militar, o que nos conduz a uma discussão posta no estudo de Fábio Faria Mendes (2004), sobre os encargos e privilégios que recaiam sobre os recrutados e recrutadores no império. O autor acredita que os regimes vigentes na colônia e império, quanto ao recrutamento, eram consequência direta das práticas militares estabelecidas pela coroa portuguesa, principalmente no tocante às milícias e ordenanças. Essa concepção abre a possibilidade de percebermos como o recrutamento produz complexo sistema de encargos e privilégios a serem distribuídos da melhor maneira entre os possíveis isentos e possíveis recrutados, destacando como uma das grandes dificuldades encontradas pelas autoridades o complicado sistema de isenções legalmente estabelecidas:

As isenções do recrutamento especificadas pelas instruções e legislação adicional tinham, entretanto, o sabor de um labirinto borgiano: caixeiros de lojas de bebida e tavernas; homens casados, o irmão mais velho de órfãos; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou o administrador de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros boiadeiros; mestres de ofício, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores e marinheiros; milicianos devidamente alistados; contratadores de rendas e seus sócios; aprendizes da imprensa régia; tesoureiros menores da Bula da Cruzada; estudantes e eclesiásticos; fabricantes de cartas de jogar do Rio de Janeiro; criados empregados nas postas para Santa Cruz e para a Quinta da Boa Vista; ilhéus de Açores, mas apenas aqueles vindos por diligência do intendente-geral de polícia; maridos e filhos de amas dos expostos; capatazias das alfândegas; cegos do olho direito, etc. (MENDES, 2004, p. 122).

Decerto, os problemas referentes ao recrutamento estiveram sempre no centro das preocupações militares. Um dos motivos mais alarmantes era o problema da reposição dos efetivos, já que era muito dispendioso treinar, equipar e disciplinar soldados nas técnicas militares, tornando-se imprescindível que a reposição fosse corretamente feita, não deixando *déficit*, mesmo que temporário, em seus efetivos. Por conseguinte, as “resistências que o recrutamento encontra tornava impraticável a incorporação anual de grandes números, o que tornava imperativo o alongamento dos termos de serviço, prendendo os soldados à caserna por uma vida inteira” (MENDES, 2004). É de tal maneira complicada a situação da recomposição do Exército, que o Estado, de certa forma, é obrigado a estabelecer prazos ilegais para o serviço das armas. Assim, “não é raro encontrar soldados servindo 10 anos ou mais após o fim de seu engajamento” (MENDES, 2004, p. 124).

Havia, pois, uma precariedade nos mecanismos impostos para se completar os números necessários para o contingente, principalmente no tocante à identificação dos que se alistassem, pois, “assim como o mosaico de isenções, fazia do recrutamento uma tarefa arbitrária, imprevisível e errática. Estão ausentes todos os traços da rede burocrática de organização da conscrição moderna” (MENDES, 2004, p. 125).

Na esteira da necessidade de recompor os efetivos, é importante percebermos quais eram os que se encaixavam nas levas para o recrutamento, sendo ponto nevrálgico, nesse caso, a situação dos homens livres pobres. Estes se tornaram-se alvos fáceis para as levas recrutadoras, pois eram os que preencheriam os requisitos, em sua maioria, de não onerar a economia civil.

Entre os homens livres pobres o alvo preferido do recrutamento eram aqueles considerados vadios, que não tinham trabalho regular, não forneciam excedentes, ou até mesmo que não participavam ativamente da economia, já colocados aqui por Koster e Pedro Velloso. Tais homens estavam convencionalmente entre os preferidos, porque, além de não haver pessoa ou legislação que os protegesse, estariam ainda, segundo Olyntho Meira (relatório de 1867), finalmente contribuindo com sua parcela para o engrandecimento da nação.

Para se precaver, então, do recrutamento, uma das maneiras que o homem livre pobre encontra é a sua incorporação ou formação de séquito, que tinha como líder algum fazendeiro influente na região. Pode-se ilustrar melhor esse quadro com a situação colocada no jornal *O Rio Grandense do Norte*, em sua edição de número 3, a qual traz a notícia de que um “Loló aterroriza a toda a gente pacata com arruaças e malfeitorias de seu grupo”. O bacharel Jeronimo Cabral Raposo da Câmara, chamado comumente de doutor Loló, era “popularíssimo ‘leader’

conservador e, com os irmãos Octaviano e Leocadio, donos da facção dos ‘Cabrais, o grupo de matriz mais carregado, como escreveu o Sr. Tavares de Lyra” (CASCUDO, 2010, p. 91).

Cascudo nos ajuda a perceber a influência do doutor Loló, que, na documentação, aparece sempre em momentos críticos, envolvido em algum conflito, seja social, econômico, político ou militar. Nesse episódio nos concentraremos na atuação do seu grupo, os “cabrais”, que detinha o poder sobre a região da capital, fazendo saques, desorganizando o comércio quando não estivesse de acordo com o interesse do doutor, e, mais importante, “roubando” recrutas e indicando ou recrutando quem deveria estar nas tropas. Era uma espécie de “ordem” para além da “ordem” legal. Acompanhemos o seguimento da longa notícia nomeada de Estado da província, onde o editor sai tecendo os acontecimentos que compreende ser de total interesse das autoridades policiais:

No Assú, hum miserável Luiz Antonio recruta sem regra a quem hedesafecto, e vareja cazas a noite. Em Taipú, o desassisado João Soares, com suas próprias mãos espanca cidadãos pacíficos; em Arez, Manoel pessoa prende os pobres índios, que não lhe quer trabalhar gratuitamente; em Papar, o abominável Trindade forja processos por crimes e oprime os cidadãos pacíficos e manda piquetes nos estados para prender eleitores em dia de eleições; em Villa-Flor, hum desgraçado homuncuta de nome Anacleto impõe tributos ao povo, acolhe em sua caza assassinos, e recebe peitas para despronunciar criminosos em Touros, o nunca assaz decantado Miguel Eduardo faz reviver o bárbaro systema de torturas, provoca em suas cazas cidadãos pacíficos, vale-se da autoridade para por em prática os mais cruéis assassinos; em Goianinha hum nulidade chamada Manoel André persegue os mais distintos cidadãos do lugar, que foragidos, vivem ausentes de suas famílias, acompanha-se com assassinos e desertores [...] (JORNAL O RIO GRANDENSE DO NORTE, 1862).

Esta notícia é de extrema importância para nós, haja vista que, de uma maneira singular, aglutina situações que nos dão ciência da continuidade dos processos históricos estabelecidos durante a segunda metade do dezenove, no que se referem à modificação dos contratos de trabalho e dependentes. Com a modificação da percepção do trabalho de tempo\natureza para tempo\lucro, não interessava mais o trabalhador que não cumprisse à risca todo o ritual de trabalho o ano todo, colocando-o em situação de risco eminente quanto ao recrutamento. Ou seja, trabalhava durante boa parte do ano, mas todo o restante virava alvo das levaras recrutadoras, por não ter como comprovar um trabalho rentável. Isso obrigava o trabalhador pobre a perceber, a partir das novas condições dadas pelo jogo social, alguma maneira de não se dobrar a esta imposição.

Segundo Xislei de Araújo Ramos (2003, p.71), há um desejo da classe provida de bens de “(re) estabelecer a paz e a ordem pública (que) se perdia nas mazelas do cotidiano”. O aumento exacerbado dos custos de vida invariavelmente “gerava uma parcela de indivíduos não

integrados na sociedade rural”, o que era agravado pelas crises de secas, que causavam mão-de-obra excedente. Neste sentido, as circunstâncias proporcionavam ambiente perfeito para a introdução de homens sozinhos, em pares, ou até mesmo em bandos nestes grupos que tencionavam, com saques ou pequenos roubos, uma “forma de obter sobrevivência sem uma dependência total do ‘afeto’ e do apadrinhamento da elite(s) sertaneja(s)”. No momento em que se tornavam líderes ou participantes efetivos desses bandos armados, esses homens, que antes não eram incluídos em nenhum tipo de interesse social ou político, passavam a ser influência política em seu ambiente, principalmente quando seguiam o exemplo do episódio de Henry Koster contra o emissário do comandante. Em consequência, não acatavam ou reconheciam autoridade em nenhum homem, o que os colocam em situação de poder usufruir de uma fração de poder extrapolada da ordem legal.

Essa discussão apresentada por Xislei Ramos tenciona, pois, o percebimento das rusgas que aconteciam nos pequenos espaços sertanejos, nos fornecendo subsídios para a construção de pensamento que relacione as modificações dos acordos de trabalho com a legislação para proteção aos trabalhadores que seguem as determinações da nova economia.

Mapeando, então, as modificações quanto ao recrutamento, verificamos que, no decorrer dos anos, o governo convenientemente impôs várias, no intuito de favorecer a espécie de trabalhadores que interessavam aos abastados. Sendo assim, “essa legislação não só desviara os recrutadores dos cidadãos economicamente ativos, ela também difundiu uma mensagem específica aos brasileiros”, afirmando suas intenções quanto à normatização, pois agora o recrutamento agiria sob “homens que não trabalhavam, que não obedeciam às autoridades e que não procuravam servir a um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional” (KRAAY, 1999, p. 119).

O fazendeiro e abastado Loló, em um raro momento em que consulta a ordem legal, pelo fato de ser bacharel, solicita do governo provincial para os trabalhadores que estão empenhados “no desenvolvimento da província” o não cumprimento do recrutamento em suas terras, alegando serem seus trabalhadores, “homens de bem, cristãos e casados”. Estes, portanto, estavam protegidos sob suas ordens, devendo a ordem legal não conduzir seus trabalhos. Isso pareceu mais um aviso do que solicitação, pois, em resposta a uma séria atividade de recrutamento nas proximidades de suas terras, o coronel Loló, juntamente com os “cabrais”, invadiu e tomou alguns recrutas que deviam fazer parte de seu conjunto de trabalhadores e, por isso, seus protegidos⁶².

⁶²A solicitação do fazendeiro foi publicada no *Jornal Rio Grandense do Norte*, n. 0003.

Várias foram as maneiras encontradas pelos trabalhadores para que não fossem pegos pelo recrutamento, tentando, inclusive, encaixar na legislação das isenções. Quando não se conseguia, a melhor maneira era juntar-se a um grupo que, ao mesmo tempo, produzisse melhor maneira de se mover no intrincado sistema social vigente e concedesse proteção sobre todas as mazelas do recrutamento militar. Segundo Kraay (1999, p. 18), “na historiografia da América Latina, o recrutamento é geralmente identificado como poderosa arma de controle social e instrumento de coerção do trabalho”, nos fornecendo também evidência para apoiar esse tipo de interpretação. Destaca-se, dessa forma, a situação do dono da primeira imprensa baiana, que solicitou a continuidade da isenção do recrutamento conseguida para seus empregados, “alegando que tal proteção ‘os torna mais diligentes, e aplicados (...) promovendo entre todos uma útil emulação de trabalho’. Em 1840, o ministro da Guerra louvou a ‘salutar influencia’ do recrutamento ‘quanto à polícia, dedicação ao trabalho e moralidade’”.

Em 1863, o presidente da província, Olintho José Meira, preocupado com o “estado lamentável das rendas da província, fez baixar de 140 para 49 o número de praças da força de polícia”, fortalecendo a opinião de Pedro Velloso quanto às exigências governamentais de diminuir os gastos com as forças de repressão, o que, invariavelmente, enfraquecia o sistema mantenedor da ordem. É explícita em fala do presidente a dificuldade de policiamento da província com exíguo número de praças, pois “não é preciso entrar em demonstrações a fim de convencer-nos da insuficiência de tão pequeno contingente para fazer a polícia de uma província inteira”.

O quadro estabelecido fortalecia a ação dos grupos, como os “cabrais”, que encontravam pouca resistência aos seus mandonismos, ocasionando um estado de perplexidade nas autoridades, conforme nos fala o comandante de polícia Fócio Joaquim do Rego Barros, em ofício (1863) à presidência: “muito admira a decisão de diminuir os efetivos da polícia, que em suas bandas são os únicos artifícios na manutenção da civilidade e da ordem”. O comandante continua seu relato, dando possibilidade de inferirmos quanto à atuação das polícias nas cidades do interior: “as policias não agem da mesma maneira em toda a vasta província, há lugares onde pouco se chega a sua força”. Então, era importante os acordos feitos com os grupos que detinham os poderes nas localidades, a fim de não haver enfrentamentos desnecessários, pois de acordo com Relatório⁶³ de 1863, do presidente Olintho José Meira, não havia efetivo suficiente para o desmonte desses grupos.

⁶³ Relatório de 1863, do presidente Olintho José Meira, apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e ofício anexado ao relatório do comandante da polícia. A partir de 1860 as reclamações contidas nos relatórios deixam de ter aquele tom de conciliação com as decisões do governo central e passam gradualmente a

Nas palavras de Fócio Joaquim percebemos a maneira que o governo imperial conduziu a manutenção da “ordem” na pequena província do Rio Grande do Norte, enfraquecendo o conjunto organizacional como um todo. Fazendo análise mais pormenorizada da situação, vemos que o presidente José Meira, em raro momento, decide extrapolar a política de conciliação com os interesses nacionais, escrevendo em seu relatório:

Não temos pois força publica, posso quase dizê-lo, e assim vivemos mais da confiança no bons e da misericórdia que se implora aos máos, do que das garantias e meios coercitivos, que sao´ indispensaveis em todas as sociedades, ainda mesmo no centro dos povos mais civilizados (RELATÓRIO, 1863)⁶⁴.

Portanto, segundo o documento, era imprescindível uma força coercitiva ativa e de grande porte para a manutenção da ordem, principalmente porque o presidente tinha opinião de que as forças coercitivas atrelavam-se à condução da civilização, ou seja, quanto mais órgãos repressores fortes existissem, mais possivelmente civilizada seria a província. Mas isso não estava acontecendo, já que a força pública era ineficiente e “vivemos mais da confiança no bons e da misericórdia que se implora aos máos”. Percebe-se aqui a indignação do povo por terem de se sujeitar aos poderes dos séquitos. À medida que a “ordem que extrapola a ordem natural e oficial” é executada, assusta as autoridades, causando inversão dos valores da época, pois as forças coercitivas já não estavam na dianteira, na busca pela civilização, mas sim, na busca de mediação com os poderes locais⁶⁵.

Esse tipo de aliança que se formava entre os séquitos, homens abastados e homens que representavam o Estado, contribuía, segundo Xislei de Araújo Ramos (2003, p.75), para “encorajar o surgimento de grupos de forças particulares e extra-institucionais, já que as

um tom de enfretamento. Trazem argumento e dados que não justificam a diminuição dos efetivos e, mais interessante ainda, atrelam a condição de “desordem” da província a essas decisões arbitrárias que visam somente o condicionamento econômico, esquecendo-se dos “órgãos de paz”.

⁶⁴Relatório de 1863 com que o presidente Olintho Jose Meira, apresentou a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, e ofício anexado ao relatório do comandante da polícia.

⁶⁵ É de singular importância a atuação desses grupos nos sertões. Em estudo sobre os pequenos conflitos que se instauram nessas localidades, Xislei de Araújo Ramos (2003, p. 74) nos confirma essa assertiva, apontando que: “É a partir de documentos como esse – do relatório do capitão Joaquim do Carmo Ferreira Chaves para o presidente da Província - que se pode analisar e perceber a importância do ‘banditismo’” nos sertões cearenses, pois fornece fortes indícios de que quadrilhas armadas eram temidas pela população local e era uma constante ameaça para as autoridades policiais do Estado. Além disso, tudo indica que possuíam uma certa ‘autonomia’, na medida em que protegiam outros homens, formando com isso o próprio séquito. Recebiam, ainda, uma certa ‘proteção’ de homens abastados e/ou de autoridades instituídas pelo governo, como no caso do jagunço mencionado, que tinha como protetor o juiz municipal da Vila de Canindé e por isso ganhava forças para poder resistir, e, até mesmo, ameaçar uma ‘autoridade’ da Guarda Nacional que podia ser ‘processado’ juntamente com a ‘sua tropa’ pela autoridade judicial local, simplesmente por tentar cumprir a lei, e essa possibilidade de punição deveria inibir a ação dos agentes policiais”.

dificuldades para encarcerar os que tinham esses contatos e essa rede de proteção eram enormes”. Tal instabilidade e negociações incomodavam não só a população, mas principalmente as autoridades que estavam incumbidas da tarefa de proteção. Daremos continuidade ao depoimento do presidente Olintho José Meira ao perceber que esta situação era piorada pela diminuição dos efetivos dos aparelhos coercitivos, enfraquecendo os poderes provinciais:

Quizera pedir-vos aumento da força para o triplo ou quadruplo da que actualmente existe; quizera encarecer-vos as vantagens de uma secção de cavalaria, que podesse com a rapidez indispensável transmittir aos diversos pontos da provincia as ordens da primeiras autoridades; quizera com esse auxilio e com outros melhoramentos, que nao´ me seria difficil conseguir, estender uma rede por toda a parte aos criminosos e fazer assim um dos mais uteis serviços à porovincia. Devo, porem, quasi nada disto pedir-vos, e nao´ fallo em sentido absoluto, porque excepto o aumento de força e a creação´ acima indicada, impraticáveis no estado de inanição´ em que se acham os cofres, é um dever meu e vosso reconhecer e prover as outras necessidades (RELATÓRIO, 1863)⁶⁶.

A situação de declínio das forças policiais contribui para o sentimento de repulsa aos seus desígnios com a consequente diminuição de seu efetivo, a perda de *status* e a subordinação aos séquitos, abastados e forças particulares emergentes. Serviam “somente em suas bandas”, como diria o comandante da polícia Fócio Joaquim, pois, efetivamente sua força era diminuta e corriam mais perigos do que causavam medo. Essa situação colocava a força policial em contradição, como se pode perceber, mais uma vez, em noticiário do jornal o *Argos Natalense* (1851), o qual traz em seu primeiro número informação de vários assassinatos que vinham ocorrendo na província. Uma das vítimas foi José Ignacio de Albuquerque Maranhão, “que nos engenhos Estivas acabou desgraçadamente a vida entre os punhais dos sicários, os quais, em vez de serem perseguidos pela polícia, não obstante sahirem de publico e serem conhecidos, não tiveram a mais leve penitencia”.

Os criminosos que atemorizavam o Rio Grande do Norte eram conhecidos, pois faziam parte de um séquito, encarregado de alguns assassinatos na província. Atento a esses fatos, o mesmo número do jornal continua dando os seguintes detalhes: “e hoje ali andam livremente hombro a hombro com as autoridades policiais sem serem encomodados”.

⁶⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente Jose Olintho Meira, no ano de 1863.

Posto isso, podemos inferir um possível acordo informal entre as autoridades policiais e os séquitos que organizam o sistema social, resultando este em assassinatos que ocorriam como “ajustes informais de honra” (RAMOS, 2003, p. 34), tratados com certa vista grossa pelas autoridades, pois o efetivo enfraquecido não permitia a medição de forças. Logo, havia a necessidade de as forças policiais não se meterem em território dominado por séquitos organizados e bem postados.

Nesse momento nos interessa a condição de subordinação do aparelho repressor a esses grupos e não só isso, mas, ainda, a condição de insegurança incitada ao próprio aparelho repressor. A exemplo, no mesmo noticiário sobre assassinatos do primeiro número do jornal *O Argos Natalense*, percebemos a execução do delegado do termo de Goaninha, junto com dois policiais, bem como em Jaguary “relatou o horroroso homicídio, que os espoletos de Miguel Eduardo puzeram em prática no cemitério da Gamelleira”.

A respeito desse quadro de horror, o presidente Pedro Leão Velloso resume com pesar a organização da polícia na província, afirmando que “o defeito da organização da policia, que exige do cidadão o sacrifício de um cargo oneroso, faz com que esta escala da administração se ressinta de frouxidão muito prejudicial aos interesses públicos” (RELATÓRIO, 1863). É recorrente nos relatórios analisados a menção a assassinatos a policiais ou delegados, que, quando tentam fazer cumprir seus deveres em busca da “ordem”, são assassinados ou até mesmo vítimas de emboscadas, atentados e saques.

Fica evidente a insegurança, percebida inclusive pelos cidadãos, e o trabalho de policiar a província na década de 1860, fosse em qualquer lugar, se tornava mais degradante ainda. Os jornais e relatórios referentes ao período e por nós averiguados estão repletos de crimes contra policiais. Enfretamentos são comuns e, o mais importante, as autoridades que deveriam ser fortalecidas por um Estado ciente de suas necessidades estavam, segundo os presidentes e jornalistas da época, “entregues a todo tipo de mal feitores em seus bandos”, pois não havia efetivo, nem armamento, nem treinamento que fosse suficiente para o trabalho nas contendas diárias.

Tamanha decadência enfraqueceu ainda mais a imagem das autoridades policiais, o que, de certa forma, refletiu sobre os recrutas para defenderem a província militarmente, pois desde fins do século XVII, “as autoridades coloniais diziam-se perplexas em face da ‘inexplicável repugnância’ dos habitantes do Brasil ao serviço das armas, em todas as suas formas” (MENDES, 2004, p. 125). Esse sentimento é percebido por Cascudo (1984) como intrínseco a um povo “avesso a conquistas de outras nações”, o que contribuiu para a docilidade de seu povo. A mesma opinião tem Dionísio Cerqueira (1979, p. 15-17), ao perceber que,

diferentemente de “povos conquistadores”, o povo brasileiro era “avesso ao uso das armas, dando-lhe caráter dócil”. O autor chega, inclusive, a usar do argumento de que os trópicos ajudariam na docilidade, no entanto, compreende que essa condição seria modificada pelas contendas contraídas pelo país com a guerra da Cisplatina, a Farroupilha, entre outros empreendimentos militares.

Se os motivos para o repúdio às autoridades podiam ser vários, pelo menos um aspecto era comum a todos, o fato de convergirem para a assertiva de que o serviço das armas era visto pela população livre de todo o império como uma forma de degradação extremada. De outro modo, “havia uma enorme hostilidade ao serviço militar, uma ‘barreira oculta, e de sentimento sinistro’, nas palavras do juiz de direito de Minas Novas” (MENDES, 2004, p. 125). Essa opinião é corroborada pelo agente recrutador do primeiro distrito do Rio Grande do Norte, Justiniano Alves do Quintal. Em ofício que apura o trabalho de recrutamento feito no ano de 1862, o agente assevera que sua tarefa tivera imensas dificuldades, “por nao’ haver cabra que demonstrasse vontade de servir ao tao’ brilhoso e ditoso exército”. As reclamações de que não havia voluntariamente quase nenhum “cidadão disposto a seguir em armas nessa imensa provincia” (OFÍCIO, 1862)⁶⁷eram frequentes.

Os motivos para o desinteresse ao serviço das armas eram diversos, desde o fortalecimento dos séquitos em detrimento do enfraquecimento da “ordem legal”, passando pela própria degradação do serviço, pois os contingentes “eram compostos por aqueles vistos como desclassificados pela elite, até às más condições de vida nos quartéis. Neles havia punições corporais para as faltas dos soldados”, além de uma remuneração pífia, que “era a mesma desde 1825 [...], a tropa recebia apenas uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado” (DORATIOTO, 2002, p. 111).

Se não havia, financeiramente, uma situação agradável quanto ao policiamento da província, ela era substancialmente piorada nos quartéis, onde os prédios necessitavam constantemente de reformas. Em muitas cidades nem sequer havia quartel. Ao falar da situação dos quartéis o presidente Pedro Leão Velloso denuncia que eram prédios mal localizados, precisando de reformas urgentes, não sendo o próprio espaço suficiente para suportar os recrutas, pois “muitos se tem de deitar-se no chao’ imundo a noite”. Se eram precárias as condições da estrutura do quartel militar em Natal, cidade estrategicamente perfeita para defesa e considerada a maior cidade da província, imaginemos o quanto não eram precárias nas cidades

⁶⁷ Ofício anexo ao relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente Pedro Velloso, no ano de 1862.

de menor porte, situação a que concorre Mossoró, que, devido ao grande número de recrutas, em alguns momentos estes eram transferidos para a cadeia municipal⁶⁸.

A situação vivida nos quartéis, aliada ao baixo soldo, castigos corporais e designações em diligências, bem como a imagem que se tinham dos militares, uma massa de “desclassificados”, contribui decisivamente para que cada vez mais fosse difícil a identificação com a vida militar, exaurindo-se igualmente a apresentação voluntária de recrutas para seguir carreira nas armas.

De posse desses argumentos, visualizamos ainda algumas possibilidades para a dificuldade no recrutamento, pois, uma vez que havia a necessidade de recrutar sem onerar a “sociedade produtiva” também havia urgência em se recompor os efetivos daqueles que evadiam e desertavam. “Calcula-se que de doença e morte, deserção, fim dos termos de serviço e sentenças fizessem com que fosse necessário repor, anualmente, cerca de um quarto do efetivo total do Exército” (MENDES, 2004, p. 124). Os recrutas, voluntários, e reengajados que se apresentavam não eram suficientes para cobrir este valor, o que firmemente causava déficit que deveria de alguma maneira ser preenchido. Portanto, antes de prosseguirmos é importante inserirmos fala de Fábio Faria Mendes (2010, p. 33), no sentido de esclarecer o complexo sistema de escolha da melhor forma de recrutar:

Criar e recrutar um exército são tarefas que não dizem respeito apenas à eficiência militar. Os militares profissionais naturalmente preferirão um formato baseado essencialmente em critérios militares que maximizem a eficiência bélica da força armada. Em geral, no entanto, outros atores sociais também estarão interessados na questão, julgando-a a sob pontos de vista próprios. Desse modo, complexos padrões de negociação e conflito envolverão a definição dos contornos da prestação militar. Como a natureza do formato militar pode ter um impacto considerável sobre as rotinas dos diversos grupos sociais, fatores de natureza política, econômica ou cultural podem ser tão decisivos para a escolha de formatos de recrutamento quanto as considerações de eficiência militar.

A partir dessa concepção, temos a oportunidade de pensarmos em duas maneiras de se fazer soldados; estes podem se apresentar voluntariamente ou ser obrigados a fazê-lo. Na perspectiva de que voluntariamente se apresentem, é necessário que esses soldados tenham sido atraídos financeira, política ou socialmente. Sabemos, no entanto, que no cotidiano dos homens pobres livres de que tratamos nenhuma dessas alternativas se encaixam com facilidade, pois o soldo, como demonstra Doratioto (2010), era muito baixo, não compensando deixar suas terras,

⁶⁸ A Cadeia na cidade de Mossoró servia para fins, desde o mais usual e normal de privar da liberdade alguns sentenciados, até de abrigo para os militares, ou desordeiros, ou até mesmo desafetos políticos em tempos de eleição. CASCUDO (2010)

seus dependentes, seus patrões ou até mesmo seus grupos onde produziam saques, etc. O trabalho era degradante e não produzia reconhecimento social. De fato, “não era socialmente agradável” para a imagem do homem pobre livre fazer parte das forças militares, bem como nenhum militar de baixa patente participar ativamente de qualquer decisão política da província.

É preciso ter em mente também que há várias exceções a essa regra, de maneira que dentre a massa de homens pobres sempre havia algum extrato populacional que tencionasse algum ganho com o recrutamento. Nesse sentido, é importante a pesquisa de Hendrik Kraay (2004), sobre o cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89), através da qual consegue identificar no cotidiano dos soldados algumas rusgas que passam a nos ser de grande interesse no decorrer do nosso estudo.

Em espaço reservado ao alistamento militar, o presidente Pedro Leão Velloso, em seu relatório, evidencia a tentativa de minimizar o papel dos recrutadores, apresentando relação com a legenda “alistaram-se para servir no exército”, diferentemente da que trazia no relatório anterior, nomeada pelo mesmo presidente de “alistamento feito na província”. Esses são os números que o presidente traz em seu relatório:

Quadro IV - Alistados na província do Rio Grande do Norte no ano de 1862-1863

Recrutados	43
Voluntários	123
Engajados	6
Para servir a Armada	4
Total	176

Fonte: Quadro elaborado por nós a partir de informações contidas no relatório apresentado pelo presidente Pedro Leão Velloso à Assembleia Legislativa, em maio de 1863.

O número de voluntários, conforme se pode verificar, é quase o triplo de recrutados, por isso o destaque quanto aos números apresentados. Desse modo, o serviço das armas seria como o esperado pelo governo imperial, menos oneroso possível. Recrutando-se voluntários, automaticamente diminuía-se o peso do recrutamento aos que eram protegidos ou faziam parte do “corpo produtivo da província”. No entanto, segundo o jornal *O Argos Natalense*, a prática do recrutamento no ano de 1861 “varreu completamente a província, continua barbaramente ceifando e tirando as mao’s dos trabalhadores da terra”. Como justifica o Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Antonio Manuel de Mello, em 1864, a prática do recrutamento forçado era empregada por todo o país. Vejamos:

Em um paiz, onde a população acha-se disseminada por uma vasta superfície, onde abundam os meios de subsistência, não se pode conseguir grande número de voluntários, ou engajados. Resulta, pois, e a experiência o demonstra, que só por meio do recrutamento poder-se-há preencher a força decretada (MENDES, 2010, p. 43).

Há na documentação um pouco de dubiedade na apresentação desses números, pois em muitos lugares não se diferenciava o “recrutamento voluntário” do “recrutamento forçado”, pois, depois de recrutados todos eram encaminhados para os quartéis para, a partir de então, serem tratados como soldados. Vale ressaltar que mesmo em tempo de paz havia o confinamento para treinamentos e demais exercícios. Isto cria brecha para inferirmos que grande parte dos que foram apresentados como “voluntários” também foram obrigados ao serviço das armas.

Assim posto, o que nos interessa mesmo são os momentos em que os soldados se integravam à sociedade, pois o quartel quase sempre funcionava nas proximidades dos centros e diariamente havia o convívio deles com o restante da população. Esse contato também se dava em virtude das tropas do exército, pela diminuta força policial, ajudarem no policiamento das ruas, realizando algumas escoltas, busca de criminosos, entre outros trabalhos que necessitassem de força opressora.

Em um desses momentos, quando do policiamento das ruas, houve atrito entre moradores de natal e alguns soldados que estavam encarregados das rondas nas ruas da ribeira. As reclamações sobre o fato não aparecem nos relatórios, mas é encontrada nos jornais, como no noticiário do *Rio Grandense do Norte*⁶⁹, onde se revela a indisposição que os soldados causavam aos moradores daquele local, ou seja, “os cidadãos deste termo são constantemente

⁶⁹ Noticiário do Jornal *O Rio Grandense do Norte*, 1862, edição de número 0003.

abordados sem motivo aparente, as mulheres são obrigadas a grandes impropérios, ninguém esta salvo dessa malta desrespeitosa”.

É importante percebermos que nessa época a casa, “representava a ordem patriarcal, estabilidade e proteção, enquanto a rua significa a desordem e a dura aplicação de leis incapazes de reconhecer diferenças de *status*”. Os soldados que pertenciam ao mundo das ruas eram constantemente ligados pelo imaginário local a algazarras e bebedeiras, o que acabava por, cotidianamente, desestruturar o convívio na província. De maneira reprovável, o órgão responsável pela “ordem” estava produzindo a “desordem” e isto referendava o momento conflituoso em que o processo de recrutamento tinha de ser expandido. Para completar, a maneira que os soldados abordavam a população também era motivo de reclamações, pois a sociedade era patriarcalista, hierarquizada, praticando o acerto de porfias em defesa da honra. Logo, não nos espanta que os conflitos ocorressem.

3.3 Construção e formação do Exército brasileiro a partir da Guerra do Paraguai

Apoderou-se de mim a ideia de assentar praça e partir.

Lembrava-me de meu pai e minha mãe, que tantas esperanças tinham no meu futuro e ficariam inconsoláveis.

Não pude, porém resistir à força mágica que me impelia para o sul.

A 2 de janeiro de 1865, cinco dias antes do decreto dos Voluntários da Pátria, apresentei-me no quartel-general para assentar praça como ‘voluntário do exército’.

Levaram-me à presença do Major Elesbão, da repartição do ajudante-general; e, se bem me recordo, secretário do General Caldwell.

Era um homem alto, barbado e bem fornido de suas carnes.

Eu tinha dezessete anos, mas parecia mais moço. Trajava com certo apuro.

Mirou-me de alto a baixo, com grande ar de superioridade tão desdenhosa, que me senti invadido por uma onda de sangue.

Perguntou-me em tom áspero:

- Quer assentar praça?

- Sim, Senhor.

- para estudar?

- Não, Senhor, para ir para a guerra.

Lançou-me um olhar de pouco caso e disse a um negro alto, de olhos vermelhos, que estava perfilado na entrada da sala:

- Cabo, leva este homem para ser inspecionado.

Ninguém pode avaliar como me senti humilhado com esse tratamento. Aquele oficial superior do exército não ligava importância alguma ao ato de abnegação que eu estava praticando. Os outros talvez pensassem como ele.

Entre meus colegas, meus professores e amigos de minha família, eu era considerado, estimado e tratado de igual para igual. Ali, no quartel-general, onde ia depor as minhas oferendas no altar da pátria, diziam a um cabo brutal e analfabeto, apontando desdenhosamente para mim: leva este homem.

A minha resolução era, porém, inabalável – seria soldado, custasse o que custasse (Dionísio Cerqueira, 1979).

A formação do Exército brasileiro tem ligações estreitas com as reformas que foram feitas no primeiro reinado e, principalmente, na regência, merecendo mais atenção após as revoltas durante o processo de independência, em que o “o povo e tropa” se tornaram “ameaça” ao poder monárquico. Portanto, foram necessárias várias medidas para reduzir o efetivo militar, desmobilizando a instituição. Uma dessas medidas foi a criação da Guarda nacional, em 1831, que deveria, entre outras atribuições, coadjuvar na defesa e policiamento do Império, sendo apontada, em vários momentos, como a substituta nos efetivos de Primeira Linha.

Na historiografia há números consensuais que apontam, no início das hostilidades, em 1864, o efetivo de Primeira Linha em torno de 16 mil homens distribuídos por todas as províncias⁷⁰, o que demonstra a “incapacidade militar brasileira”. Segundo Doratioto (2002, p. 112), “o recrutamento somente mereceu atenção por parte do governo imperial em 1848, quando foi criado o voluntariado no Exército, com duração de seis anos”. Contudo, essa medida, igualmente à anterior, se mostrou ineficiente no momento da necessidade de intervenção no prata, quando foram contratadas tropas mercenárias vindas da Europa.

Ainda sobre as tropas de Primeira Linha, havia o desnivelamento das instruções a elas destinadas, o que enfraquecia suas manobras e coesão militar. Em outras palavras, “voluntários e recrutados eram submetidos a uma instrução militar precária, que não lhes dava condições de entrar em combate contra um exército organizado” (DORATIOTO, 2002, p. 113).

As medidas que preteriam as referidas tropas se agravam ainda mais com o modo como eram tratadas pelo Império e pelas elites. Doratioto (2002, p. 111) nos dá esclarecedor quadro de como era considerado o serviço militar:

Era considerado um castigo, uma degradação, quer pelos soldados do exército serem compostos por aqueles vistos como desclassificados pela elite, quer pelas más condições de vida nos quartéis. Neles, havia punições corporais para as faltas dos soldados; a remuneração era a mesma desde 1825, quando a moeda valia o dobro em relação a 1865; a tropa recebia uma refeição por dia; as acomodações nos quartéis eram péssimas e o armamento antiquado.

A percepção da tropa como “castigo”, aliado às constantes punições corporais, dificultava a aquisição de um corpo formado por elementos engajados na vida militar, que fortalecia as ações através de disciplinas e ideologias de guerra bem ajustadas. Ser soldado no Brasil colonial e, principalmente, imperial “significava estar sujeito a longos anos de disciplina

⁷⁰Há pequenas variações desses números entre autores, contudo, existe a preocupação de demonstrar que isso era consequência da política de desmobilização militar proposta. Autores como Francisco Doratioto (2002), Fábio Mendes (2010), Vitor Izecksohn (1997, 2004) apontam ideias nesse sentido.

brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte” (MENDES, 2010, p. 13). Vemos que nem mesmo os próprios comandantes se esforçavam para melhorar a imagem da organização. O General Cunha Matos (apud MENDES, 2010, p.21) nos revela seus sentimentos quanto a ser recruta no império: “A pior desgraça em todo o universo é ser recruta no Brasil. É uma punição. Um soldado comum é considerado um escravo miserável”.

A repulsa ao recrutamento era ainda mais forte para aqueles que moravam longe dos centros de suas províncias, de onde também havia as maiores necessidades de recrutas, como o sul. Nesses termos, Souza Carvalho descreve a degradação que acompanha esses recrutados:

Embarcal-o e obrigar-o a viajar para a capital do império no convez de um vapor; remetel-o d’ahi para os confins d’este vasto paiz; retel-o no serviço militar por longo tempo e indertminado; apartal-o, ordinariamente para sempre, de sua família, de suas afeições de seus hábitos e interesses. (Apud MENDES, 2010)

Neste ínterim, ficam claros os enormes problemas para engajamento militar, os quais afastavam alguns elementos menos propensos e mais avessos ao tratamento dado, fato que deveria ser revisto quando da necessidade de ampliação do Exército. Nesse ponto, vemos como necessidade a percepção de questão importante, que diz respeito a questionamento colocado por Izeksohn (1997, p.80), mostrando interesse em como a “atividade militar ligada à defesa e a intervenção externas da nação conduziu a elite imperial à decisão, politicamente perigosa, de ampliar o Exército e quais foram as consequências trazidas por essa ampliação para a organização da instituição”.

A partir deste ponto, podemos organizar em “fases” o período de guerra, apontando em cada uma o quanto foi necessário modificar a organização das províncias para definir um sistema que fortalecesse medidas de recrutamento, bem como a imagem do exército.

Três fases, portanto, contribuem para o entendimento das vicissitudes das formas de recrutamento, voluntariado e qualquer tipo de designação militar, demonstrando que as medidas para melhorarem a imagem dos recrutas e da instituição militar não foram estanques, mas, que, como o conflito e as relações sociais, foram construídas a partir das necessidades geradas pela guerra.

3.4. “Tributo de sangue”: Mobilização militar na província do Rio Grande do Norte

Durante a noite de 15 de janeiro de 1865, em Natal, houve seria atividade de recrutamento, espalhando pânico, lançando uma nota de tristeza nas famílias humildes, naquele promissor raia de ano novo. ‘Não é possível imaginar o alarido que faziam mulheres e crianças, atrás dos recrutados’ exclama o correspondente do jornal do Comercio, em sua carta de 20 daquele mês. Os infelizes capturados eram pescadores residentes na Ribeira, nas Rocas, no Areal. Por que seria aquele aliciamento súbito e cruel, que sobressaltou a população? (CÂMARA, 1998, p 170).

O agravamento das relações no Prata e, conseqüentemente, o início do conflito com o Paraguai refletiram nas relações sociais que existiam até então na província, contribuindo decisivamente para a complexidade de seu sistema econômico. Isso tornou mais evidente o jogo de poderes, facilitou a visualização de comportamentos dos vários segmentos da população e acelerou a necessidade de quantificação populacional e instrumentos de organização na província.

Presidia a província o dr.Olintho José Meira (...) o ambiente sossegado em que ele realizava um programa de trabalho que o consagra um dos nossos mais dignos governantes, de repente se modificou. Uma nova tarefa lhe surgiu, sobrelevando, em importância a todos. O povo até 1864, vivia satisfeito, gozando os frutos de uma fase de intenso e tranquilo labor. Bom inverno, colheitas fartas, negócios prósperos, eis como a guerra foi surpreendente a potiguarânia (CÂMARA, 2008. p.21).

Sem chegarmos ao extremo “nacional patriótico” do autor Adauto Miranda da Câmara, ainda assim, há algumas considerações a se fazer sobre a argumentação colocada acima. Primeiramente, a guerra aparece como “surpresa” para os provincianos. Os poucos jornais que chegavam, como o *Jornal do comércio*, não traziam muitas informações sobre o que se passava no Prata. Em geral, o conflito foi tido como surpresa, pois não se esperava que o Paraguai atacasse o império. Sendo assim, no que se refere aos projetos políticos que deveriam ser colocados em prática, também houve adiamento de algumas propostas na organização da província e aquisição de outras mais urgentes. A partir de 1865, então, são evidentes nos relatórios e ofícios dos presidentes de província as preocupações quanto às questões em torno da guerra e de suas demandas vindas do império.

A segunda colocação refere-se à “naturalização” do sentimento de que tudo ia bem, isto é, as colheitas fartas, um ótimo convívio entre os moradores, todo sentimento de uma realidade

que é transformada a partir do início das hostilidades. Aqui se encaixa, pois, o velho ditado de que antes de uma grande catástrofe existe sempre bonança e bom convívio.

Destarte, procuraremos demonstrar ao longo deste estudo que existiam alternativas mais intrincadas e menos estanques do que a demonstrada, no tocante a quantificação e organização da província. Na mobilização militar do Rio Grande do Norte. Tentaremos mostrar que há um complexo sistema de relações que permeiam a província, melhor demonstrado a partir do conflito, através das várias mobilizações imperiais e locais demandadas pela guerra.

Uma das primeiras intervenções do governo imperial após a considerada agressão do Paraguai foi a criação, por decreto de número 3.371, do corpo de Voluntários da Pátria, o qual tinha por objetivo arregimentar através de vantagens quem quisesse se alistar voluntariamente para a peleja, de modo que este decreto foi enviado aos locais mais importantes e lido onde havia maiores ajuntamentos de pessoas. Era recorrente a leitura em comícios, festejos e em qualquer ajuntamento de pessoas, onde se aproveitava para explicar as razões da agressão e da necessidade de voluntários. Seleccionamos os artigos que consideramos importantes para melhor compreensão das ditas vantagens do recrutamento:

Art. 2º Os voluntarios, que não forem Guardas Nacionaes, terão, além do soldo que percebem os voluntarios do Exercito, mais 300 rs. diarios e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colonias militares ou agricolas. **Art. 9º** Os voluntarios terão direito aos Empregos Publicos, de preferencia, em igualdade de habilitações, a quaesquer outros individuos. **Art. 10.** As familias dos voluntarios que fallecerem no campo de batalha, ou em consequencia de ferimentos recebidos nella, terão direito á pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Officiaes e praças do Exercito. Os que ficarem inutilisados por ferimentos recebidos em combate, perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntario (SENADO FEDERAL, 1865)⁷¹.

Ditas vantagens pretendiam sensibilizar ou atingir o máximo de pessoas possíveis, seja pelos benefícios explícitos, ou pelas distinções que se poderia receber pela indumentária e voluntariado, na intenção de desassociar a imagem do recrutamento como punição. Em sociedade de difícil mobilidade social, onde havia controle das terras pela elite agrária, e onde eram limitadas as formas de trabalho autônomas que não fossem classificadas como “ociosas” ou de “pouca produtividade”, percebe-se que “o decreto, no início, tinha como intenção atingir

⁷¹ Conjunto de leis que encontra-se no Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 2013.

todos os grupos sociais para que se alistassem voluntariamente. Mas, posteriormente – quando passa a interferir no âmbito privado das pessoas – a lei se voltaria somente às camadas mais pobres da população” (RIBEIRO, 2005, p.2).

O lançamento do decreto foi seguido de grande aceitação, no entanto, todo o esforço de guerra não poderia ser demandado à espontaneidade de pessoas que nem sempre estavam inseridas nas decisões políticas, sociais e econômicas da província. A questão é que o recrutamento de voluntários era processo chave na condução da Guerra, não podendo ser colocado nas mãos daqueles que não seriam diretamente beneficiários do êxito na peleja.

As análises mais detalhadas quanto ao decreto e criação dos voluntários da pátria serão melhor abordadas mais à frente. Por ora, nossa análise fica por conta do problema da homogeneização das nações em luta, identificado por Mário Maestri (2008, p. 4), quando “liquida com a possibilidade da compreensão de elementos fundamentais, como os sugeridos por Salles em relação ao Brasil e Andrada e Silva, em relação ao Paraguai”. Segundo o autor, isso resulta no uso anacrônico de categorias como “povo”, “cidadão” e “opinião pública”, devido à sociedade escravista brasileira, “na qual grande parte da população encontrava-se objetiva e subjetivamente à margem da *comunidade cidadã* que se restringia a uma parcela diminuta da população livre, em geralmente branca – ou tida como tal”. Tencionamos minimizar da melhor forma possível a possibilidade de queda nessa armadilha de compreender como povo, e outras generalizações, aqueles que não participavam efetivamente como tal.

Na tentativa de melhor visualizar o poderio estatal administrativo, observamos que foram organizadas comissões de alistamentos encarregadas de arregimentar pelo “convencimento” e de fazer ornamentos burocráticos referentes aos alistamentos. É vital, nesse momento, percebemos a participação dos “cidadãos distintos” no esforço de recrutamento no Rio Grande do Norte. Logo, compuseram a chamada Comissão para promover a apresentação de voluntários: o deputado geral, Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco; o Juiz de Direito Dr. Vicente Ferreira Gomes; o tenente-coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Camara; o Dr. Vicente Inácio Pereira, João Ferreira Nobre Pelinca, negociante: o Tesoureiro da Fazenda, Alexandre Tomaz Seabra de Melo; o Chefe de Polícia, Dr. Luiz Rodrigues de Albuquerque, o Dr. Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco e o Dr. Ernesto Augusto Amorim do Vale.”

A comissão se encarregava por distritos, podendo os “cidadãos distintos” nomearem jagunços e pessoas de confiança de seu séquito, que passavam a ser chamados de “caçadores de recrutas”. Neste sentido, nos foi permitido perceber, investigando a documentação a fundo, principalmente os relatórios de Olintho Meira e Luiz Barboza da Silva e os escritos de Aduato da Câmara (2008), a mobilização militar na província, havendo uma diferenciação quanto ao

trabalho de recrutamento. Portanto, os “cidadãos distintos” eram encarregados: da parte burocrática do recrutamento; de oficial ao presidente; do uso e emprego dos valores encaminhados para o destacamento; de organizar as listas dos recrutados, hipoteticamente atestando a saúde do recruta; de organizar ajuntamentos, comícios; e de organizar a “imagem do voluntário” na província.

Aos “caçadores de recrutas”, por sua vez, eram demandados poderes legítimos do uso da força, alicerçados pelo poder da “elite agrária” que, juntamente com os juizes de paz, vigários, inspetores de quartelão, praticavam o trabalho mais complicado, o de efetivamente “caçar” os possíveis recrutas, os considerados aptos ao voluntariado.

Também haviam comissões organizadas, a fim de angariar donativos. Os organizadores desta prática ficaram conhecidos como *voluntaristas da pátria* e a respeito deles e desta prática falaremos mais à frente, quando poderemos relacioná-los ao voluntariado.

Esses parágrafos anteriores foram elucidativos quanto ao aparato administrativo desenvolvido para suprir as demandas criadas pela guerra. Em fala de Adauto da Câmara (2008, p.23), percebe-se ligeira noção do quanto a vivência na província foi alterada em decorrência desse novo sistema:

Publicado o decreto que criava os corpos de voluntários, centenas de potiguares acorreram às armas. Registrou-se um febril entusiasmo bélico na província. O presidente era o grande animador, cujo exemplo de civismo se comunicava a todos. Constituíram-se comissões de alistamento, com as figuras mais representativas da sociedade, da política, do comércio. Faziam-se verdadeiros comícios, em varias partes da cidade. O ponto de reunião era a assembléia provincial.

Esses comícios eram recorrentes, principalmente na capital, contudo, as comissões eram encarregadas de se deslocarem ou de demandarem responsáveis por fazerem as mesmas disposições também no interior. A situação era clara, era preciso, sob todos os aspectos, a arregimentação do máximo de forças para se demonstrar a participação da província no esforço de guerra.

Em estudo sobre o impacto que a guerra do Paraguai causou na província do Ceará, Maria Regina de Santos Souza (2007, p.20-26) demonstra que há *criação de sentido* através dos jornais e demais órgãos formadores de opinião, a fim de intensificar um discurso patriótico, bem como de agressão à mãe pátria. Por isso, é dever de todo brasileiro defender os ultrajes criados por uma nação dirigida por um ditador que pretendia fomentar a barbárie em detrimento da civilização incorporada pelo império. Esse discurso era muito próximo no império como um todo e no Rio Grande do Norte também havia a necessidade de criação de sentido para a guerra.

Já que o Brasil não havia, até então, tido a precisão de arregimentar sua população, era imprescindível criar condições ideológicas em todas as províncias que fomentassem a criação de um exército moderno (MENDES, 2010, p 38).

Nesse processo, é emblemático o caso do recruta Alexandre Baraúna, que, por muito tempo, povoou o imaginário dos Norte-rio-grandenses. Nascido no Rio Grande do Norte, em povoação pertencente ao território de Mossoró, acabou sendo recrutado no Ceará, “há de ter sido alistado não voluntariamente, por onde talvez andasse em busca de trabalho” (CAMARA, 1998, p.46). A agrura de seu recrutamento acaba demonstrando como foram outros tantos. Pobre, sem proteção, busca de forma errante por trabalho em província vizinha, mas acaba sendo pego pela força coercitiva, julgado como vadio “ou de práticas perniciosas ao bom convívio” e como punição é recrutado para a Tropa de Primeira Linha.

Seu recrutamento coincidiu com a rusga do Brasil com o governo do Oriente e, na primeira oportunidade, Baraúna foi enviado em alguma leva de recrutados para o sul. Com o fracasso da Missão Saraiva, o império invade o Uruguai, proporcionando ao recruta “Baraúna demonstrar seu brio pelo uso das armas”. Segundo Adauto Miranda da Câmara (2008), Alexandre Baraúna participou com distinção da batalha de Paisandu e Ancla Dourada, morrendo nesta última. Segue na sequência trecho em que o autor defende ser essa a data de sua morte:

Dei com um extenso ofício ao Ministro da Guerra, datado de janeiro de 1865 e publicado no “Diário Oficial” de 5 do mês seguinte. No mesmo número do “Diário”, encontrei a Ordem do Dia nº. 17, com a data do ofício expedido dia após a capitulação do inimigo. Tive, logo de começo, uma decepção porque foram omitidos os nomes dos praças mortos. O Marechal anuncia que vai enviar uma relação, mas ficou inédita até hoje! Em Fortaleza, no mesmo mês de fevereiro, se celebraram as exéquias aos que tombaram no campo da honra, glorificando a bandeira do Brasil. O padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar proferiu um sermão, que pode ser lido, na íntegra, no “Diário Oficial” de 10 de março de 1865, exaltou a memória de dois oficiais da marinha cearenses, Henrique José Martins e José Antonio de Lima Junior. R mais nenhum Cearense foi recordado. Entretanto, pela mesma via que levou a notícia a morte daqueles, deveriam ter ali sabido do sacrifício de outros, entre os quais Baraúna, que já era considerado natural daquela Província (CÂMARA, 2008, p. 45-46).

Em fala posterior, o autor profere o seguinte: “cheguei a duvidar do caboclo Baraúna. É com pesar que, após tantas canseiras e indagações, não apresento um documento que lhe ateste a passagem pela terra”. (Câmara, 2008. p.53). É nítido, portanto, seu desânimo, que se explica pelo objetivo não alcançado de seu estudo em provar a participação de Baraúna no conflito.

Diferentemente, objetivamos com esta pesquisa ora apresentada perceber o uso que foi feito da “imagem” do herói potiguar, a qual acabou tomando proporções importantes em discursos produzidos em comícios, festejos, e no “boca-a-boca” da população que, sem precisar da comprovação de sua existência, reverberava seus feitos, como atesta Olintho Meira em um de seus ofícios anexos no relatório de 1865: “a todos inflama o exemplo do heroy Barauna de Mossoró”. Outra fonte de exaltação a Baraúna foi o jornal *o Progressista*, em 1865, que conclama a todos os “baraúnas dessa província a defender os brios ultrajados da pátria mãe”.

A “construção” de Baraúna como herói foi possível, em grande parte, devido à inexistência de grandes feitos produzidos por norte-rio-grandenses. “Dir-se-á que o entusiasmo que acompanha a sua lembrança, é gerado pela pobreza de nossos fastos militares em grandes vultos” (CÂMARA, 2008, p.43). Dessa forma, para uma grande empreitada, como a Guerra do Paraguai, foi necessário reavivar os brios dos provincianos com alguns feitos militares, verdadeiros ou não, mas propagados como tal.

Semelhante uso de um acontecimento que criasse uma atmosfera sugestiva ao enobrecimento do ato de se voluntariar aconteceu na província do Piauí. Uma jovem de apenas 17 anos de idade, vestida com trajes masculinos, se apresentou como voluntário da Pátria para combater na Guerra do Paraguai. Como no caso de Baraúna, existem controvérsias quanto à morte de Jovita. Segundo Raimundo Girão (apud Souza, 2007, p. 75), angustiada e frustrada por não poder servir como Voluntário da Pátria, a jovem teria se suicidado na cidade do Rio de Janeiro. Já para Kelma Matos (apud Souza, 2007, p 75), ela teria morrido em solo paraguaio, na batalha de Acosta Ñu. De todo jeito, como nos assevera Maria Regina de Santos Souza, o seu ato de bravura acabou desencadeando sentimentos díspares. Ao mesmo tempo, gerou ovações e sentimentos de abnegação pela pátria, mas também houve os que se sentiram afrontados em sua “honra”⁷².

Esse ato de bravura foi louvado e usado para encorajar os homens a fazerem o mesmo, contudo, deveria ser evitado por outras mulheres. Devemos lembrar que as mulheres estavam

⁷²Existe uma mulher que ficou famosa pela participação na Guerra, mesmo que não entrando em combate, Ana Justina Ferreira Néri, voluntária da caridade no teatro de sangue do Paraguai (13 de dezembro de 1864 a 1º de março de 1870). Sua atuação marcou fortemente a dedicação no cuidado aos doentes. Foi um exemplo de pessoa e, certamente, sua atitude e conduta, postas à prova, fizeram desabrochar a nobre profissão da enfermagem no Brasil. É também uma homenagem da medicina brasileira à enfermagem nacional. *Voluntária de caridade, Grande Irmã de caridade leiga, Heroína da caridade, Mãe dos brasileiros na Guerra do Paraguai*, são alguns dos títulos atribuídos a Ana Néri. De volta de sua missão, é reconhecida por sua bravura e torna-se, mais tarde, a patronessa da primeira escola de enfermagem do Brasil e por decreto presidencial se reverencia seu feito e sua memória. É a madrinha da enfermagem brasileira. Cf. GRISAD Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. Ana Neri, Madrinha da Enfermagem no Brasil. 2008.

inseridas nos preceitos de sua época e adentrar na guerra como soldado seria desconfigurar uma imagem que foi construída através do tempo. Sobre este estereótipo de mulher, Isabel Gondin (apud Moraes, 2003, p. 64), mais uma vez, nos fornece valiosa contribuição para o nosso estudo em seu livro *Reflexão às minhas alunas*, em 1879. Assim ela escreve:

O arrebatamento e o trato rude ou mesmo pouco delicado é um dos maiores defeitos que pode ter uma senhora; seu coração deverá sempre refletir a prudência e delicadeza que são características do sexo a que pertencemos.

A natureza fizera a mulher mais fraca e sensível do que o homem. Na superioridade de sua condição deve o irmão poupar a fraqueza e sensibilidade da irmã que deverá pagar-lhe em ternura e amizade a delicadeza e amenidade no trato.

Como nos alerta Maestri (2008), nos parece ser terreno pantanoso este que tentamos fincar nossos pés, pois, de maneira traiçoeira, somos levados a crer na homogeneidade, classificando os vários extratos populacionais do tecido social como iguais. Devemos ter em mente que esse pensamento era produzido e reproduzido pela elite agrária, da qual Isabel Gondim fazia parte, no entanto, essas estratégias discursivas fazem parte de um ordenamento social em que o papel da mulher deveria ser bem definido, contribuindo para essa ação, intelectuais, periódicos e políticas públicas. Logo, eram apoiadas somente as práticas que desencorajavam a participação da mulher em lugares restritos ao homem, como a política e a guerra, principalmente. Em decorrência dessas práticas, empregadas, sobretudo no século XIX, a própria Isabel Gondim teve muito dificultada sua atuação como escritora e intelectual (MORAIS, 2003)

Existia, então, nas províncias do Império brasileiro, diferenciação quanto ao uso de instrumentos formadores de opinião, já que não havia, na época, imprensa formal. As “criações de sentido” não tiveram envergadura em locais como província do Ceará, por exemplo, que se fundamentava através dos periódicos. Já no Rio Grande do Norte, foram feitas principalmente através de comícios, festejos, ajuntamentos, missas e, em menor grau, pela imprensa informal⁷³. Situação oportuna, já que não havia, segundo relatório anexo à fala de Olintho Meira, muitos alfabetizados. A instrução pública, como era chamada, não chegava, na ótica do presidente, a ser de grande “relevância” na capital e muito menos no interior, já que só havia uma escola primária e uma secundária, chamada de Liceu, a qual atendia falivelmente a população, que

⁷³ Esta denominação de imprensa “formal” é de Augusto Tavares de Lyra (1982), ao explicar que havia na província do Rio Grande do Norte uma imprensa “informal”, já que os jornais eram impressos no Recife e que suas tiragens não eram regulares. Queremos deixar explícito, que a atuação dos jornais ia para além dos alfabetizados, pois os boatos, a leitura coletiva, além dos ajuntamentos, comícios, etc., eram fundamentais na reverberação de situações do Império e Província.

“pouco se preocupava com a educação formal”. Segundo dados, poucos eram os que sabiam ler, não chegando a 7 % da população⁷⁴.

Finalmente, os comícios e ajuntamentos se faziam como elemento complementar no sentido de instruir os “cidadãos” sobre os acontecimentos da guerra e dos sentimentos que deveriam ter. O intuito era formar opiniões mais homogêneas possíveis quanto à visão que se devia ter do conflito e do sentimento financiador do mesmo – o patriotismo dos filhos da mãe pátria. Sendo assim, pode-se perceber que a *construção de sentido*, colocada por Maria Regina (2007), nos leva a refletir sobre acontecimento que ilustra bem o que vimos advogando quando da chegada dos primeiros contingentes de voluntários da pátria Norte Rio-grandense na corte. Foi feita grande festa em comemoração ao ocorrido, sendo produzidos inúmeros depoimentos que foram transcritos e lidos na província alguns dias depois. Porém, o que mais chama a atenção é o recital de uma poesia de uma “menina branca de apenas 11 anos”, levando-nos essa fonte a refletir sobre a fervura dos ânimos patrióticos nos primeiros meses do conflito. “A reunião se achou então deslumbrante. Aparece uma voz angelical: a Exma. Sra. D. Maria Isabel de Sá Bezerra, que ocupava um lugar à mesa, à direita de seu pai. E recitou”:

Intrépidos Voluntários
Do Rio Grande do Norte
Que em prol da pátria amada,
Ides afrontar a morte,
Bravos soldados que vindes
Lá da terra de meu pai,
Neste dia jubiloso
Da filha um brinde aceitai.
Tendes valor e coragem
Buscai das armas a glória:
Deus proteja vossos passos
E vos de feliz vitória.
E quando um dia voltardes
Triunfantes, ó guerreiros!
Ligue a história vossos nomes
Aos heróis brasileiros (CÂMARA, 2008,p. 49-50).

A própria construção dos primeiros contingentes na província Norte-rio-grandense está permeada de negociações, conflitos, apelo ao patriotismo e grande entusiasmo. De Natal, escrevia um correspondente⁷⁵ do *Jornal do Comércio* (1865) que “os grandes acontecimentos precisam da dominação da imprensa, para que, um dia, possam ser registrados na história”. Essa

⁷⁴Cf. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em seção ordinária, na qual o presidente José Olintho Meira passou a administração a Luiz Barboza da Silva, em 1866.

⁷⁵ O Correspondente do *Jornal do Comércio*, em carta enviada no dia 20 de fevereiro de 1865 e publicada na edição de 4 de março não revela seu nome. Ver Câmara, Adauto Miranda Raposo, 2008 [1951], p. 32.

é, de fato, uma consciência histórica que se destacava em relação à época, pois não era comuns tais preocupações. Contudo, por sua profissão, a de repórter correspondente, era esperado que tivesse preocupações quanto à reverberação da notícia, mas o fato de se preocupar com a possibilidade de registros históricos através do uso desses jornais, também nos dá uma visão sobre a singularidade de tal correspondente. E continua sua carta dizendo, “é fundado neste pensamento que venho a imprensa recorrendo à importância de seu jornal, solicitar a publicação de acontecimentos que nobilitam tanto esta província, quanto interessam à causa nacional” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 1865 apud CÂMARA, 2008).

No dia 19 de fevereiro de 1865, a partir das 17 horas da tarde, começou um dos primeiros eventos que seria conhecido como “ajuntamento em prol da causa da guerra”. Na província do Rio Grande do Norte, no pátio do Quartel da Companhia de Caçadores, foi feita uma revista da Guarda nacional pelo Tenente-Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Camara, Comandante Superior. Sobre esse ajuntamento, Câmara (2008, p.33) nos dá importante descrição:

Foi uma cerimônia preparada de combinação com o presidente Olintho Meira, para despertar os entusiasmos da população, e encorajar os tímidos. Formaram também os Voluntários da Pátria, que, em apenas um mês, somavam algumas dezenas, muitos deles oriundos das famílias mais ilustres da província. Compareceram as autoridades civis, militares e eclesiásticas. O aparato atraiu todas as atenções. A cena era mesmo empolgante para uma cidade que nunca assistira a um espetáculo igual. O presidente Olintho Meira lá estava, ativo, solene, dirigindo tudo. Deu início ao programa, erguendo VIVAS e à massa popular. O deputado Moreira Brandão despertou aplausos com a sua eloquência. Pelas 19 horas, começou o grande desfile, encabeçado pelo presidente, até a Ribeira. Tratava-se de festejar, nas ruas, vitória brasileira na batalha de Paisandú, que se rendera em 2 de janeiro. Da Guarda Nacional compareceram 76 homens, e mais os Voluntários e cerca de 100 praças da Companhia de Caçadores. Mias outros ainda a paisana, percorreram a rua da Palha (Vigário Bartolomeu), a praça da Alegria (padre João Maria), desceram a rua da Conceição e seguiram pela rua da luz mortíça das candeias de azeite, regressavam, dissolvendo-se a passeata em frente ao Palácio do Governo, que era na rua da Conceição.

Esse tipo de “cerimônia” demonstra a força das primeiras resoluções, entre elas o decreto que criava os corpos de voluntários da pátria, bem como o andamento da invasão do território brasileiro pelos paraguaios na província. Nesse sentido, os primeiros contingentes a serem remetidos para os campos de batalha pelo Rio Grande do Norte seguem linha no sentido de legitimação do Exército, por isso os primeiros enviados foram *A Companhia de Caçadores*. Segundo Câmara (2008, p. 34), “era natural que a primazia de partir coubesse à Companhia de Caçadores, que era força permanente do Exército”. O embarque aconteceu no dia 31 de março de 1865, em vapor *Persinunga*, da Companhia Pernambucana, que seguiu com destino à Paraíba. Nessa província, a Companhia se juntou ao Corpo de Guarnição e viajaram para

Pernambuco, onde foi incorporada ao 18º Batalhão de Infantaria. Através de uma relação de mostra ou folha de pagamento⁷⁶, podemos perceber que embarcaram nessa primeira leva 4 oficias e 74 praças.

Seguindo as peculiaridades dos embarques já realizados, o dos primeiros voluntários da pátria não poderia ser diferente. Por conseguinte, foi rapidamente organizado o primeiro corpo de voluntários da pátria na província, e, em maio de 1865, esperava somente por transporte. “O Quartel de Linha regurgitava de soldados, que, diariamente, recebiam instrução, de modo que já desfilavam com um garbo marcial, e conheciam o manejo das armas. De Pernambuco despacharam o fardamento. O calçado adquirido no Aracati” (CÂMARA, 2008 p. 38). A tropa foi arregimentada em toda a província e aquartelada na capital. Depois de organizadas e treinadas, as tropas ainda tiveram de esperar algumas semanas para o embarque, pois nem sempre era possível o embarque de toda a companhia nos vapores que chegavam ao porto de Natal⁷⁷.

Enfim, o embarque aconteceu a 9 de junho de 1865, através do vapor *Jaguaribe*, representando, conforme Câmara (2008) “uma das coisas mais impressionantes da vida da cidade. Às 16 horas, diante do Quartel de Linha, formaram os 463 homens, distribuídos por 4 companhias, sob o comando do tenente-coronel da Guarda Nacional, José da Costa Villar”. Segue valioso relato sobre a cerimônia de embarque dessas quatro companhias:

O desfile foi pela rua da palha, até a casa do major José Pereira; largo da matriz, rua da conceição, até o palácio, donde partiu para o local do embarque, que foi o cais da Alfandega, na rua do mesmo nome, atual Chile. Todos os logradouros por onde passou a tropa estavam ornamentados com árvores embaideradas. Na Casa da Polícia (Chefatura da Polícia), se erguia um enorme arco, ladeado de pavilhões de vários países. Pode-se dizer que toda a população acompanhou os Voluntários. À frente, uma banda de música particular, e a figura do Brasil simbolizada por um adolescente vestido de índio. Uma companhia de cantores entoava um hino composto em honra dos Voluntários, cuja letra e música se perderam. Logo após o índio, marcharam 9 meninas, elegantemente trajadas de branco, com uma faixa verde-amarela a tiracolo, jogando flores. O presidente Olintho Meira, de Palácio, tirou os VIVAS, e se incorporou ao cortejo, com o Chefe de Polícia (CÂMARA, 2008, p.39-40).

Era imprescindível para o momento o uso de símbolos que, de forma simples, aglutinasse os sentimentos do maior número de pessoas. Nesse caso dos festejos para o

⁷⁶ Relação de mostra (folha de pagamento) correspondente ao mês de junho de 1865, encontrada na pasta de número 297 do Arquivo da Subdiretoria de fundos do Exército, segundo consta em Câmara (2008, p. 35).

⁷⁷ Essa situação pode ser percebida em Mossoró de maneira semelhante. De acordo com Vingt-Un Rosado (2006, p.81), “Não ecoa em vão, a voz do grande Vigário Antônio Joaquim Rodrigues, na igreja de Santa Luzia, cenário de feitos tão memoráveis para a História de Mossoró, conclamando os filhos da terra que Souza Machado fundara para o serviço da pátria. Por entre grandes manifestações populares e acompanhados de música, eram voluntários conduzidos até o bairro dos Paredões, de onde seguiam para o Porto de Santo Antônio”.

embarque do primeiro corpo de “voluntários”, o mais importante era a apresentação dos soldados que iriam defender as bandeiras que estavam erguidas sob as árvores que perfaziam corredor. Através da música, se entoavam cantos patrióticos a fim de inflamar em todos o mesmo sentimento, bem como a figura simbólica do índio como o verdadeiro brasileiro e, finalmente a figura feminina, que, jogando flores simbolizava a fragilidade das mães, irmãs e filhas que os voluntários e demais patriotas iriam defender. Todo esse aparato cerimonial era conduzido, mais uma vez, pelo presidente Olyntho Meira, pois percebia a capacidade desses eventos na conquista de voluntários e voluntaristas para a pátria, bem como na melhora de sua imagem perante a província e o governo imperial, o que acabava sendo seu objetivo principal.

Estes atos faziam parte, portanto, de uma política imperial voltada para o “melhoramento” da imagem do conflito, na busca de arregimentar tanto voluntários, voluntaristas e participantes de forma direta em geral, como a opinião pública a favor do Império. Destarte, “todos os atos e as razões do Império são justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa” (MAESTRI, 2008, p.7).

A poesia declamada pela jovem Isabel, apontada anteriormente, também ilustra algo que era extremamente confuso, representado no seguinte questionamento: Quem tinha direito à isenção de proteger os ultrajes à mãe pátria, quem poderia se abster de formar os contingentes de “intrépidos voluntários em prol da pátria amada”, quem amava mais a pátria e como a amava? Vimos, então, que as pessoas que “alegavam isenção para si ou para os seus” não eram bem definidas, permitindo algumas “mudanças” provocadas pela indulgência ou simples vontade das elites. O sistema era nacionalmente colocado desta forma: “guardas nacionais, e, entre outros, empregados públicos, comerciários, arrimos de família, funcionários dos telégrafos e religiosos” (DORATIOTO, 2002, p. 43). Todos estes eram isentos de servir ao exército.

Na província do Rio Grande do Norte, algumas pessoas isentavam-se do recrutamento mediante pagamento de uma quantia em dinheiro, que servia como contribuição para os negócios da guerra. Há nos relatórios do presidente Luiz Barbosa Silva uma lista de “doadores”. Tomemos como exemplo o caso de um capitão da guarda nacional “que doou a quantia de 1: 500\$ (um conto e quinhentos mil réis) por si, três genros e um neto” (CÂMARA, 2008, p. 21), cumprindo assim com seus deveres de patriota, não necessitando ir à guerra. Práticas assim tornaram-se comuns, sobretudo a partir de 1868, quando as isenções colocadas acima foram sendo gradativamente suprimidas, à medida que crescia a necessidade de urgência no recrutamento.

As isenções seguiam um conjunto de “regras sociais” em que muito valia a influência política, econômica e social dos proprietários locais. Existiam as isenções nacionais, que serviam como parâmetro, mas a decisão se o recruta seria ou não isentado, no período que de guerra, ficava por conta das comissões de recrutamento, e, como vimos, estas eram formadas por cidadãos ilustres.

Os ajuntamentos de voluntários e recrutas é assunto corriqueiro nos relatórios tanto do presidente Olintho Meira quanto de seu sucessor, Luiz Barbosa Silva, confirmando também sua ocorrência nas províncias do Rio de Janeiro e do Ceará⁷⁸. Fato interessante é que ao serem aquartelados para se esperar por transporte para irem pra a guerra, os soldados produziam todo tipo de baderna. Temos dois casos exemplares na província norteriograndense, colocados pelos presidentes, o primeiro é o de um voluntário da pátria que foi acusado de ir com outros colegas não alistados à prisão e, armados de pau e faca, tentaram retirar alguns presos. O segundo, menos emblemático, no entanto, mais comum, refere-se a uma discussão devido a jogos de cartas, a qual resultou em briga que teve de ser contida pelos passantes. Essa situação, ainda em 1866, acabou forçando o presidente Olintho Meira, a pedir por reforço policial na província. Haja vista que, em grande maioria, a força policial também era destacada para o recrutamento, isso defasava ainda mais o policiamento da província⁷⁹.

A questão da disciplina era um problema que ocupava consideravelmente as instituições militares do Brasil imperial, principalmente referente ao disciplinamento das tropas de primeira linha, que, como vimos, tinha o seu recrutamento fundamentado por “desvalidos socialmente”. Esse tipo de treinamento demandava grande quantidade de tempo por parte dos oficiais, como podemos perceber em fala de Hendrik Kraay (2004, p.239):

A disciplina militar, embora fosse formalmente rígida, era moderada por vários fatores, incluindo a resistência dos soldados, a atitude da sociedade mais ampla em relação à disciplina e à preocupação dos oficiais em defender ao menos alguns dos valores professados pela corporação. Os soldados, por sua vez, formavam uma comunidade que se estendia para além dos quartéis e estabelecia laços de solidariedade corporativa que os vinculavam a seus camaradas em contraposição a outras corporações.

Essa situação demonstra que o soldado tinha um papel contraditório no que concerne às suas relações com a sociedade civil. Se, por um lado, o soldado representava o “poder estatal

⁷⁸ Ver IZECKSOHN (2004); MORAIS (2008).

⁷⁹ Essa força, em 1865, era de 80 policiais, aumentada para 96 em 1866, para 120 em 1868, e para 130 no último ano de guerra, dados retirados dos relatórios dos presidentes de províncias. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, por meio do qual José Olintho Meira, entrega a administração da província a Luiz Barboza da Silva, em 1866.

de uma instituição legalmente constituída, o Exército, por outro lado, pelo estigma social que carregava, sobretudo devido à sua origem social, acabava sendo visto como algo pertencente ao mundo da rua, da desordem, da insegurança e da incivilidade” (MORAIS, 2007, p. 40-41).

As “badernas e desordens” praticadas pelos soldados aquartelados dão destaque às suas práticas de sociabilidade, que se manifestavam mais em torno de laços de família e camaradagem com seus companheiros, do que com os deveres para com a nação ou instituição militar (KRAAY, 2004, p. 253). Decerto, a solidariedade do voluntário da pátria que, junto com “seus camaradas”, invade a prisão para impedir o recrutamento de alguns presos, naturalmente ligados por parentesco ou camaradagem, impele o soldado a desobedecer todas as ordens militares e civis.

Nesse ponto, é necessário que voltemos à primeira citação deste subcapítulo, quando Adauto da Câmara nos diz que “a guerra foi surpreendente a potiguarânia”. Talvez, o autor não tivesse a intenção de contemplar tantos aspectos, mas se inscreve no modo de vida que, até então, se levava na província. A economia no período de Guerra era essencialmente agrícola e tinha como seus principais produtos o algodão, a cana-de-açúcar, o fumo e várias espécies de cereais, como milho, feijão e arroz. Também havia a “indústria criadora”, que competia como grande potência da economia da província, de modo que para se cuidar das lavouras e da criação dependia-se de grande mão-de-obra. O início da guerra, todavia, desestrutura todo esse sistema, já que os responsáveis por esse empreendimento eram potenciais recrutáveis.

A necessidade de recrutar gerou outra demanda aos chefes locais, pois a riqueza de suas terras dependia do empreendimento de força de trabalho, trabalho este que, segundo Denise Mattos Monteiro (2007), era, em sua maioria, empreendido na província, em regime de meação ou de parceria. Por isso, necessitava-se de grandes contingentes populacionais que se tornaram passíveis de recrutamento, forçando coronéis ao uso de práticas que se tornaram recorrentes, entre elas a indicação para o recrutamento de pessoas que participavam da oposição política, em sua maioria políticos da ala radical do partido conservador. Essa ação unia a desarticulação de opositores e manutenção da produtividade de suas terras ao dever de patriota que lhes conferiam ao remeter-lhes recrutados para o serviço de Guerra (DORATIOTO, 2002; IZECKSONH, 1997).

Era principalmente esse extrato populacional que se tinha em mente quando foram desenvolvidas as ditas “vantagens” do decreto 3371, bem como as comissões de ajuda e socorro às famílias dos combatentes e demais “vantagens”. Tinha-se a intenção de fomentar condições do trabalhador pobre perceber, nas vantagens dadas aos voluntários, a chance de mudança de vida social e econômica. Assim posto, o discurso do patriotismo se amalgamava com o discurso

econômico, enquanto a necessidade de recrutamento se tornava um problema para os gestores que tinham de lidar com a dificuldade imposta pelo governo imperial e as dificuldades da economia local, que, na província norte-rio-grandense, possuía como principal empreendimento a manutenção da mão-de-obra nas lavouras.

Consequentemente, os administradores que cuidavam do fornecimento de elementos para a guerra perceberam que era necessário a todo custo o empreendimento de técnicas que fossem as mais variadas possíveis, de modo que pudessem suprir as demandas criadas pela longevidade do conflito. A necessidade, cada vez maior, de contingentes que substituíssem os que fossem caindo no campo de batalha ocasionava, mais e mais interferência externa onde, até então, só se percebia os poderes locais. A continuação do conflito significou, pois, modificação nas relações de patronagem e nas relações de trabalhadores e seus patrões.

Em suma, verificamos que o recrutamento causou conflitos para além do nacional, demandando ações que dificultavam a administração da província. A guerra com o Paraguai, portanto, mostra o quanto eram frágeis as relações até então vigentes na província. Assim como afirma Adauto Miranda da Câmara (2008), percebemos, na documentação, que não havia na província potiguar extrema tranquilidade pública ou sociedade próspera e sossegada, pois já existiam conflitos sociais e dificuldades financeiras. Por outro lado, o que de fato não havia era algo que desencadeasse as contradições dos sistemas administrativos e sociais daquela sociedade.

De todo o apurado uma coisa é certa, o conflito serviu para que este sistema frágil fosse posto à prova, mostrando, consequentemente, as fraturas de uma sociedade ainda em formação. Logo, na sequência ainda veremos o quanto o recrutamento modificaria significativamente todas as esferas da província potiguar.

3.5. Voluntários e Voluntaristas da Pátria

Com a ofensiva do Paraguai, o Império pôde, inicialmente, se utilizar de dois elementos que se mostrariam eficientes: do discurso de ultraje ao território brasileiro, construindo “sentidos” que ocasionaram a indignação por todo o Império; e das medidas tomadas pelo governo central ao perceber que o diminuto Exército não era suficiente para uma guerra das

dimensões que se projetava, criando, por isso, os Corpos de Voluntários da Pátria, pelo Decreto número 3371 do dia 7 de janeiro de 1865.

A criação dos corpos de voluntários, juntamente com a modificação do “sentido” dado à guerra e, conseqüentemente, aos participantes que dela tomassem parte, serviu para conduzir às armas aqueles que viam o exército como “lugar de incautos e desclassificados”. Segundo Câmara (2008 [1951], p. 22), estas propostas tiveram, na província do Rio Grande do Norte, efeito que superava o esperado, de modo que fora “Publicado o decreto que criava os corpos de voluntários, centenas de potiguares acorreram às armas. Registrou-se um febril entusiasmo bélico na província”.

As ditas vantagens que o decreto firmava serviam para demonstrar “a gravidade da carência de soldados no Brasil, onde os cidadãos, no geral, relutavam em ir para o Exército” (DORATIOTO, 2001, p. 116). O imperador, por sua vez, foi o grande animador do melhoramento da imagem do soldado voluntário, alistando-se como o primeiro Voluntário da Pátria, o primeiro a envergar a farda, saindo, em seguida, pelo sul e Mato Grosso para convocar a população, participando dos combates de Uruguaiana. A sua imagem e notícia de sua abnegada ação correu todo o Império⁸⁰.

Antes do decreto que criava os Voluntários da Pátria, o engajamento militar se fazia quase impossível, principalmente devido aos regimes de castigos corporais e o estereótipo de força de desclassificados, afastando-se, assim, as elites dessa instituição. Contudo, com o advento da guerra, era preciso se utilizar de todas as forças que pudessem arregimentar. Por conseguinte, evidenciou-se um sistema que distinguia “os bem nascidos” dos demais, sistema que tornara-se necessário e explicável devido ao grande poder e influência que a elite agrária local detinha. Tais distinções se fazem presentes no trecho a seguir:

Havia distinções que beneficiam os filhos-de-família, os descendentes legítimos ou ilegítimos de cidadãos de nobreza notória, os filhos de doutores, de professores do ensino superior e secundário, de oficiais de linha e da guarda Nacional e de capitalistas. Para eles, havia privilégios: eram reconhecidos cadetes de 1ª ou 2ª classe, o que lhes assegurava uma posição hierárquica acima de sargento e os colocavam a salvo **das estúpidas normas disciplinares do tempo** (CÂMARA, 2008, p. 23-24, grifos nossos).

⁸⁰ Lilia Moritz Schwartz, em estudo intitulado *As barbas do imperador: Dom Pedro II um monarca nos trópicos*, destina um capítulo à análise do uso da imagem do imperador como o “rei guerreiro”, participando ativamente dos combates em Uruguaiana. Sua imagem, normalmente, era atrelada à intelectualidade e avessa às armas. Sua atitude inflamou a população e foi usada de todas as maneiras possíveis para angariar apoio ao combate.

Notemos que a hierarquia militar ainda se via influenciada pelas características e poder da nobreza do período colonial. Se com a independência e conseqüentemente início do Império o Exército foi enfraquecido por medidas que privilegiavam a manutenção da ordem e o poder do monarca⁸¹, essa decisão também enfraquecia o aparelho coercitivo e de defesa do Império, se caracterizando como uma decisão arriscada. Tais medidas consistiram desde a diminuição do número de homens até a desmoralização dos recrutados e suas imagens.

Com o início do conflito, as intervenções perpetradas pelo Imperador ao Exército foram evidenciadas de tal modo que o mesmo se viu obrigado a lançar medidas emergenciais a fim de estruturar melhor um órgão que se tornara essencial naquele momento. Dentre essas medidas, destacamos as distinções hierárquicas “que beneficiavam os filhos de família”, produzindo, no seio militar, contradição quanto ao “processo de promoções por bravura” e outros feitos militares.

Na obra *o Cerne da discórdia*, Vitor Izecksohn (1997, p. 67) demonstra que havia um eminente conflito entre o “núcleo profissional do exército” e os “tarimbeiros”, contribuindo com este as medidas que beneficiavam os filhos de família:

A concessão de status aos cadetes baseada na posição familiar ou em títulos de nobreza garantia a um jovem oficial uma situação vantajosa na carreira militar. Numa instituição de características pré-profissionais, na qual os padrões de recrutamento, treinamento e socialização ainda eram fortemente influenciados pelo modelo português do século XVIII, a ascensão militar não implicava, necessariamente, socialização escolar, no sentido pleno da palavra.

As medidas do Imperador tinham como alvo as reformas militares, no anseio de profissionalizar o Exército. Desse modo, foram “implantadas após o final das revoltas provinciais, as reformas [que] relacionavam-se, intimamente, com a estabilização da ordem política e visavam à introdução de um currículo técnico para a jovem oficialidade, em todas as armas”. Também houve uma preocupação em modificar o sistema de promoções, procurando, entre outras medidas, “acabar com o favoritismo e vincular as promoções à capacidade e ao tempo de serviço, transformando o núcleo técnico-combatente do Exército numa ‘carreira aberta ao talento’, já que padronizava segundo critérios meritocráticos” (IZECKSOHN, 1997, p. 67). Desde 1850, surge a necessidade dessas modificações, principalmente com o início da Guerra do Paraguai, pois era preciso, de todas as maneiras possíveis, angariar soldados ao Exército. A instituição, ao longo do tempo, afastara, devido a “estúpidas normas disciplinares”,

⁸¹Segundo Basile (1990), um exército forte e organizado poderia pressionar ou diminuir o poderio do mandatário da nação.

a elite – no caso do Rio Grande do Norte a elite agrária -, diminuindo ainda a possibilidade de ascensão de um corpo profissional. Com a necessidade perpetrada pelo conflito, passou a ser dada maior atenção e condição de ascensão na carreira tanto do *núcleo profissional* quanto a *tarimbeiros* que fossem recrutados ou se voluntariassem.

Foi na Guerra com o Paraguai que o Império lançou mão de várias tecnologias para modernização do Exército, entre elas: o balão, para observação; o emprego de pontes e demais ajustes no terreno por engenheiros militares; bem como artilharia profissional (DORATIOTO, 2002). Aos *tarimbeiros*, além das vantagens afiançadas pelo decreto que criava os *Voluntários da Pátria*, ainda foi diminuído o tempo de serviço de nove para seis anos e, no caso específico de alguns voluntários⁸², para até o fim do conflito (SOUZA, 2007, p.71). No Rio Grande do Norte, o decreto, lido em missas, nos ajuntamentos feitos para a mobilização da guerra, bem como em qualquer lugar e meio possível de reverberação da notícia, obteve resposta positiva, principalmente no primeiro ano. Comprova nossa afirmativa a seguinte passagem: “Em 7 de janeiro de 1865, foi baixado o decreto de número 3.371, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, assegurando-se vantagens aos que se apresentassem”, esta medida se mostrou muito eficaz, pois foi “como que um toque de reunir, a que atenderam legiões de patrícios” (CÂMARA, 2008, p. 171).

Inicialmente, se tinha em mente que a intervenção militar do Império seria rápida e cirúrgica, e que sua batalha serviria para vingar a honra ultrajada. Por isso, se reclamava por heróis que poderiam fazer sua fama em conflito breve. Nessa tarefa de angariar recrutas, o pensamento difundido pelo Império, atrelado ao trabalho do Presidente da província nos dois primeiros anos do conflito, Olyntho Meira, proporcionou os números que apresentaremos a seguir:

Quadro V - Números oficiais do Recrutamento para a Guerra do Paraguai na província do Rio Grande do Norte (1865-1866)

Classificação	Oficiais	Praças Pret ⁸³	Total

⁸² Os voluntários alistados a partir de 5 de janeiro de 1865, tinham a promessa de baixa ao fim do conflito assegurada pelo decreto 3.371, “Art. 4º Os voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que fôr declarada a paz, dando-se-lhes imediatamente passagem para onde a solicitarem, no caso que tenham de se transportar per mar. Art. 5º As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Commandantes dos respectivos Carpos autorizados a dal-as, logo que forem reclamadas pelos individuos que tiverem direito”. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>, acesso em 2013.

⁸³ Esse termo não é explicitado na documentação, mas nos deixa com a capacidade de inferir que seja para diferenciar hierarquicamente os oficiais do restante, bem como diferenciar aqueles que tinham longos contratos de

Voluntários da pátria	22	613	635
Guarda Nacional	23	265	288
Primeira Linha	12	408	420
Voluntários da Marinha		24	24
Recrutados para Marinha		100	100
Soma	57	1410	1467

Fonte: Dados Retirados do relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, Olinhto José Meira, no qual foi apresentado balanço detalhado dos trabalhos feitos durante sua gestão.

É importante ressaltar que esses números foram produzidos pelo presidente Olinhto Meira, através de algumas técnicas de registro que favoreciam o engrandecimento do número do efetivo. Primeiramente, os voluntários, recrutados, designados da Guarda Nacional, entre outros, ao serem capturados ou engajados, já tinham seus nomes escritos no livro de dados. Dessa maneira, os que desertavam ficavam de fora dessa lista, ocasionando uma defasagem dos números dos que embarcavam e dos que chegavam à corte.

Doratioto (2002, p. 460) identificou números da contribuição do Rio Grande do Norte em cifras de 1311 voluntários e Guardas Nacionais em todo o conflito⁸⁴. Sendo assim, se levarmos em conta que os 923 que surgem nesta tabela chegaram à corte, teremos somente mais 388 voluntários e Guardas Nacionais em todo o restante do conflito.

Essa análise nos leva à assertiva de que, na primeira fase do conflito, “acorreram às armas” em várias províncias um grande número de voluntários. Segundo dados colocados por Izecksohn (1997), na primeira fase, ou seja, no período de 1864 a início de 1867, foram concentradas 88,50% das tropas enviadas ao Paraguai.

Os números acima nos dão vazão, pois, para inferir que, mesmo com todos os argumentos de que na primeira fase o efeito patriótico foi decisivo e que grande parte da tropa

serviço daqueles que supriam demandas conjunturais e por isso tinham os soldos também diferenciados, dependendo da necessidade de soldados.

⁸⁴Doratioto faz uma relação da contribuição de todas as províncias, dando continuidade à divisão do conflito em três fases. Ele demonstra que as províncias do Norte tiveram contribuição muito mais significativa do que as restantes, a exemplo das províncias da Bahia e Ceará, que tinham população maior do que centros como Minas Gerais e São Paulo.

fora formada nesse período, ainda assim fica evidente que as medidas tomadas pelo presidente serviam para aumentar a participação da província e de seus próprios esforços, mediante técnicas que deixavam de fora da estatística os que não conseguiam chegar à corte, seja por doença, morte ou, a forma mais comum, deserção.

Há o interesse explícito por parte dos presidentes em evidenciar o seu trabalho, de maneira que não bastava aviltar o número de recrutados, era preciso também estar preparado para todo tipo de “artimanha”. Nesse sentido, “Olinhto Meira bem previu as gravíssimas responsabilidades que lhe cabiam, naquela conjuntura. Tudo era preciso arranjar na lufa-lufa das improvisações” (CÂMARA, 2008, p.23). Existem, então, várias medidas tomadas, no sentido de improvisar outras, que passam a ser consideradas por Adauto da Câmara como *lufa-lufa*. Dentre tantas, evidenciaremos duas que nos preocupam quanto ao objeto de nosso estudo. Primeiramente, a participação de escravos na guerra, na condição de recrutados, ou como Voluntários da Pátria já é bastante difundida pelos estudos de vários historiadores, como Jorge Prata (1996), Ricardo Salles (1990), Hendrik Kraay (1996, 1998, 2004).

Os estudos de Jorge Prata, nesse momento, são de extrema importância, porque conseguem aglutinar a visão da condição legislativa e dos militares acerca da escravidão. Para o autor, em uma sociedade escravista “o recrutamento permanente de mão-de-obra cativa é necessário à lógica da reprodução da economia da escravidão” (SOUSA, 1996, p.37). Analisando melhor, a Guerra eclode no momento em que o tráfico internacional de escravos já havia sido abolido e quando discutiam-se várias alternativas ao trabalho escravo, principalmente a mão-de-obra assalariada proveniente da Europa. Dessa maneira, surge situação contraditória, revelada na pergunta a saber: como repor as Forças Armadas com a escravaria, se o campo já se ressentia dessa mão-de-obra que se tornara cada vez mais escassa com o fim do tráfico internacional? Em resposta, apresentamos um trecho de Sousa, (1996, p. 38):

O recrutamento para a formação dos batalhões deve avaliar-se dentro de um prisma harmoniosamente adequado à sociedade escravista do Império. Vincular a questão do recrutamento à transição da mão-de-obra (escrava por livre) nos permite entrever o que as instituições sócio-políticas indagavam a respeito da questão do recrutamento. Não se dispunha, então, de homens livres de reserva, e se existente tal reserva estaria comprometida pela transição nos setores produtivos a que nos referimos acima. Procurava o Império resolver este problema, sob forte pressão do exíguo tempo em relação às decisões a serem tomadas.

Talvez, essa forte pressão, sobre a qual nos adverte Jorge Prata Sousa, tenha corroborado para uma espécie de esquecimento em todos os presidentes que atuaram durante a guerra do Paraguai, de citarem em seus relatórios pelo menos algum escravo na província. Situação que

nos causa estranheza, visto que antes do início das hostilidades, no ano de 1855, fora feito “um trabalho”, organizado pelo então chefe de polícia, Herculano Antônio Pereira da Cunha, pelo qual a população da província, na época, chegava a 132,216 almas, sem contar a cidade do Assú e seu termo. Segue dados desse “trabalho”:

Quadro VI -Demonstrativo dos números da população da província no ano de 1855

Livres					Cativos			
Freguesias	Casados	Solteiros	Viúvos	Total	Casados	Solteiros	Viúvos	Total
Natal	1.641	3.962	331	5.934	5	515		520
S. Gonçalo	2.556	4.896	253	7.705	159	536	80	775
Extremoz	7.662	7.593	369	15.724	416	607	103	1.126
Touros	2.102	1.607	101	3.810	16	338	8	362
Goianinha	6.710	12.014	815	19.539	250	1.279	71	1.600
Angicos	1.869	1.157	209	3.235	520	435	145	1.100
Macau	2.098	2.854	212	5.164	93	467	4	564
Mossoró	737	1.695	61	2.493	4	149		153
Príncipe	2.025	4.819	202	7.046	86	1.116	8	1.210
Acari	2.105	4.458	233	6.696	138	809	22	969
Imperatriz	1.478	3.438	180	5.096	16	728	2	746
Portalegre	2.221	4.488	212	6.921	28	685	1	714

Apodi	1.548	2.497	436	4.481		155	346	88	589
S. José	7.691	9.211	1.216	18.118		4.013	5.160	643	9.816
Total	42.543	64.689	4.830	111.962		5.899	13.170	1.175	20.244

Fonte: Relatório do presidente de província Pedro Leão Velloso, apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na seção ordinária do ano de 1862.

Como se pode ver, os dados acima não têm o acréscimo da cidade do Assú, nem possuem todos os quesitos do recenseamento do ano de 1872. A cidade do Assú contava com uma população de 16 mil habitantes, o que subiria o número da população para 148.210 almas. Atualizando esses números para o ano de 1862, data do relatório de onde retiramos os dados podemos perceber, que os nascimentos neste espaço de tempo foram de 35.520, com uma mortalidade de 18.918. Calculamos, então, que a população aproximada fica em torno de 164.712 almas.

Quanto aos escravos, que neste momento nos interessam especificamente, o quadro demonstrativo nos traz o número de 20.244 cativos na província, entre casados, solteiros e viúvos. Nos relatórios seguintes aparecem as cifras de 23.342 para o ano de 1864, sendo este o último dado apresentado em relatório até o ano de 1870, quando surgem dados em torno de 24.236 escravos.

Como nos diz Robert Darnton (2011), é preciso perceber, na opacidade e na estranheza de alguns atos, algo que nos aproxime quanto ao objeto de estudo. E no que se refere ao conveniente lapso da questão escrava nos relatórios dos presidentes de província, durante a Guerra do Paraguai, podemos inferir ou, pelo menos, perceber historicamente as intenções por trás desse ato. Acreditamos que, como medida extraordinária, o escravo sempre esteve apto para o recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte, necessitando, pois, os dirigentes provinciais não informarem às autoridades imperiais sobre o número da massa escrava, a fim de que não fosse feita a diferenciação sobre os libertos e escravos.

Semelhante tática parece ter sido usada pelo presidente José Olyntho Meira, no quadro demonstrativo com o montante de recrutados até o ano de 1866 (quadro V), onde não especifica nenhum comentário sobre os números, além de procurar aumentar sua contribuição quanto ao montante de recrutados. Assim, percebemos sua intenção de “esconder” o recrutamento de

negros, principalmente quanto aos recrutados para Marinha, pois bem sabemos ser tática bastante usada no Império como todo⁸⁵.

Corroborando com o pensamento aqui exposto sobre aqueles que eram visados para o recrutamento, Peter M. Beattie (2004), muito contribuindo com a construção de *sentido* favorável ao conflito do Paraguai, acredita que a ascensão do nacionalismo militarista encerrava uma ironia para os soldados brasileiros. Ainda que designados para defender a honra nacional, muitos praças vinham da mal-afamada classe dos *desprotegidos*". Os responsáveis pelo processo do recrutamento, isto é, policiais, juízes e autoridades da elite agrária local, "extraíam a maioria dos recrutados das fileiras dos vadios, ex-escravos, órfãos, criminosos, migrantes, trabalhadores sem qualificação e desempregados". E confirmando o uso da farda como abrigo, "a maioria dos voluntários se alistava para escapar da fome, do desabrigo, do desemprego e, às vezes, da escravidão". Já no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a partir de 1850, "o serviço militar era identificado com marginalidade e cativoiro. Como debochava Bom Crioulo, 'marinheiro e negro cativo, afinal de contas vêm a ser a mesma coisa'" (BEATTIE, 2004, p. 174).

É importante frisar que o recrutamento de cativos, em primeiro momento, foi evitado pelo Império, pois havia discussão nos órgãos legislativos de que era necessário ser livre para se defender a pátria. Por isso, nos primeiros anos do conflito, o mais comum era o emprego de substitutos, ex-escravos, ou até mesmo a libertação de alguns para seguirem ao Paraguai (SOUSA, 1996). O que nos chama atenção nesse ponto é o quanto se abre possibilidade de "burlar" a ideia de que era preciso ser liberto para poder ser recrutado. Essa conjuntura nos leva a acreditar na capacidade dos recrutadores do Rio Grande do Norte, nos primeiros anos da guerra, de omitirem a informação sobre a condição de cativos de alguns que eram recrutados, principalmente os escravos urbanos, que podiam facilmente se passar por libertos.

Contudo, há ainda um elemento complicador para a sustentação desse nosso pensamento, referimo-nos ao número de escravos, que aumentou entre os anos de 1855 para 1872, quando o tráfico e o recrutamento para a guerra deveriam ter diminuído esse número. Devemos ter em mente, primeiro, que os números produzidos no "trabalho" implementado pelo chefe de polícia Herculano Antônio Pereira da Cunha, em 1855, tinham o interesse de

⁸⁵O autor Álvaro Pereira do Nascimento, em texto intitulado *Entre o Convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra*, afirma que "até 1874, pelo menos, havia somente duas formas de alistamento nas Forças Armadas: o 'voluntariado com prêmio' e o 'recrutamento forçado militar'. Caso o primeiro não suprisse as fileiras com o desejado pelas Forças Armadas, abria-se então a temporada de 'caça' aos novos homens. Sendo irrisória a quantidade de candidatos que se apresentava por sua livre e espontânea vontade, a saída era 'capturar' outros, prontamente denominados 'recrutados'".

minimizar a quantidade de escravos na província, intencionando desfavorecer as políticas de tráfico interprovincial, bem como a importância do trabalho escravo na província. Em segundo lugar, havia ainda a falta dos números dos escravos da cidade de Assú, que passaram a ser contabilizados no recenseamento de 1872. Sabemos que essas duas vertentes por si só não explicam os números apresentados nos relatórios, contudo, devemos valorizar ainda os interesses da classe agrária, que pretendia, através de indenizações, a paulatina transição da escravidão para o trabalho livre.

A ausência de números que quantificassem os escravos, bem como qualquer menção a eles, se escreve numa tática de desmerecimento do trabalho escravo na província, pois, segundo Câmara Cascudo (1984, p.47), “o elemento negro não fora decisivo ou indispensável no trabalho na agricultura ou pecuária”. E continua, dizendo:

Em discursos de 1ª de setembro de 1848, Casimiro José Morais Sarmiento, deputado pelo Rio Grande do Norte, afirmava: ‘concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto, que têm vinte, vinte e cinco, e quarenta trabalhadores livres, e se os não têm tem maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagam.

Essas questões locais reverberavam de forma decisiva no império, tanto que, a partir do alongamento do conflito, de algumas derrotas e, conseqüentemente, estacionamento nas tropas em terras paraguaias no final de 1867, as autoridades responsáveis pela legislação do recrutamento se viram obrigadas a legalizar o recrutamento de escravos. Essas medidas já procuravam minimizar o aliciamento de escravos sem o consentimento do proprietário, o uso do escravo como substitutos para guardas nacionais, e, principalmente, a aceitação de escravos fugidos nas fileiras do Exército. Logo, na tentativa de acelerar o alistamento de escravos urbanos, “a Câmara dos Deputados “resolvera taxar os serviços destes em 30\$000 (trinta mil reis) na corte, e em 20\$000 (vinte mil reis) nas demais cidades do Império”.

Tais circunstâncias transformaram, ao longo do tempo, o *status* do voluntariado, retomando o conflito em três fases distintas. A primeira fase corresponde ao momento em que o discurso de mãe pátria ultrajada foi eficiente e acorreram às armas, inúmeros voluntários por todo o Império. A segunda fase é referente a um momento de transição, quando havia ainda algumas demonstrações de voluntariamento, sendo, contudo, a coerção já mais perceptível. Numa última fase, já com a torrente de voluntários escassa, as contribuições se faziam quase que exclusivamente de escravos e recrutados à força. Entendemos, então, que a falta de tempo

hábil para a tomada de decisões, alegada pelos presidentes de província, corroborou para que aumentassem os *lufa-lufa* das improvisações.

Quanto ao recrutamento para a formação dos contingentes para a batalha, nacionalmente vemos a decisão primeira de chamar à guerra a Guarda Nacional e voluntários. Em seguida, foram tomadas decisões que viabilizavam o uso da força na execução das premissas de recrutamento, pois:

Reconheciam os brigadeiros a carência de homens para formar os batalhões de que a nação necessitava. E as decisões avançaram paulatinamente: recrutar os devidamente qualificados; depois os voluntários nacionais e estrangeiros; como esses voluntários eram poucos, os civis passam então a ser necessários, desde que desocupados; e, por fim (*dura lex, sed lex*), não se pejam os representantes do poder constituído de admitir legalmente o recrutamento forçado. Lembremos que este expediente imperial não fazia distinções entre empregados e desempregados, civis e não civis – convoca-los à força era uma atitude extrema numa situação específica. Faltavam homens aptos e sobretudo dispostos a fazer a guerra (SOUSA, 1996, p. 40).

Há, porém, visões ainda mais ortodoxas, como a de Chiavenato (1983), em sua obra *Os voluntários da pátria e outros mitos*, que produz pensamento de que o voluntariado e o engajamento sem aplicação de forças coercitivas eram exíguos e que, em sua quase totalidade, o recrutamento fora feito com o emprego de todo tipo de violências.

Chiavenato (1983, p. 25) acreditava que “os ‘voluntários’ estavam longe de ser *patriotas* apresentando-se espontaneamente para defender a ‘pátria’. Foram criados por decreto”. Vai mais adiante quando dúvida não só da atitude dos engajados mas também de quem participava do processo recrutador, “(...) e mais que isso, forçados pela violência a se incorporarem nas forças mandadas para a guerra do Paraguai. Havia uma disposição firme de formar ‘voluntariado’ de qualquer maneira”. Faz, ainda, distinção entre os voluntários com ou sem aspas, “os voluntários – sem aspas – foram exceção; a regra era o forçado. Criaram-se grupos de oficiais para prear recrutas, ‘de qualquer maneira’ – as autoridades não perguntavam como se capturavam os homens que chegavam algemados, amarrados ou sob custódia (...)”

Concordamos, pois, com o pensamento colocado por Mendes (2010, p. 97-104), quando, diferentemente de Chiavenato, propõe que no início do conflito houve sim engajamento militar, como fora comprovado por vários dados ao longo de seu estudo. Entretanto, a partir da segunda fase, vê-se o minramento desses voluntários, juntamente com os aumentos das baixas no campo de batalha.

É comum haver confusão não só quanto aos voluntários, mas também quanto aos Guardas Nacionais designados. Desse modo, a fim de nos instruir melhor sobre esses conceitos e acontecimentos, damos seguimento ao pensamento de Mendes, quando aponta que “o padrão

do conflito, lento e desgastante, tinha consequências decisivas sobre a dinâmica da mobilização militar, arrefecendo o entusiasmo inicial que havia chamado milhares de voluntários às fileiras”. Para confirmar tais afirmações, o autor coloca a mudança do estatuto do voluntariado. Sendo assim, “o Estado imperial se via obrigado a experimentar novas modalidades de incorporação de tropas, em que predominavam soldados ‘involuntários’” e “(...) o voluntariado também adquiriria progressivamente um caráter ‘obrigatório’” (MENDES, 2010, p. 87). No que se refere ao sistema de isenção, dependia das demandas locais e nacionais.

Devemos salientar que para ser patriota no Rio Grande do Norte era preciso contribuir de alguma maneira para a “causa” da guerra e se alistar como voluntário era a forma mais contundente, mesmo que fosse um grande sacrifício. No entanto, existiam várias outras formas de contribuições angariadas pelas formações de comissões. A doação de quantias, por exemplo, tornou-se comum depois da criação de comissões de socorro às famílias dos que marchavam para a guerra. Essas comissões eram organizadas em cada província, principalmente pelas paróquias, que ficavam encarregadas de arrecadar as somas que deveriam ser entregues às famílias cadastradas, nessas mesmas paróquias, para poderem receber o auxílio. Essa benfeitoria era usada constantemente para fomentar o discurso do patriotismo, de modo que ajudava a completar a relação de patriotas que se arriscam pela mãe pátria e dos que ficavam, mas que, mesmo assim, dependiam de seus salários, vencimentos, soldos, etc. Tudo isso tinha a finalidade de demonstrar que o Rio Grande do Norte contribui de todas as maneiras para a causa da guerra.

A constituição das comissões de socorro é considerada pelo presidente Olyntho José Meira como crucial no andamento e na continuidade do trabalho das comissões de recrutamento, por isso deveria haver cooperação entre ambas. As duas, portanto, tinham por finalidade socorrer as famílias dos que, segundo o presidente, “havião deixado, obrigados ou voluntariamente, para defenderem a honra nacional, e procurando ao mesmo tempo facilitar o concurso dos cidadãos com a certeza de que as deixarão amparadas promovi, em cada província uma subscrição”. O socorro dado às famílias dos recrutados fazia, pois, parte da propaganda pró conflito e da atuação do presidente, conforme se vê no trecho de seu relatório (1866):

É um dever de humanidade e de honra não desampara-las; e ao cumprimento desse dúplice dever ninguém pode aiosamente esquivar-se. Todas as províncias fazem ofertas ao Governo para as despesas extraordinárias da mais justa de todas as guerras, a que actualmente sustentamos contra o Paraguay – O Rio Grande do Norte não pode

deixar de empenhal-as nesse nobre exemplo e concorrer de sua parte em proporção de que dispõe⁸⁶.

Como no restante do Império, na província potiguar foram organizadas comissões que se assemelhavam com as comissões de recrutamento. Essas comissões eram formadas pelos cidadãos da elite agrária, com uma diferenciação quanto ao apelo dado ao processo. Ou seja, se na comissão de recrutamento os séquitos eram usados para o poder coercitivo direto, com o emprego legalizado da força, nas comissões de socorro a coerção ficava no campo do discurso, seja religioso, político ou social. Destarte, Olyntho Meira enviou circulares aos vigários para a capital e interior, instruindo-os para que se encarregassem de coletar fundos. Na capital, a comissão: “compunha-na o juiz de direito, Dr. Vicente Ferreira gomes; o padre Bartolomeu Fagundes, Vigário; o Dr. Vicente Inácio Pereira; Iago Francisco Pinheiro, Inspetor da tesouraria Provincial; Joao Ferreira Nobre e Joaquim Ferreira Nobre Pelinca, empregados aposentados” (CÂMARA, 2008, p. 24-25).

Fazer parte dessas comissões, além de garantir a isenção como participante da força militar na Guerra, ainda gerava acúmulo de força política junto ao presidente da província e aos habitantes em geral. Um exemplo disso é a eleição do padre Bartolomeu Fagundes, em 1866 e 1867, do Dr. Vicente Inácio Pereira, em 1865 e do padre Luís Ferreira Pelinca, também em 1865, para comporem a Mesa Legislativa.

O trabalho da comissão não se restringia, então, ao arrecadamento de quantias, também se faziam inúmeras incursões pelos interiores com o interesse de angariar apoio político da população. Outrossim, durante as entregas dos auxílios, se fazia uma espécie de ajuntamento, onde havia propagandas pró conflito, reafirmando o trabalho do presidente, bem como o socorro às famílias dos que seguiriam para a batalha. Exemplo claro é o ajuntamento para a entrega de quantias a algumas famílias que teve lugar na Ribeira, em Natal, no ano de 1866, no qual o presidente Olyntho Meira, grande aliciador e organizador do evento e da causa da Guerra na província, faz uso das seguintes palavras, transcritas do relatório apresentado à Assembleia Legislativa no mesmo ano: “os muitos esforços de nossos soldados pela causa justa da Guerra contra o tyrano do Paraguay são agora recompensados pelas quantias que as comissões aqui distribui as esposas, irmãs e irmãos dos bravos Rio Grandenses [...]”.

Já no ano de 1867, sob a presidência de Luiz Barboza da Silva, a comissão traz em anexo ao relatório do presidente, uma relação com os nomes e a quantia das contribuições dos

⁸⁶ Relatório do Presidente José Olyntho José Meira, apresentado na Assembleia Legislativa provincial no ano de 1866.

Voluntaristas da Pátria, dando a entender que, a partir da segunda fase do conflito e os constantes gastos com as tropas estacionadas em solo paraguaio, era preciso aumentar o “reconhecimento” aos voluntaristas. Além das leituras e comícios frequentes, eram confeccionadas listas e placas com os nomes dos doadores. Na sequência, uma das listas produzidas pela comissão de socorro às famílias dos recrutados para a Guerra do Paraguai:

Presidente Luiz Barboza da silva 500\$; dr. Sebastião Gonçalves da Silva, chefe de polícia, 300\$, Dr, Ernesto Amorim do Vale, engenheiro das Obras Públicas, 100\$. Antonio Benevides Seabra de melo, 100\$; Joaquim Teodoro Cavalcanti de Albuquerque, 100\$, Joaquim Soares Raposo da Camara, 100\$; Luiz Rodrigues de Albuquerque, 80\$; Bonifácio Francisco Pinheiro da Camara, 80\$; Domingos Henrique de Oliveira, 80\$; José Inácio de Loyola Barros, 66\$666; Dr. Antonio José de Alcovia, 60\$; Augusto Joaquim de C., 60\$; Dr. Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco, 50\$; Afonso de Paula Albuquerque Maranhão, 50\$; Maria Lobo Botelho, 50\$; Antonio P. da Rocha, 50\$; Tomaz Antonio Ramos Zany, inspetor da Alfandega, 50\$; João Gomes de Castro, 50\$, Aleixo Barbosa da Fonseca Tinoco, 50\$; Joaquim Ferreira Nobre Pelinca, 40\$; Joaquim José de M., 40\$; Vicente Ferreira Lima (tenente reformado do Exército), 35\$; Fócio Joaquim do Rêgo Barros, (comandante da Polícia), 30\$; Antonio Pinto de Moraes Castro, 30\$; Urbano Joaquim de Loiola Barata, 25\$; Joaquim José do Rêgo Barros, 25\$, José Gervásio de Amorim Garcia, 25\$; EloiCastriciano de Souza, 23\$; Gabriel A. de Loiola Pessoa, 20\$; um anônimo, 20\$ Joaquim Guilherme de Souza caldas, 20\$; AntiocoAprigioAcarrachal de Almeida, 20\$; J. V. Graf e Cia.,136\$ Fabricio e Cia., 200\$; Joao Evangelista de Vasconcelos, 200\$; Candido Marcolino Monteiro, 100\$; Cunha e Medeiros, 50\$; Dr. Tomaz A. Cavalcanti, 30\$; Cap. João Gomes, Soares (de touros), 400\$; Fabricio Pedrosa, por si, 3 genros e 1 neto, 1:500; Cap. Da Guarda Nacional Felipe Bezerra Cavalcanti (C. Mirim), 500\$. SOMA cinco contos quatrocentos e sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta reis (5:465\$666) (CÂMARA, 2008, p. 25-26).

Nessa lista, produzida pela comissão, abre-se o precedente de algo que não tinha sido feito em outras oportunidades, a possibilidade de um voluntarista contribuir por ele e por outras pessoas. Foi o caso de Fabricio Pedrosa, que doou a quantia de 1:500, por si mesmo, por três genros e um neto, abstendo a ele e aos familiares de responsabilidades bélicas.

Este caso incomum demonstra o quanto a sociedade era calcada no clientelismo e paternalismo que analisamos em capítulo anterior. Isso nos possibilita analisar o quanto essa prática reverberou junto às comissões de alistamento, pois, como podemos perceber, as comissões mantinham seus interesses afinados, de maneira que, além das várias formas de se fugir ao recrutamento, através das proteções e apadrinhamentos, surgiam, ao longo do processo, várias maneiras que iam sendo criadas a partir de uma demanda da elite agrária. Os dirigentes da província, porquanto, bem como a elite agrária, se viam impelidos a contribuir com a causa da Guerra, uma vez que não deixariam seus negócios para se voluntariar ao Exército. Suas contribuições pecuniárias eram bem recebidas e serviam para diminuir o peso do patriotismo sobre esses cidadãos.

As contribuições, contudo, não vinham somente dos dirigentes e elite agrária da província, nem se resumiam às doações de quantias. Em local de menos destaque nas listas que foram produzidas pelas comissões de *socorro às famílias dos recrutados*, encontramos ainda doações de pequena porcentagem dos vencimentos de outros cidadãos, classificados como “serviços diretos ao Ministério da Guerra”:

Arnaldo José de Moura, professor em Caraúbas, 5% de seu ordenado; Afonso de Paula Albuquerque Maranhão, guarda-mór da Alfandega, 10 % de seus vencimentos; Francisco Alves de Oliveira Maia, professor público da cidade de Imperatriz (Martins), 4% de seu ordenado e gratificação; João Manoel de Carvalho, Chefe da Seção da Tesouraria de Fazenda, 5% de seu ordenado por dois anos; João Ferreira Nobre, 5 % de seu ordenado de Tesoureiro Provincial aposentado; Joaquim Xavier da cunha, professor jubilado de primeira letras, em Imperatriz, 23% ou mês de ordenado; Bacharel Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Juiz de Direito da comarca do Açú, 5 % de seus vencimentos, por seis meses. Padro Pedro Soares de Freitas, Vigário Encomendado de Caraúbas, 10% de sua côngrua, por oito meses (CÂMARA, 2008, p. 26-27).

Contribuíram ainda aqueles que já haviam se voluntariado ao exército, e como tal, demonstrado, à época, o maior ato de patriotismo possível, constando, de igual modo, nas listas de serviços prestados diretamente ao Ministério da Guerra. Registramos os casos de Horacio Nicandro de Almeida Nobre e Perpetuo Felicito Martins, respectivamente, 2º Cadete e 1º sargento do corpo de Voluntários da Pátria de número 28, que renunciaram juntos ao “prazo de terra, a que tinham direito, na forma do decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865, que criou os Corpos de Voluntários da Pátria”; e ainda José Getúlio Teixeira de Moura, cadete do Corpo de Voluntários da Pátria, que renunciou a todas as vantagens que teria por direito pelo mesmo decreto (CÂMARA, 2008, , p. 26).

É explícito que por atrás de atos patrióticos como esses, poderiam haver várias intenções, como nos casos em que se ganha respeitabilidade e força política perante as autoridades. Uma coisa é certa, os praticantes não estavam alheios às relações de poder, pelo contrário, eles próprios eram parte da “circularidade relacional do poder, uma vez que explicitavam com essas ações os seus interesses de classe e sua adesão à política bélica do Império, atos estes que eram lidos e propagados como de amor à Pátria” (SOUSA, 2007, p. 85).

3.6. “*Não vos exorto para que vades, convido-vos para que vamos*”: Técnicas de recrutamento e formas de resistências.

Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria (ANTONIO JOÃO apud PIMENTEL, 1978, p.63).

Com o alongamento do conflito, principalmente a partir da segunda fase (1866-1868), ficou evidente que os decretos baixados a fim de aumentar a força voluntária não seriam suficientes. Dessa maneira, cada vez mais, rareavam-se os que se empreendiam voluntariamente nos esforços de guerra, aumentando a necessidade do emprego de outras formas de angariar substitutos aos que caíam no campo de batalha.

É preciso, pois, deixar claro que o recrutamento forçado não é exclusividade do segundo império e menos ainda da Guerra do Paraguai. Segundo Fábio Morais Mendes (2008, p. 96), “o recrutamento militar, desde o período colonial adentrando ao Império, era descrito como uma verdadeira ‘caçada humana’”. Dessa maneira, é possível percebermos a atuação dos que participavam diretamente do processo de recrutamento, “de um lado atuava o agente recrutador, que procurava se utilizar de todos os mecanismos disponíveis para arregimentar soldados para as forças e militares”, em contrapartida, temos “o possível recrutado, que desenvolvia uma série de artimanhas para fugir e se esquivar do serviço militar”.

Era empregado, portanto, todo tipo de “recurso” no anseio de “arrastar os pés-rapados à tarimba”. Posto isso, quando nos atentamos para o texto *O sacrifício do amor*, da escritora norte-rio-grandense Isabel Gondim⁸⁷, vemos uma das “técnicas” empregadas para “capturar” recrutas. Na trama, um auxiliar de recrutador apresenta um pobre matuto capturado em processo interessante:

Foi preso na roça, onde entramos e tocamos os chocalhos, para que aí supusesse animais destruidores; logo vieram em defesa das plantações alguns vultos, sobre os quais precipitamo-nos, e, finalmente conseguimos prender esse moço (GONDIM apud CÂMARA, 2008, p. 27).

⁸⁷Drama em 5 atos, todo ele urdido em torno da guerra do Paraguai. Citado por Câmara (2008,p.28).

O seguimento da urdidura nos mostra que o recrutado era “doente, amarelinho e barrigudo”. Ao que parece, a urgência de tropas gerou o “esquecimento” e/ou abrandamento de algumas exigências mínimas para a designação ao uso de armas, destacando-se as físicas e mentais, bem como a idade. Todas essas prerrogativas pareciam estar aquém perante a necessidade de recrutar. Essa realidade é vista por Joaquim Nabuco (apud CHIAVENATTO, 1983, p. 50), quando declara que ao empregar esses termos, “temos que empregar, sem embargo, todos os meios, ainda que extraordinários, para conseguir tal fim”. Isto serviu de alicerce para a atitude do presidente Luiz Barboza da Silva, ao conceder permissão especial a João da Fonseca Varela, de idade de 15 anos, tendo o jovem permissão para assentar praça como agregado. Houve “igualmente autorização para outros sete que constam na folha de pagamento, um deles, por exemplo, era cego da vista esquerda, Antonio Vieira da Silva” (CAMARA, 2008, p. 45 e 78)⁸⁸.

Tais “artimanhas” foram empregadas desde o início do conflito e se complementam com outras ações “abusivas”. Por suposto, já em 5 de agosto de 1865, uma companhia Dramática de Pernambuco se exibia no teatro da capital Natal, quando, durante o espetáculo:

O teatro foi invadido por um bando de indivíduos armados, chefiados pelo alferes Rolim, farejando recrutas. O povo indignou-se, mas ninguém ousou protestar em voz alta. Foram presos quatro cômicos que estavam descansando, e saíram em meio de gritos e ameaças, para o Quartel de Linha (CÂMARA, 2008, p. 29).

Incidentes desse porte confirmam que os recrutados oriundos de outras províncias iriam fazer parte da estatística da província da qual foram recrutados e não a que foram destinados, conforme mostra o quadro V, mostrado anteriormente.

O mesmo alferes Rolim, citado no extrato acima, era odiado e temido por toda a província, pois utilizava medidas consideradas pouco ortodoxas para conseguir recrutar. Dessa maneira, “no dia 16 do mesmo mês, partiu para o interior, com 30 praças, e não respeitava nenhuma garantia constitucional”. Empreendia, portanto, buscas em que “varejava domicílios de dia e de noite, arrebatava caixeiros dos balcões, atirava nos que fugiam à sua aproximação. Sua passagem era assinalada por iniquidades”. (CÂMARA, 2008, p. 29).

As técnicas empregadas por Rolim persistiram por muito tempo no imaginário da população da época, traduzindo as práticas exorbitantes do recrutamento. Neste caso, trazemos novamente ao nosso estudo a peça de D. Isabel Gondin, editada, inicialmente, em 1870. Ainda

⁸⁸. São perceptíveis várias medidas, neste sentido, apontadas em estudos. Dentre tantos, ver os mais recentes, a saber: Doratioto (2002); Izecksohn (2004); Moraes (2008); Mendes (2010).

na efervescência das batalhas e dos conflitos relacionados ao recrutamento militar na província, ela nos serve para demonstrar, através dos personagens, a complexidade do alistamento de soldados para compor o exército. Acompanhemos interessante diálogo acerca do recrutamento, iniciado com a fala de Elvira, mãe do futuro soldado Celso:

A pátria não precisa somente de serviços nos campos de batalha. A agricultura, nossa principal fonte de riqueza e de prosperidade, definha, e muito nos cumpre cuidar dessa indústria. Após a guerra, ou mesmo de envolta com ela, virá a fome! E nossas desgraças subirão de ponto. O que será do Brasil? (GONDIN apud Moraes, 2003, p.81).

A preocupação de Elvira quanto à mão de obra empregada nos campos reproduzia as preocupações da elite agrária. É sabido que a província do Rio Grande do Norte tem na agricultura e na pecuária os carros chefes da economia, de maneira que o recrutamento deveria ser feito sem onerar a agricultura. Esse discurso se alinha ao discurso de ordenação da cidade, exposto no segundo capítulo, colocando em risco todos aqueles sem proteção e que não participam ativamente com seu trabalho ao engrandecimento do processo econômico da elite agrária.

O seguimento da trama trata mais especificamente do recrutamento. Assim, damos voz novamente a Elvira:

A desastrosa guerra contra o Paraguai chama às armas todos os brasileiros aptos; entretanto, nossas leis militares nenhuma garantia oferecem à dignidade do soldado que não possa justificar nobreza. Como deve saber, o mais vexatório recrutamento arrasta às fileiras do exército aqueles jovens incautos que temem expor-se aos caprichos dos superiores hierárquicos, e somente o himeneu obsta essa violência. (GONDIN apud Moraes, 2003, p.81).

Posteriormente, o Tenente Gustavo diz:

Não é com palavras vãs de patriotismo que se conseguirá desafrontar a nação. De entre nós um grande exército há de ser levantado (GONDIN apud Moraes, 2003, p.81).

Em resposta às palavras do Tenente, Francisco, pai de Celso argumenta:

O senhor tenente Gustavo, tendo esgotado os meios de persuadir-me ao alistamento de nosso filho no exército, recorreu às ameaças pouco delicadas, que não se devem

desprezar. Nas críticas circunstâncias, em que nos achamos, será melhor Celso arrostar Ignomínias, como soldado voluntário (GONDIN apud Moraes, 2003, p.81).

A necessidade de formação de contingentes, principalmente a partir da invasão ao território paraguaio, intensificou a maneira de se “fazer recrutas”, haja vista que o discurso de *patriotismo* e de *mãe pátria ultrajada*, não foram suficientes para arregimentar soldados para um conflito de tamanha dimensão. Por isso, era comum que as autoridades buscassem recrutas através de persuasões financeiras e da coerção, forma mais comum. Desse modo, o recrutamento de forma truculenta, por meio de ameaças, e sem as vantagens estabelecidas pelo decreto, garantia os voluntários. Claro que essas diferenciações quanto à ausência de leis militares que garantissem a dignidade e a diferenciação da nobreza, referidas pela personagem Elvira, contribuíam decisivamente para o impedimento do engajamento dessa parte elitizada da população.

O mais comum, então, era o recrutamento forçado, o “arrastamento dos incautos”, de maneira que, com o alongamento do conflito, cada vez menos se fazia a diferenciação entre a elite agrária e os incautos, sendo a necessidade responsável pela formação da demanda. Frente à pressão nada agradável dos recrutadores, para Francisco, pai de Celso, possível recrutado, era mais interessante que seu filho se apresentasse voluntariamente, com diferenciação da indumentária e possíveis vantagens, do que ser recrutado pela coerção.

Observamos que a mesma estratégia de coerção acabava sendo usada pelas autoridades recrutadoras para arregimentar também parte da elite agrária. Através do aliciamento, se empregava menos força e o número da contribuição da província aumentava.

Essa situação, todavia, criava uma demanda paradoxal quanto ao aliciamento de parcelas da população até então isenta do recrutamento militar. A Guarda Nacional tinha historicamente suas isenções confirmadas pelo seu caráter elitista e pelas ligações com poderes locais. Antes da Guerra, pouquíssimas são as pessoas que propunham o alistamento da Guarda Nacional para fins de recrutamento, “tratava-se de instrumentalizar, para fins de Estado, a inversão que o alistamento da Guarda Nacional representava como ponto de fuga do recrutamento”. A contradição está pois no fato de que, “se todos fugiam do recrutamento alistando-se na guarda nacional, utilizar os arrolamentos e listas da guarda era o modo mais fácil de identificar e selecionar aqueles aptos ao serviço” (MENDES, 2010, p. 109).

A técnica de usar as listas e os arrolamentos das guardas para o recrutamento se mostrou tão promissora que o Estado Imperial tão logo procurou estimular a apresentação de guardas

para a guerra. “Os corpos que seguissem prontamente seriam equiparados aos de voluntários da pátria, com as mesmas vantagens. Ademais, permitir-se-ia a possibilidade de substituição pessoal aos Guardas Nacionais” (MENDES, 2010, p. 110)

Outro caso bastante curioso de arregimentação de soldados foi protagonizado pelo Deputado Geral do partido liberal, Amaro Bezerra Cavalcanti. Pernambucano de nascença, acabou migrando para o Rio Grande do Norte e se tornou rapidamente um dos mais influentes políticos na província. Durante o conflito, teve atuação direta na procura de recrutas. No início de 1867, iniciou uma campanha através de vários ofícios enviados ao presidente da província, na época Luiz Barboza da Silva, com a intenção de angariar apoio em suas intenções. Estes foram transcritos e anexados ao relatório do presidente, representando a forma exemplar de convívio entre o agente do governo central e o agente representante das elites locais.

Em seu relatório (1867), Luiz Barboza da Silva delega os atos do deputado como “inspiração” de seus esforços e profere as seguintes palavras: “A todos procurei inspirar os sentimentos que sempre me dominarão, e tive a inextinguível satisfação de ver que ainda esta pequena província deu provas de ser grande na nobreza de sentimentos de seus filhos”, para seguir exaltando o feito, “cabe-me o grato dever de consignar o ato de patriotismo e abnegação heróica de que deu o mais significativo testemunho o ilustre representante desta província, Dr. Amaro Bezerra Cavalcanti, oferecendo-se para marchar voluntário para a guerra com seus amigos”.

Em ofício (1867), o próprio Amaro Bezerra Cavalcanti, fala de suas impressões sobre o conflito, afirmando que “primeiramente considerava-se que essa guerra fosse de um êxito fácilimo, e zombava-se até do arrojo tresloucado, que pretendia sustentá-la contra as forças reunidas de três nações aliadas”. Usa destes termos para justificar a longevidade do conflito e também as medidas de recrutamento usado por ele e por todo o Império, dando prosseguimento em suas análises:

Em principio, com efeito, não faltavam voluntários, e o próprio governo os achou demais. Hoje, porém, quando o perigo se há mostrado serio, e o esforço nacional devia recrescer, a torrente estancou, e a reação tem sido pungente em todas as províncias do império, onde só o recrutamento e a designação forçada da guarda nacional vai dando um fraco e tardio reforço ás fileiras do nosso exército (OFÍCIO, 1867)⁸⁹.

⁸⁹ Este ofício foi anexo ao relatório do Presidente Luiz Barboza da Silva, no ano de 1867. Todas as falas de Amaro Bezerra Cavalcanti, aqui apresentadas, pertencem ao mencionado relatório.

Ponderando sobre a atuação do governo em referência à torrente de voluntários da pátria no início da guerra, Amaro atribui responsabilidades pelo recrutamento forçado aos poucos que se voluntariam e não à desorganização histórica do Exército. Além disso, coloca em primeiro plano a emergência imperial, buscando justificar as ações governamentais, pois o “perigo se há mostrado sério” e todos os esforços devem crescer nesse sentido. Essa fala, sem dúvida, é carregada de posicionamento liberal e reproduzida na província do Rio Grande do Norte, à qual o autor fez parte.

O ato ousado de Amaro Bezerra Cavalcanti de se voluntariar, mesmo sendo isento, não foi isolado, houve outros que o praticaram durante o período do Gabinete Zacarias, que esteve no governo até 1868⁹⁰. No intuito de aumentar o contingente para os clarões da Guerra, pressionava os demais agentes representantes do governo, no sentido de angariar voluntários e recrutas, principalmente quando o conflito tornou-se ofensivo, ainda em 1866. Neste ínterim, ele mesmo se coloca em igual patamar e procura, com seus atos, demonstrar que ainda era possível haver “honra e patriotismo” nestas terras. Esta, então, foi sua fala: “hoje, pois ofereço a V. Ex e meu país todo o esforço e dedicação de que sou capaz, apresentando-me para marchar voluntário para a guerra com os amigos que me quiserem acompanhar [...]”. Mas, seu discurso diferenciou-se mesmo de todos os outros ao se dirigir diretamente ao possível recrutado nestes termos: “não vos exorto para que vades, convido-os para que vamos”. (OFÍCIO, 1867)

Naturalmente, este ato não foi aceito, pois o referido deputado era obrigatoriamente isento do serviço militar. Isso, contudo, não evitou o uso deste evento em vários momentos para inflamar os sentimentos patrióticos. Há, pois, um interesse claro dos liberais em demonstrar que as ações de Amaro Bezerra Cavalcanti estão inseridas em momento oportuno, uma vez que havia um entrave quanto ao cumprimento do mais caro dever do *cidadão* que, com seu *patriotismo*, defende a *mãe pátria* e revela o desalinhamento de políticas praticadas pelo presidente da época, Olyntho Meira.

Consternado, Amaro Bezerra Cavalcanti, por fazer parte da elite agrária, possuindo, por isso, cabedal econômico e de grande séquito, declara sua opinião sobre o episódio e o governo:

Em segundo lugar o governo imperial, ao passo que em geral nos negócios da guerra se não tinha ostentado devidamente superior ao espírito de partido profano, se não sacrílego, em matéria tão santa, nesta provincia especialmente sustentou por espaço de tresannos um administrador, com o qual motivos de honra e dignidade pessoal me inibição de entender-me (OFÍCIO, 1867).

⁹⁰ O fazendeiro Loló empreendeu feitos semelhantes em busca de demonstrar seu poderio e contribuição para a guerra, angariando alguns voluntários em troca do perdão de dívidas. (CÂMARA, 1998. P. 163)

É nítido que as disputas partidárias não permitiriam tal intento na administração de presidente alinhado com políticas conservadoras, opostas, portanto, a Amaro Bezerra Cavalcanti. Neste sentido, ele externa sua desavença com Olyntho Meira, que permaneceu no cargo por mais de três anos, dificultando em muito suas ações para a guerra. Assim, suas atitudes para angariar voluntários ocorreram tardiamente, somente em 1867, pois:

Em taes condições fiz o que unicamente me cumpria, não lhe opondo embaraços; e com efeito forão os meus próprios amigos os que mais o ajudarão no levantamento de voluntários, movimento generoso que não foi devidamente aproveitado, dando assim lugar a que fosse dissolvido um corpo que organizou sob um comando incompetente. Além disso e finalmente eu não possuía uma fortuna desempenhada, bastante para provocar e sustentar por mim só um grande pronunciamento e organização de forças, caso em que não teria hesitado em fazel-o sem nenhuma dependência do governo da província (OFÍCIO, 1867).

Explorando melhor o trecho, podemos apreender que os amigos aos quais Amaro Bezerra Cavalcanti se refere são os que faziam parte da elite agrária e que, certamente, também faziam parte da elite política (MONTEIRO, 2008). Dentre os tais destacam-se os que compunham as comissões de recrutamento e de socorro às famílias dos recrutados. Outra questão que podemos levantar a partir de sua fala são as disputas políticas referentes ao próprio destacamento de voluntários. Isto é, o governo, colocando como comandante alguém incompetente, obriga a dissolução de corpos destacados por figuras que detinham opiniões políticas contrárias. Diante dessa ineficácia política, Amaro procura alimentar o pensamento de que a mudança na administração tem caráter decisivo no seu empreendimento patriótico. Segue, pois, escrito em seu ofício:

Além disso e finalmente eu não possuía uma fortuna desempenhada, bastante para provocar e sustentar por mim só um grande pronunciamento e organização de forças, caso em que não teria hesitado em fazel-o sem nenhuma dependencia do governo da provincia.

Hoje, porém, a situação é essencialmente diferente; os negócios da guerra tomão um novo character sob a direção superior do único general, em quem quase todo o paiz concentrava suas vistas, como capaz e compentente para leval-a a bom termo; o espirito da administração em geral se tem elevado, e esta provincia especialmente se acha confiada a mãos dignas e capazes de incaminhal-a a melhores auspícios renasce e conforta-se a fé, nobre e poderoso incentivo das grandes resoluções, que não se estimulão por meio de decretos pomposos, conferindo illusórias vantagens, mas fazendo vibrar os grandes sentimentos de um povo pelo respeito severo da justiça, e pela excitação do exemplo com a pratica das grandes acções (OFÍCIO, 1867).

Seu discurso pretende, claramente, desmerecer a administração do presidente antecessor, Olyntho Meira, condicionando sua atuação ao recrudescimento da situação do

recrutamento para a guerra. Destarte, Amaro mostra-se capaz de articular suas propostas com políticas conservadoras relacionadas à guerra, conseguindo, por exemplo, a nomeação de Caxias como comandante-em-chefe das tropas aliadas. Sem dúvida, a imensa popularidade de Caxias o fazia unânime, na vontade dos políticos, para a ocupação de tal cargo, apesar de, segundo Doratioto (2002), Osório ser tão respeitado ou mais do que Caxias no seio militar.

Em um segundo momento, o deputado Amaro se articula politicamente na busca de apoio do presidente vigente Luiz Barboza da Silva, pois, na sua concepção, com a administração desse senhor “esta provincia especialmente se acha confiada a mãos dignas e capazes de incaminhal-a a melhores auspícios renasce e conforta-se a fé, nobre e poderoso incentivo das grandes resoluções”. Essa manobra parece ter tido boa influência em suas ações, pois foi dado respaldo pelo presidente para a feitura de processo de aliciamento dos recrutas da maneira como bem entendesse o Deputado Geral. “Fosse porem qual fosse o resultado, o acto de patriotismo de que trato teria sempre o mesmo valor, atento aos esforços em tao grandioso empenho, expedi as mais terminantes ordens para o facilitamento de seu grande acto” (OFÍCIO, 1867).

A busca do deputado geral Amaro Bezerra Cavalcanti por recrutas foi também detalhada por Aduino Miranda Raposo da Câmara (1998, p 181), através das palavras abaixo transcritas:

No governo de Luiz Barbosa da Silva, o deputado geral Amaro Bezerra Cavalcanti, chefe liberal na Província, ofereceu seus serviços ao País, para seguir para a frente de batalha. Deitou um manifesto cheio de ardor patriótico, para encorajar os norte-riograndenses, concitando-os a que se apresentassem para a guerra. O dr. Amaro Bezerra, pernambucano, radicado no Rio grande do Norte, era um homem de partido, com muitos feitos e grandes qualidades, prestigioso na sua terra adotiva, que representou em várias legislaturas. Seu oferecimento não foi aceito, pois se tratava de um deputado geral, isento do serviço militar. Ele, porém, não se deu por vencido: fez longa viagem, por cinco meses, pela zona Oeste da Província, onde fôra magistrado e onde gozava de fundas dedicações. Todas as despesas pessoais correram por sua conta. O presidente Luiz Barbosa da Silva pôs a sua disposição o tenente-coronel da Guarda Nacional Manoel André Torres Galvão. Engajou ele 54 sertanejos. Em natal, ele e seus amigos ainda alistaram 70, totalizando 174, quatro dos quais ficaram enfermos em Natal, e 120 embarcaram em sua companhia, a 8 de junho de 1867, no CRUZEIRO do SUL. Saiu esse contingente do Quartel de Linha, seguido de compacta multidão. O presidente Gustavo Adolfo de Sá tomou parte no cortejo, até o Cais da Alfandega. (...) No Rio, foram novamente submetidos à inspeção médica, tendo sido desligados, por incapacidade física, os seguintes do Rio Grande do Norte o 1º Sargento Lucio Elpidio Pereira do Lago, segundos ditos Joaquim Açucena Soares da Camara e Raimundo Pinheiro Ferreira de Lima, cabo Lucio Cavalcanti de Albuquerque e recrutas André Avelino de Lima, Joaquim José Jeronimo, Luiz Francisco de Lira, Bento José Martins, João Vicente do Nascimento, Manoel Luiz Figueira e Bernadino José da Silva.

Primeiramente, nos é de peculiar interesse, na fala de Adauto Câmara, a demonstração e “troca de favores” entre o presidente Luiz Barbosa da Silva e o deputado geral Amaro Bezerra Cavalcanti. Essa relação era tão bem fundamentada que se chegou ao ponto de o presidente colocar à disposição do deputado o tenente-coronel da Guarda Nacional, Manoel André Torres Galvão, no intento de angariar recrutas pelo interior. Consoante com o que foi exposto no segundo capítulo deste estudo, a província possuía diminuta força policial, entretanto, ainda assim, o tenente-coronel foi delegado para o serviço, dando legitimação ao ato do deputado.

Outro ponto que destacamos recai sobre a quantidade de recrutas que deram baixa no Rio de Janeiro, quando fizeram uma nova inspeção médica. Após o exame, doze recrutas, dos 120 que embarcaram, foram declarados incapacitados fisicamente de empreender viagem para o Prata. Convém lembrarmos que a necessidade de recrutas reduziu drasticamente as exigências de isenção, seja por cargo, ligações políticas, questões sociais, seja por questões físicas. Então, imaginamos que a inspeção feita na província não tinha por interesse desligar recrutas pelas incapacidades físicas, mas somente por intermédio da intervenção das elites agrárias.

É impressionante que tenham sido feitos usos tão veementes do discurso de patriotismo e do voluntariado em época em que só “o recrutamento e a designação forçada da guarda nacional vai dando um fraco e tardio reforço às fileiras do nosso exército”. Admira-nos, igualmente, que tenha havido grande festejo em volta do embarque desses recrutas angariados pelo deputado. A razão é que essa técnica de recrutamento, sem dúvida, foi a de maior proporção, pois aliou o uso da retórica do patriotismo, à força legitimada pela Guarda Nacional e à força econômica da elite agrária, possibilitando o engrandecimento da participação da província e do Rio Grande do Norte e de seu presidente com os efetivos nacionais de recrutas.

Há também o movimento inverso, ou seja, o da resistência a essas técnicas empregadas. Nesse sentido, o próprio Luiz Barboza da Silva é enfático ao nos revelar um quadro de como se encontrava a Guarda Nacional que deveria ser destacada pra a guerra. Pelo governo imperial, foi decretado que a província deveria concorrer com 924 guardas⁹¹, tendo sido enviado, até 1868, apenas 348, segundo informações do relatório de Luiz Barboza. Dentre as várias razões para esse número diminuto, o presidente, elenca alguns:

Podem elas resumir-se em uma palavra, ponderando-se que a guarda nacional nunca foi chamada a servir desde a sua instituição, e era, por assim dizer, um ente sem razão, cuja existência fora da lei só se revelava nos galões, bandas e espadas com que se

⁹¹ O decreto de número 3383, de 21 de janeiro de 1865, mandou destacar 600, enquanto que o de número 3809, de 13 de março de 1867, mandou destacar mais 324, perfazendo o total de 924 guardas a serem destacados pela província do Rio Grande do Norte.

enfeitavam os seus oficiais [...]. Além disto, as qualificações da guarda nacional, pode-se dizer, que datam de 1851, pois que as dos anos posteriores não passarão muitas vezes de mera formalidade, quando por ventura foram feitas, de modo que, a maior parte dos indivíduos qualificáveis não são guardas, ao passo que muitos outros qualificados ou já não existem, ou estão mudados, ou pelo menos em circunstâncias mui diversas das que constam das escalas respectivas (RELATÓRIO, 1867)⁹².

Os dispositivos incrementados pelos caçadores de recrutas surgem como forma de burlar o que vinha sendo comum entre a população passível de ser aliciada e a guarda nacional. Essa instituição, em particular, gera imensa dificuldade para o alcance da meta fixada em 924 guardas, de modo que os presidentes de província tinham de empregar de todos os meios a fim de a cumprirem. Por ser uma instituição de cunho elitista, A Guarda Nacional burlava o recrutamento, que desde início teve de usar do artifício da força para se ter algum êxito. Logo, era comum a deserção de guardas, que, quando capturados e aquartelados, na maioria das vezes, fugiam em busca da imensidão das matas e das serras, como diz ditado popular eternizado por Taunay (1997, [1869] p. 123), “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”. Em fala que fora anexada ao seu relatório, o presidente Luiz Barboza da Silva nos dá dimensão desse tipo de fuga. Acompanhemos, então:

Acresce que no período que trato, o sertão da província não se presta às diligencias necessárias para a captura dos guardas desobedientes, ao passo que oferece sempre abrigo seguro aos fugitivos, principalmente nas serras, como vossa excelência melhor sabe que eu (RELATÓRIO, 1867)⁹³.

A fuga para as matas, serras ou demais localidades distantes de onde o processo de recrutamento estava sendo feito, era, dentre os modos de resistências, o mais contundente e, por isso, era usado em última instância. Em outras palavras, quando esgotadas todas as outras maneiras mais comuns, como apadrinhamento político, participação em séquito, ocupação de cargo público, etc. (RAMOS, 2003). Tais ações se justificam pela falta de proteção aos recrutas, considerando estes que o risco de se ausentar de suas terras e familiares por alguns dias não seria maior do que o risco de participar de uma guerra que tomava finitudes dramáticas.

Na província do Ceará, em relatório acerca de sua comissão recrutadora pelo centro da província, o Tenente Coronel Comandante José Nunes Mello nos oferece depoimento bastante representativo do processo de designação de guardas nacionais e de capturas para a Armada:

⁹² Relatório do presidente de província do Rio Grande do Norte Luiz Barboza da Silva apresentado à Assembleia Legislativa provincial em seção ordinária no ano de 1867.

⁹³ Relatório apresentado à Assembleia provincial o Rio Grande do Norte em seção ordinária pelo presidente Luiz Barboza da Silva, no ano de 1867.

Com a notícia de minha vinda, se occultarão aquellas pessoas, que estavam nas condições do recrutamento, e o mesmo acontece por aquellos lugares por onde transitei. Não obstante isso, me exforçarei para remetter com brevidade o maior nº de recrutas e designados que for possível.

[...] Não encontrei para fazer seguir, os GNeS que tem de formar o contingente de guerra, que devi dar esta Coma, isto pelas difficuldades com que luta o Come superior para a capituradelles

[...]. De combinação com o mesmo Come Supor e delegado de polícia, vamos proceder a captura delles

[...]. No dia 17 pretendo partir com huma força de 30 praças montadas para a V da Telha, afim de proceder ali recrutam e capturar os esignados, deixando o resto da força nesta cidade a disposição do Delegado e Comme Supor.

He opinião geral de que as ecoltas devem partir a cavallo, sahindo occultamente, e neste sentido vou proceder (MORAIS, 2007, p. 131-132).

De acordo com as fontes, o agente recrutador era temido e odiado por toda a província. Carregava o estigma do processo coercitivo de recrutamento, assim, sua chegada era a certeza de que os incautos, desprotegidos e considerados vadios seriam alistados. Segundo Raposo Câmara (2008, p.21), “O recrutador era naturalmente, odiado e todas as maldições choviam sobre ele. Um que, na consciência popular, encarnava o anti-cristo, era o alferes Rolim Cavalcanti Albuquerque, cujo ainda hoje desperta calafrios”. Luiz da Câmara Cascudo (2010, p. 125), trata rapidamente da situação do recrutamento na província:

É a época de guerras externas e o serviço de recrutamento espavoria os rapazes e alarmava as famílias. Passava como um fantasma espalhando assombro a fama do Alferes Rolim (Rolim Cavalcanti Albuquerque), usando todas as artimanhas para segurar os voluntários a pau e corda. O vigário Antonio Joaquim, do púlpito, pede que ao menos cada família faça o sacrifício de mandar um filho em defesa da Pátria.

A fuga para as matas e locais distantes acaba por se tornar bastante difundida e, por isso, foi combatida com todas as armas angariadas pelas autoridades locais, que tomaram a contraditória decisão de deslocar guardas nacionais para prender outros guardas designados para o recrutamento. Segundo Luiz Barboza da Silva, em seu relatório de 1867, ao discutir a organização dos diversos destacamentos da Guarda Nacional no estado, todas as forças possíveis foram colocadas “à disposição dos comandantes superiores respectivos para prisão dos guardas designados, e igualmente para auxiliar as autoridades policiaes na captura de criminosos e serviço de recrutamento para o exercito e marinha”⁹⁴.

⁹⁴ Relatório com que Luiz Barboza da Silva entregou a administração da província do Rio grande do Norte ao Exm. Sr. Coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas, 2º vice-presidente da mesma no ano de 1867.

Outro dispositivo de resistência bastante difundido entre os já recrutados era a deserção, a qual diferenciava-se quanto à fuga e ao recrutamento por ser um dispositivo ilegal, sendo punida com prisão, castigos físicos, etc. A deserção era usada quando se encerravam todas as possibilidades de as populações recrutadas fazerem uso de dispositivos “legais”, como a “sujeição” ao trabalho regular imposto pelas elites agrárias, junção a séquitos, entre outras relações de apadrinhamento e clientelagem, e, finalmente, a fuga, que, como vimos, se caracterizava como a forma mais contundente e a última instância no uso dessas táticas “legais”. Pouco se vê nos relatórios dos presidentes sobre a deserção, acreditamos que, como na questão escrava, ela era “delicada” e, por isso, fora pouco tratada, afim de não desmerecer a contribuição dos presidentes e dos provincianos, e de não interferir no “alinhamento” à imagem de Baráunas, que, com o alongamento da Guerra, preferia destacar feitos “heroicos” do que fugas, deserções, etc.

No que concerne à deserção, encontramos, no relatório do presidente Olyntho Meira, do ano de 1866, no tópico denominado de *movimento de força para a guerra*, logo após a demonstração das forças levantadas, breve relato sobre esse tipo de dificuldade encontrada pelos agentes responsáveis pelo levantamento de forças:

O corpo provisório, cuja organização por aviso do Ministerio da Guerra, datado de 5 de janeiro ultimo foi commentada ao Tenente-Coronel Manoel André Torres Galvão em seu regresso da Corte, para onde havia marchado em dezembro com o segundo corpo de voluntários, apenas, chegou ao número de 35 praças entre voluntários e recrutas. Dessas praças somente restão sete, pois embarcação 23, desertarão 4, uma teve baixa por incapacidade física (RELATÓRIO, 1866).⁹⁵

A fuga servia como última opção legal e a deserção como última ilegal, contudo existiam ainda resistências mais silenciosas, menos perturbadoras, e que, cotidianamente, iam sendo empregadas. Inspirados, portanto, pelo pensamento de Thompson (1998) e James Scott (2002), pudemos perceber que para evitar a perda de possíveis “direitos” dados aos Voluntários da Pátria, era preferível o alistamento voluntário ao obrigatório. Com o voluntariado o tempo de serviço era reduzido, o soldo regularizado por algum momento, a indumentária diferenciada, o status hierárquicos diferenciado do recruta comum, e ainda haviam promessas de vantagens. Assim posto, percebemos como resistência o ato de se alistar voluntariamente, pois essa ação invalidaria várias outras dos agentes repressores.

⁹⁵ Relatório de 21 de agosto de 1866, anexado ao relatório de 1 de outubro e apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, pelo presidente José Olyntho Meira.

Nesse mesmo contexto, encaixamos também os substitutos, principalmente os escravos, que tinham sua condição modificada através do alistamento. É preciso que tenhamos em mente que essas táticas eram empregadas cotidianamente, ao longo do conflito, sendo necessário a criação de maneiras de resistir às estratégias montadas pelo governo imperial e local. Essas resistências, na maioria das vezes não solitárias, tinham pouca ou nenhuma organização coletiva, contudo, a intensificação e repetições das ações e táticas em locais diferentes e distantes são em números consideráveis, o que nos leva a pensar na sua enorme reverberação

No entanto, não escamoteemos os interesses dos recrutados. O recrutamento com incentivos financeiros funcionava para os dois lados, mesmo que, às vezes, desproporcional para um dos lados. Esta relação se dava, quase sempre, como a solução de problemas tanto dos coronéis quanto da população pobre, que viam nestas quantias a independência de alguma dívida, além de significar que estavam garantidas as “vantagens” conseguidas com o decreto que criava os Voluntários da Pátria e, ainda mais, os incentivos para se alistarem. Sendo assim, esta decisão, mesmo que não garantisse melhores condições ou diferenciações quando inseridos no exército, garantia a diferenciação quanto ao modo de alistamento, bem como a imagem que lhes era outorgada, deixando para trás o estigma de criminosos.

O peso do *tributo de sangue* caiu sob os mais pobres, desvalidos em sua condição financeira, política e, principalmente, em relação a protetores locais. Percebe-se, com a demonstração da atuação dos presidentes José Olintho Meira (1863-1866) e Luiz Barboza da Silva (1866-1867), incluindo também a do deputado Amaro Bezerra Cavalcanti e do rico fazendeiro doutor Loló, que a maior responsabilidade sobre o recrutamento recaiu sobre os governos locais e particulares.

Quanto ao “voluntariado”, houve aceitação no início do conflito, em grande parte devido aos discursos de *patriotismo, guerra justa e invasão do território*, ainda que as “vantagens” oferecidas pelo decreto fossem também convenientes naquele cotidiano de pobreza. Essas mesmas “vantagens” foram oferecidas aos Guardas Nacionais, contudo, a contribuição deste órgão foi considerada diminuta, visto que dos 924 Guardas estabelecidos pelo governo para contribuição relativa à província do Rio Grande do Norte, apenas 348 ouviram os reclamos da *pátria*.

Certamente, o governo provincial do Rio Grande do Norte preocupava-se em demonstrar que a guerra necessitava, a todo momento, de mais soldados para ocupar os clarões deixados nos batalhões. Contudo, há, em certos momentos, na documentação oficial, principalmente nos relatórios de presidente, a apreensão com o estado da província, no que se

refere ao policiamento e controle dos crimes, ficando evidente que o conflito no Paraguai reverberava de diversas maneiras nas localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo do recrutamento militar para a guerra do Paraguai se configura como um dos fenômenos sociais mais complexos e intrigantes que podemos ter conhecimento nas múltiplas trajetórias da experiência humana. Esse aspecto social costuma transmitir sentimentos diferentes e as vezes contraditórios entre si, sentimentos que, volta e meia, aparecem na documentação, externados de forma individual ou coletivamente. No entanto, como nos relata Moraes (2007, p. 175), apesar dessas ações humanas estarem presentes cotidianamente no mundo, assumindo “papel histórico-social na constituição de identidades e estruturas sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, burocrática-administrativas dentre outros”, ainda as percebemos como tema pouco compreendido.

Os dados provenientes da Guerra do Paraguai são perturbadores. Estima-se, apesar das disparidades, que foram mortos entre 25 e 50 mil soldados brasileiros, assim como outros milhares de uruguaios, argentinos e paraguaios. Mais sedicioso ainda é pensar que a maior parte desses que morreram no campo de batalha ou que tiveram desestruturadas suas vidas por completo, por consequência da guerra, não era direta e verdadeiramente interessada naquele conflito, pelo contrário, a grande maioria, como pudemos perceber foi recrutada coercitivamente, sendo retirados de seu convívio familiar, de seu trabalho, de suas terras, alheios a suas vontades, obrigados a lutar em terras desconhecidas e distantes.

O conflito, que inicialmente acreditava-se ser de curta duração, acabou se arrastando por longos seis anos, exaurindo, assim, o Império economicamente, ceifando milhares de vidas e exigindo um esforço de mobilização administrativa e militar jamais vistos. Concomitante com o pensamento de Tavares Bastos, de que “só se fala de guerra, guerra e de guerra!”, a monarquia não conseguiu se concentrar em questões cruciais para o futuro do regime, como a questão da substituição da mão-de-obra escrava e várias reformas no campo judicial, político e social, revelando, pois, enfraquecimento no campo político devido ao desfecho da guerra.

Esses conflitos nacionais refletiram nas províncias, modificando drasticamente seu cotidiano. A exemplo, citamos os homens livres pobres, que, ao longo do conflito, se viam obrigados a firmarem alianças e negociações entre os grandes proprietários e, ainda com o governo imperial e estadual. Essa justaposição de poderes e contra poderes que permearam as relações “paternalistas no cotidiano do trabalho e da convivência muito próxima desses indivíduos - de camadas sociais tão distintas - permitiu a sobrevivência de uns e a permanência no poder e nos cargos públicos de outros” (RAMOS, 2003, p. 198).

No entanto, adentrar por estas rusgas cotidianas requer, em meio a um emaranhado de fontes, a limitação e o corte do que se tem por melhor objetivo. No Rio Grande do Norte, os movimentos sociais que ocorreram de 1864 a 1870, decorrentes da intensificação da situação do Prata, mais precisamente, inicialmente serviriam para suprir objetivos dispares previamente por nós estabelecidos

Esse tipo de documentação levou-nos à investigação de um período marcado por mudanças políticas, econômicas e sociais, a saber: a modificação do trabalho escravo; o conflito local entre os chefes políticos e seus séquitos, em detrimento de uma política administrativa provincial; o processo de recrutamento que intensificou e modificou as relações de clientela e patronagem; a mobilização militar que criou uma fresta no cotidiano provincial; bem como a formação do Exército nacional que iria, em 1889, dar o golpe que imporá a república.

A história do Império, em grande medida, pode ser explicada a partir dessas mudanças e conflitos sentidos pelo tecido social. Malgrado processo conflituoso no Prata, é preciso que tenhamos em mente que as práticas sociais desse período foram profundamente marcadas por relações de parentesco, lealdade, apadrinhamentos, que se demonstraram necessários para que novos grupos se destacassem e adquirissem habilidades sem abandonar a dependência dessas relações. Nesse sentido, não há como pensar essas relações de forma estanque e cristalizada, mas como um movimento permanente construído a partir dos melindres e experiências vivenciadas entre homens livres pobres, elite agrária e agentes do Estado.

Com o esmaecer da guerra, o regresso dos voluntários e recrutas do Rio Grande do Norte, fora tratado como evento de particular importância pelos agentes administrativos, pois, finalmente, o conflito tivera seu desfecho favorável conhecido e o silêncio sobre a guerra foi quebrado. A última menção à situação conflituosa do Prata foi feita em fins de 1868, pelo presidente Adolfo de Sá, depois disso a guerra só faria parte dos relatórios dos presidentes após o fim do conflito, em 1870. Destarte, achamos de crucial importância tratar da chegada desses contingentes na província.

Pelo fato de os participantes da guerra chegarem à província somente por meio de desembarque em porto, aglomerou-se em Natal todas as festividades e recepções. Todavia, meses antes, em abril, a província fora avisada, através de vapor vindo de Pernambuco, sobre o fim do conflito, inflamando a população às ruas. Segundo Raposo Câmara (2008, p. 99), “houve grande júbilo popular. Imediatamente a notícia se espalhou, e uma vasta multidão se aglomerou na praça da alegria”. O tumulto facilitou para que os agentes do governo preparassem as festividades e se apropriassem do discurso do voluntariado, agora com o uso da imagem dos voluntários vitoriosos. Por conseguinte, o presidente Silvino Elvidio Carneiro da

Cunha convocou reuniões para discutir as medidas a serem tomadas para as festividades da recepção. Seguindo o padrão de constituição de comissões relacionadas ao período de guerra, para fazer parte da administração dos festejos e dos cerimoniais, foram escolhidos cidadãos que faziam parte da elite agrária e detentores dos poderes locais, como juízes de direito, promotores, etc.

No relatório de 5 de outubro de 1870, o presidente Silvino da Cunha, registra a chegada dos voluntários, no dia 1º de agosto, uma segunda feira, já tarde, sendo permitido, pois, que desembarcassem somente no outro dia, pela manhã. É também especificado neste relatório que a comissão encarregada dos festejos angariou fundos insuficientes, por isso, pediu auxílio de um pouco mais de 3 contos de réis. O fato nos permite mensurar que os gastos com esses cerimoniais chegam a quase 50% dos gastos com a comissão de socorro às famílias dos voluntários da pátria, até 1868, quando tinha-se arrecadado um pouco menos de 7 contos, nos contados mais de dois anos de conflitos. Percebe-se que a busca pela evidenciação dos que voltavam da guerra ultrapassava em muito os esforços empregados na última fase do conflito, a partir do fim de 1868. Além do recrutamento das resistências, havia ainda a propaganda negativa sobre a guerra, feita em todo o Império (DORATIOTO, 2002).

A chegada dos patrióticos massificava e dava sentido à intenção das autoridades de salvaguardar e externar os seus esforços, demonstrando que foram elas, juntamente com a elite agrária, que tomaram para si o esforço de guerra. Não havia o interesse explícito de desmerecer o esforço “pequeno” dos recrutados, no entanto, havia, sem a necessidade de esconder, a plena vontade de forçosamente demonstrar, através de grandioso evento, que a Guerra fora vencida, em grande medida, pela força administrativa empregada pelos presidentes de província, por intermédio dos recrutadores, das comissões, da elite agrária, de todo o processo de mobilização. Tudo isso aos olhos da efígie do Imperador, que legitimava todas as medidas empregadas. Pelo menos, essa é a sensação que a leitura da documentação nos faz ter.

Os festejos da chegada fazem parte ainda da chamada *criação de sentido*, em que se pretende legitimar o combate. Porém, ante “a maior festa a que a população da capital já assistira”, algo merece nossa atenção. De acordo com informações retiradas do relatório de Silvino da Cunha, foi enviado ao *front* de batalha um contingente de mais de 2 mil soldados, mas ele não detalha quantos retornaram. Contudo, Câmara (2008, p.108), de posse das folhas de pagamentos, confirma esse número, que lhe fora dado pelo presidente em torno de apenas 157 homens. Em seguida, tenta justificar poucos números, indicando que, devido à desmobilização do Exército, grande parte preferiu ficar no Sul. Assim, quando obtiveram baixa, antes de 1870, “muitos outros feridos, mutilados, convalescentes, já haviam regressado a seus

lares. E francamente 500 perderam a vida na defesa da Pátria e representam a contribuição do Rio Grande do Norte para a vitória do Brasil”.

A grande quantidade de soldados que preferiram ficar no Sul depois de obter baixa do exército corrobora com nosso pensamento de que grande parte dos recrutados, incluindo substitutos e até escravos, foram obrigados a tal porque não tinham qualquer garantia de que não voltariam ao cativeiro.

Em consequência, a grande mortandade de soldados Norterio-grandenses pode ser explicada por várias vertentes, desde a grande exposição a doenças, causadas pelas mudanças climáticas, má alimentação, a vida em acampamento, até ao fato de os “soldados se incorporarem em unidades duramente experimentadas pelo fogo das batalhas, desde o início do conflito até as refregas das cordilheiras” (CÂMARA, 2008, p. 108).

No entanto, como já explicitado em nosso estudo, as cifras oficiais dos recrutas do Rio grande do Norte destinados à guerra do Paraguai foram de 1.311 soldados, enviados ao longo de todo o conflito (DORATIOTO, 2002, p. 460). É importante deixar claro que os méritos da produção dos números oficiais ficaram por conta do Ministério da Guerra, de maneira que a contabilização não levava em conta todos os corpos que se diluíam entre outros. Para exemplificar, o Contingente do Rio Grande do Norte, enviado a partir de 1868, passou a ser enviado em pequenas quantidades e, por isso, eram incluídos em companhias de soldados de outras províncias, em situação semelhante, nesse caso, ao corpo de número 36, o 54º, o 23º de voluntários, e o 13º de infantaria. Essas práticas dificultavam enormemente a contabilização do esforço de guerra de cada província, nos mostrando, ainda, que havia interesse dos presidentes de província de aumentar o número de soldados enviados.

Apoiados em escritos historiográficos mais recentes, em especial aqueles que tinham abordagens filiadas aos pressupostos da história social, com corpo documental oficial (Relatórios dos Presidentes de Províncias, Ministérios, Ofícios e circulares militares, bem como documentos das várias instancias administrativas do Estado imperial e periódicos em período que engloba o conflito), abordamos como o tecido social da sociedade norterio-grandense percebeu e vivenciou o conflito. Nesse sentido, nos foi possível narrar tramas locais que reverberaram a partir de rusgas nacionais e perceber como a mobilização para a guerra interferiu de maneira considerável, tanto nas estruturas de poderes estabelecidas, como na economia, política, e vida cotidiana dos moradores da província.

Na tentativa de alcançar as atuações dos diferentes setores da sociedade da província do Rio Grande do Norte, identificamos nos agentes administrativos locais, principalmente na figura do presidente da província, os mais dispendiosos esforços, inicialmente para mobilizar e

posteriormente para reafirmar através de todos os dispositivos, sejam eles coercitivos ou não, a continuidade do envio de contingentes para o conflito. Sendo assim, a *criação de sentidos*, que esteve presente em todo o processo de construção do conflito, da mesma maneira que a defesa da *pátria ultrajada*, tinha por ambição atingir o máximo de pessoas, sendo comandada pela elite agrária, agentes administrativos, eclesiásticos, políticos e alguns militares.

Grande parte do esforço de guerra foi reunido, portanto, nos três primeiros anos do conflito, entre 1865-1868⁹⁶, sendo decisivo para tanto o decreto de número 3.371, que criou o Corpo de Voluntários da Pátria. As vantagens prometidas pelo governo imperial aos voluntários serviram para atrair o interesse de indivíduos que faziam parte de setores marginalizados, como criminosos, vadios, escravos e uma gama de livres pobres sem proteção, os quais perceberam uma possibilidade de reinserção social e/ou conquista da cidadania através da legislação que se encontrava no decreto.

Inicialmente, o discurso do voluntariado teve seus efeitos positivos confirmados pela grande quantidade de pessoas que se apresentaram como tais no primeiro ano do conflito. Nos chamou a atenção, portanto, a grande quantidade de pessoas envolvidas nesse intento, sendo necessária a criação de grande quantidade de comissões que se encarregavam de angariar voluntários até nos lugares mais ermos. Além disso, percebemos a receptividade do discurso de pessoas que não tinham estreitas ligações com o conflito, a exemplo de José Getúlio Teixeira de Moura, que, como vimos, ademais de se voluntariar renunciava as vantagens asseguradas pelo decreto.

Notamos que havia, por parte das autoridades, uma espécie de “silenciamento” em relação à menção de escravos durante o conflito. Contudo, levamos em consideração a “lógica da cidadania negociada”, apresentada por Maria Regina de Souza (2007), para compreendemos que semelhantes situações quanto ao recrutamento de cativos foram recorrentes em todas as províncias do império, como bem lembrou Jorge Prata (1996). Assim posto, verificamos a intenção de minimizar o processo de escravidão na província e, mais ainda, de minimizar o ingresso de cativos nos contingentes organizados pela província do Rio Grande do Norte. Tomamos, todavia, como situações contraditórias a esse intento “a ‘guerra do Paraguai’, quando

⁹⁶ Os números apresentados por Izeksohn (1997), até o fim de 1868, chegam à impressionante marca de 88% de todas as tropas enviadas em todo o conflito. Essa diminuição no envio de tropas a partir do fim de 1868 foi sentida também na província do Rio Grande do Norte, pois as menções ao envio de tropas e até mesmo a guerra foram quase nenhuma, se limitando a uma nota do presidente Adolfo de Sá sobre o estado de guerra, no entanto, não traz números, nem informa sobre o envio de tropas.

apareceu como oportunidade ímpar para concretizar aspirações de liberdade para um e outro tipo de indivíduo (SOUZA, 2007, p. 160).

De fato, a guerra desestruturou significativas relações, e o peso da mobilização foi sentida de maneira perniciosa pelos familiares que, longe dos campos de batalha, ficaram na província. O recrutamento dos chefes de famílias causou danos à forma convencional de angariar maneiras de sustento da família. Logo, de forma temporária ou definitiva, ao se ausentarem de seus lares, os recrutados contribuíam para a intensificação do problema de mão de obra do século XIX, bem como para a complicação das crises econômicas e conflitos resultantes da desestruturação das famílias. Por isso, busca novas maneiras para prover seus sustentos, sejam através de incorporação a séquitos, formação de séquitos, crime convencional, entre variadas maneiras encontradas ao longo do conflito (RAMOS, 2003)

Através de suas páginas, a atuação dos periódicos pesquisados tencionavam exprimir o modelo de sociedade que a elite agrária tinha por moralmente aceita. Dessa maneira, os jornais, sejam conservadores ou liberais, estavam de acordo pelo menos quanto à normatização do trabalho, combate ao *vadiismo*, e manutenção da ordem através dos órgãos administrativos competentes. Encontramos, pois, várias matérias, principalmente em tópico denominado de *estado da província*, onde haviam ataques políticos naturais, mas que saltavam aos nossos olhos pela menção constante das formações de séquitos, aumento da violência e, principalmente, ao descontrole que a pequena polícia, órgão repressor e mantenedor da ordem, constantemente demonstrava.

Infelizmente, apenas um periódico, dentre todos os que pesquisamos, está dentro do recorte temporal da guerra. Ainda assim, percebemos que havia nele um apelo para a construção de novos heróis norterriograndenses, por isso o constante enaltecimento de figuras como Alexandre Baraúnas, que, sem comprovação de existência, povoava suas páginas e o imaginário da população.

A Guerra do Paraguai mostrou a nós as fraturas da sociedade do Rio Grande do Norte durante a segunda metade do século XIX. Outrossim, desnudou relações clientelísticas entre a elite agrária e seus dependentes e a organização da província, que pretendia a ordenação a partir da maneira de se construir, consumir e viver nas cidades. Essas relações foram intensificadas pela necessidade, durante o conflito, de organizar a mobilização.

Não podemos deixar de mencionar também que o recrutamento foi usado como barganha política pelas elites, momentaneamente estacionadas no poder, procurando cercear as liberdades dos recrutadores em determinado momento e ativando o recrutamento em outros, a

fim de organizar maneiras de intimidar o lado contrário, tanto na oposição diária como nas eleições.

Consequentemente, o recrutamento deve ser percebido levando-se em consideração as fases em que o conflito se encontrava. Sendo assim, em primeiro momento, foi eficaz o discurso do voluntariado, arrecadando-se inúmeros voluntários pela província; em segundo momento, já com o alongamento do conflito, aumentou-se a propaganda pró-conflito e voluntariado através dos periódicos e cerimônias nos embarques de tropas, contudo, a resposta dos possíveis recrutados não foi suficiente, sendo preciso aumentar a força coercitiva empregada pelas comissões; no último momento, com as propagandas pelo império negativas em relação ao conflito, as tropas estacionadas no Paraguai, bem como as constantes notícias das péssimas condições vividas pelos soldados, levaram ao emprego da força, conseguindo-se parcos contingentes.

A batalha travada no campo burocrático, pelo deputado geral Amaro Bezerra Cavalcanti, acontece no segundo momento, quando estanca-se a torrente de voluntários. Essa situação nos foi importante para que pudéssemos compreender as difíceis relações partidárias na província. O recrutamento serviu como catalizador nessa situação em que, na tentativa de formar contingente pelos interiores, o deputado necessitou da legitimação para o uso da força, bem como de ajuda financeira e do reconhecimento de seus esforços por parte do presidente da província.

Fatalmente, nos pós-guerra, o Governo Imperial não deu conta de cumprir, seja por desinteresse ou incapacidade administrativa, com os compromissos e obrigações gerados pelo estado de guerra, o que, de certa maneira, contribuiu para que, logo a seguir, enfrentasse crises políticas severas. Nesse momento, o próprio Caxias teve de responder no Senado algumas acusações de morosidade e incapacidade e de ter admiração por Solano Lopes, tendo, por isso, deixado que ele escapasse em um dos cercos feitos (DORATIOTO, 2002).

Acabada a guerra, a demanda referente ao recrutamento continuou. Discutia-se a melhor maneira de se organizar o Exército, principalmente no tocante ao processo de formação de contingente. A ideia era fortificar uma instituição essencial na defesa dos interesses do império, para isso foram apresentados, pois, alguns projetos nesse sentido, após o fim do conflito, sendo aprovado o recrutamento, em 1874, por intermédio de sorteio, conforme Lei número 2.556, de 26 de setembro de 1874⁹⁷.

⁹⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html>>. Acesso em: março de 2012.

“Na opinião daqueles que promoviam a reforma do recrutamento, tratava-se de um grande avanço institucional. A lei do sorteio substituiu a ‘caçada humana’ do recrutamento forçado por uma forma mais racional e equitativa de distribuição do serviço das armas”. (MENDES, 2010, p. 135). Essa medida fazia, então, parte do conjunto de reformas “modernizantes” que vinham sendo implantadas pelo gabinete de Rio Branco.

Levando em consideração que as listas feitas no censo de 1872 foram essenciais para a execução da lei do sorteio, as comissões formadas pelo juiz de paz e o pároco, se encarregavam de, através das listas, fazerem o sorteio. Essa condição demandava maiores poderes aos produtores das listas.

A execução da lei, no entanto, sofreu várias reações populares por todo o Império. Na província do Rio Grande do Norte, o movimento que ficou conhecido como Motim das Mulheres, na cidade de Mossoró, foi propagado por toda a província. (Vingt-Un Rosado, 1981)

Ao contrário do que imaginavam os reformadores do processo de recrutamento, o sorteio militar não foi visto como “modernizante” ou como influente na diminuição da violência do recrutamento, mas sim como uma ampliação “injustificada dos encargos exigidos pelo estado imperial, uma ameaça à liberdade que aproximava perigosamente a condição do homem livre pobre daquela do cativo” (MENDES, 2010, p. 138). A proximidade entre o censo demográfico, os alistamentos do sorteio e o novo arrolamento de escravos colocou a resolução do sorteio na desconfiança de que todos seriam reduzidos a uma condição de dependentes ou cativos do governo imperial.

O Motim das Mulheres, citado anteriormente, pode ser percebido como reação contrária à imposição do Estado ou até mesmo à arbitrariedade de entrarem em seus lares caçando recrutas, pois, com os sorteios, todo homem entre 19 e 35 anos estava apto para o serviço. Nesse momento havia ainda o rescaldo da Guerra do Paraguai e não seria fácil qualquer media relacionada ao recrutamento. Tal processo massificou a percepção que a população livre tinha de que o recrutamento os imporia condições que cada vez mais cerceariam suas liberdades.

Essas vicissitudes quanto ao recrutamento nos permite, pois, volitar sobre o tema, percebendo que o conflito na Guerra do Paraguai trouxe outros conflitos, contradições e fraturas na sociedade do Rio Grande do Norte, que perduraram mesmo após o fim do conflito. Isso justifica o merecimento de um olhar mais localizado que desse conta das negociações, compromissos e resistências que impactaram a província.

REFERÊNCIAS

Fontes

Anais

Anais do Parlamento Brasileiro da Câmara dos Deputados no ano de 1865 -1868.

Decretos

Disponíveis no site <http://legis.senado.leg.br/sicon/index.jsp>, acesso em 2013.

Decreto de número 3.371 que cria o corpo de voluntários da pátria. Conjunto de leis do Senado Federal, Subsecretaria de Informações.

Decreto 3383, de 21 de janeiro de 1865, que mandou destacar 14.796 Guardas Nacionais. Conjunto de leis do Senado Federal, Subsecretaria de Informações

Relatórios

Falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte. Fundação Guimaraes Duque. Fundação Vingt- Un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “G”. Nº 5. 2001.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José de Oliveira Junqueira abriu a seção da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em 1860.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo presidente da província do Rio Grande do Norte apresentou a respectiva Assembleia Legislativa provincial na sessão ordinária de 1861.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1862 pelo presidente da província o comendador Pedro Leão Velloso.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Leão Velloso ex-presidente da Província do Rio Grande do Norte passou a administração da mesma ao exm. Sr. Tenente – Coronel Trajano Leocadio de Medeiros Murta quarto vice-presidente em 1863.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1863 pelo presidente da província o Exm. Sr. Dr. Olintho Jose Meira.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Pelo presidente Olintho José Meira, no ano de 1865.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, pelo presidente Olintho José Meira, no ano de 1866.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária de 1º de outubro do ano de 1866, pelo presidente Dr. Luiz Barboza da Silva.

Relatório com que o Dr. Luiz Barboza da Silva entregou a administração da Província do Rio Grande do Norte ao Coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas, no ano de 1867.

Relato de viajantes

Relato de Henry Koster viajante inglês ao passar pelas terras do Rio Grande do Norte. CASCUDO. Luís da Câmara. Notas e documentos para a história de Mossoró. Coleção Mossoroense. 2010.

Código de postura

Códigos de Postura do Município de Mossoró. Fundação Vingt-Un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “C”- Número 1192. 2002.

Periódicos.

Jornais disponíveis em sítio <http://hemerotecadigital.bn.br>

Jornal *O BradoNatalense*, 1849.

Jornal *O Argos Natalense*. 1851.

Jornal *O Guarda Nacional*. 1860.

Jornal *O Rio Grandense do Norte*. Período Disponível de 1859-1862

Jornal *A Liberdade*. 1865.

Impresso:

Jornal *O Mossoroense*. Fundação Vingt-Un Rosado. Coleção Mossoroense, Série “E” (periódicos), volume 3. Co-Edição ETFRN-UNED. Nº 51 ao 103.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz. Vida privada e ordem privada no Império Privada. In ALENCASTRO, L. (org.). **História da Vida privada no Brasil** – Império. São Paulo companhia das letras, 1997.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império:** a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866. Tese de doutoramento pela UFF, 2009.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BASILE, Marcello Otávio N. de C. **O império Brasileiro: Panorama Político**. In História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (org). 9ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 1990.

_____. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org). Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2009.

BEATTIE, Peter M. **Ser homem pobre, libre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileira (1860-1930)**. In: Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. P. 269-300.

BLUTEAU, Rafael. Dicionario da Lingua Portuguesa Recompilado por Antonio de Moraes Silva. Tomo I. Tipografia Lacerdina. Lisboa 1803. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/node/316> . Acesso em Agosto de 2013.

BRAZ, Emanuel Pereira. **Abolição da escravidão em Mossoró**: pioneirismo ou manipulação do fato. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: idéias e práticas no Rio Grande do Norte. EDUFRN. 2002.

_____. Nós, os regeneradores da pátria: ideias políticas no Rio Grande do Norte na passagem para a República. In: **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. BUENO, Almir de Carvalho (org.). EDUFRN – Editora da UFRN, Natal, 2009. P. 85-126

CÂMARA, Adauto Miranda Raposo. **Diversos e Dispersos**. Rio de Janeiro. 1998.

_____. **O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai**. Sebo Vermelho. Natal. 2008 [1951].

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite imperial. **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in) existente**: o "país de Mossoró" nas tramas da consciência histórica. Dissertação de metrado, UFRN, 2005.

CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik. Da História Militar à “nova” História Militar In. **Nova História Militar brasileira**. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: A Guarda Nacional de 1831 a 1850. 1977.

CERTEAU, Michel de. **“As Produções do Lugar”**. In: A Escrita da História. MENEZES, Tradução Maria de Lourdes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 31-119.

_____. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro. Vozes. 1994.

CHIAVENATO, Júlio José. **Os voluntários da Pátria**: e outros mitos. São Paulo: Global Ed., 1983.

_____. **A Guerra contra o Paraguai**. Brasiliense. São Paulo, 1991.

CASCUDO, Luís Da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. Coleção Mossoroense. Série “C” – Volume 1571. 2010 [1955].

_____. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** Coleção Terra Brasília. 10a Edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000 [1952].

_____. **História do Rio Grande do Norte.** Achiamé. Fundação José Augusto. Rio de Janeiro. 1984 [1955].

_____. **Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.** Fundação José Augusto. Natal. 1972.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai.** BIBLEX. Rio de Janeiro. 1979.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** EdUnB, Brasília, 2002.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles:** O exército, A guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos:** e outros episódios da história cultural francesa. São Paulo: Graal, 2011.

DEL PRIORE, Mary. VENANCIO. Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Sociabilidades sem História:** votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto Imperial:** origens do federalismo no Brasil. São Paulo. Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** Nova história da Guerra do Paraguai. Companhia das Letras. 2ª edição. 2002.

_____. **A construção de um mito.** In: *Jornal Folha de São Paulo*, domingo, 9 de novembro de 1997, Caderno *Mais!*

DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1992.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História.** (Tradução –Telma Costa). Lisboa: Editora Teorema, 1999.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** 5 volumes. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: Ática. 1976.

FILHO, Fadel David Antonio. **Sobre a palavra “Sertão”**: Origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica* - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro\Dezembro de 2011.

FERTIG, André. **A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no Século XIX**. *CLIO – Revista de pesquisa histórica*. 2001.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

IZECKSONH, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org). Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2009.

_____. **Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai**. IN: Nova História Militar Brasileira. Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e KRAAY, Hendrik. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **O Cerne da discórdia**: Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997

KRAAY, Hendrik. **O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850 – 1889)**. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. p.237- 265.

_____. **Repensando o Recrutamento Militar no Brasil imperial**. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 113-151, 1999.

_____. **Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai**. In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n.33, setembro de 1998.

_____. **“O abrigo da farda”**: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In: *Afro-Ásia*. Salvador, n.17, pp.29-56, 1996.

LIMA, Nestor. **Municípios do Grande do Norte**: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luiz Gomes. Ed. Fac-similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. 29\31- 1ª ed. 1938. Coleção Mossoroense. Série C – 1990.

LIRA, Augusto Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. Fundação José Augusto. 2ª edição. Brasília. 1982.

LOPES, Fátima Martins. Ordem e disciplina na construção do espaço urbano das Vilas de índios do Rio Grande (século XVIII). In: **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. BUENO, Almir de Carvalho (org.). EDUFRN – Editora da UFRN, Natal, 2009. p. 53-84

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. IN. Fontes Históricas. PINSKY, Carla (org). 2ªedição. São Paulo. Editora Contexto. 2008. p. 111-154.

MALERBA, J. Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil. Em MALERBA, J. (org) **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 19-52.

MARSON, Izabel Andrade. “**Trabalho livre e progresso**” RBH 7, 1984. Pp. 81-93.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org). Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2009.

MEIRA, Olyntho José. **Terras do Brasil**: a legislação de terras do Rio Grande do Norte. Natal: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/ Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982. (Coleção Mossoroense, v. 224)

_____. Memória enviada pelo Sr. Dr. Olyntho José Meira, agricultor da província do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. Recife, 1878. **Trabalhos ...** Recife: Fundação estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978, p. 196-211. Edição fac-similada.

MEIRA, Silvio de Bastos. Olyntho José Meira – Presidente de duas províncias do Império. Rio de Janeiro, 1981. Discurso pronunciado no Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. In: MEIRA, Olyntho José. **Terras do Brasil**: a legislação de terras do Rio Grande do Norte. Natal: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte/ Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982. (Coleção Mossoroense, v. 224)

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. **A guerra e o pacto**: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. Pp .67- 86.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial**. Editora Argvmentvm. Belo Horizonte. 2010.

_____. **Encargos, privilégios e direitos**: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVII e XIX. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. Pp. 111-135.

MORAIS, Fábio André da Silva. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. (1865-1870). Fortaleza, 2007. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Ceará.

_____. “**Às armas cearenses, é justa a guerra**”: a mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. In. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. 2008.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3ªed. EDURFN – Editora da URFN, Natal, 2007.

_____. **Terra e trabalho na História**: Estudos sobre o Rio Grande do Norte. EDUFRN – Editora da UFRN, Natal, 2007.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher**. Coleção Mossoroense. Série “C” – Volume 1394. 2003

MOTA, Artur Silveira da. **Reminiscências da Guerra do Paraguai**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha, 1982.

NASCIMENTO. Álvaro Pereira. **Entre o convés e a rua**: a vida de marinho e o trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. P.315-342.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas constitucionais**: cultura e política (1820-1823). Rio de Janeiro: REVAN: FAPERJ, 2003.

NOGUEIRA. Shirley Maria Silva. **“Esses miseráveis delinquentes” desertores no Grão-Pará setecentista**. In. Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). Editora FGV. 2004. p. 87 – 109.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão negra em debate**: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro José Olympio, 1977.

RODYCZ, Wilson Carlos. **O Juiz de Paz imperial**: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. Revista Justiça e História. 2003.

ROLIM, Ivana Ester Rosado, Et. Al. **A Saga da Abolição Mossoroense**. Coleção Mossoroense. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria.

PECHMANN, R. Moses. **Cidades estritamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: casa da palavra, 2002.

PEIXOTO, Renato Amado. **Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX**. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010)

PIMENTEL, Gen. J. S. de Azevedo. **Episódios Militares**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1978.

POMER, León. **Paraguai**: Nossa guerra contra esse soldado. 7ª Ed. São Paulo. Global. 2001

PONTES, Carlos. Tavares Bastos (Aureliano Cândido, 1839-1875). Brasiliana. 1975

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** – colônia. 5a ed., São Paulo, Brasiliense, 1957.

RAMOS, Xislei de Araújo. **“Por trás de toda fuga, nem sempre há um crime”**: O recrutamento “a laço” e os limites da ordem no Ceará (1850-1875). Dissertação de mestrado. UFC. 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **“Voluntários de pau e corda”**: os populares e a resistência na guerra do Paraguai (1864-1870). ANPUH – XXIII Simpósio nacional de História – Londrina, 2005.

ROSADO, Vingt-Un. **O motim das mulheres**: um episódio do quebra quilos. Coleção Mossoroense. Volume CLVII. 1981.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, James. Forma de resistências camponesas. In: **Revista Raízes**. Campina Grande, UFCG, V.21. No.01, 1999.

SOUSA, Jorge Prata. **Escravidão ou Morte**: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. 2ed. Rio de Janeiro: MAUAD: ADESA, 1996.

SOUZA, Maria Regina Santos. **Impactos da “Guerra do Paraguai” na Província do Ceará (1865-1870)**. Fortaleza, 2007. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Ceará.

_____. **À procura da redenção**: Transgressores Cearenses na guerra entre Brasil e Paraguai (1865 – 1870) In: Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. 2008.

TAUNAY, Alfred D’Escrognolle. **A Retirada da Laguna**: episódios da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 1997 [1869].

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa III**: A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia Das Letras, 1998.

TORAL. André Amaral. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. In: *Revista Estudos Avançados*, 1995.

VERSEN, Max Von. **História da Guerra do Paraguai**; tradução de Manuel Tomás Alves Nogueira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

WEGLEY, Russel F. **Novas dimensões militares**. Coleção General Benicio, Vol. 195. Publicação 516. Rio de Janeiro. BIBLIEX, 1981